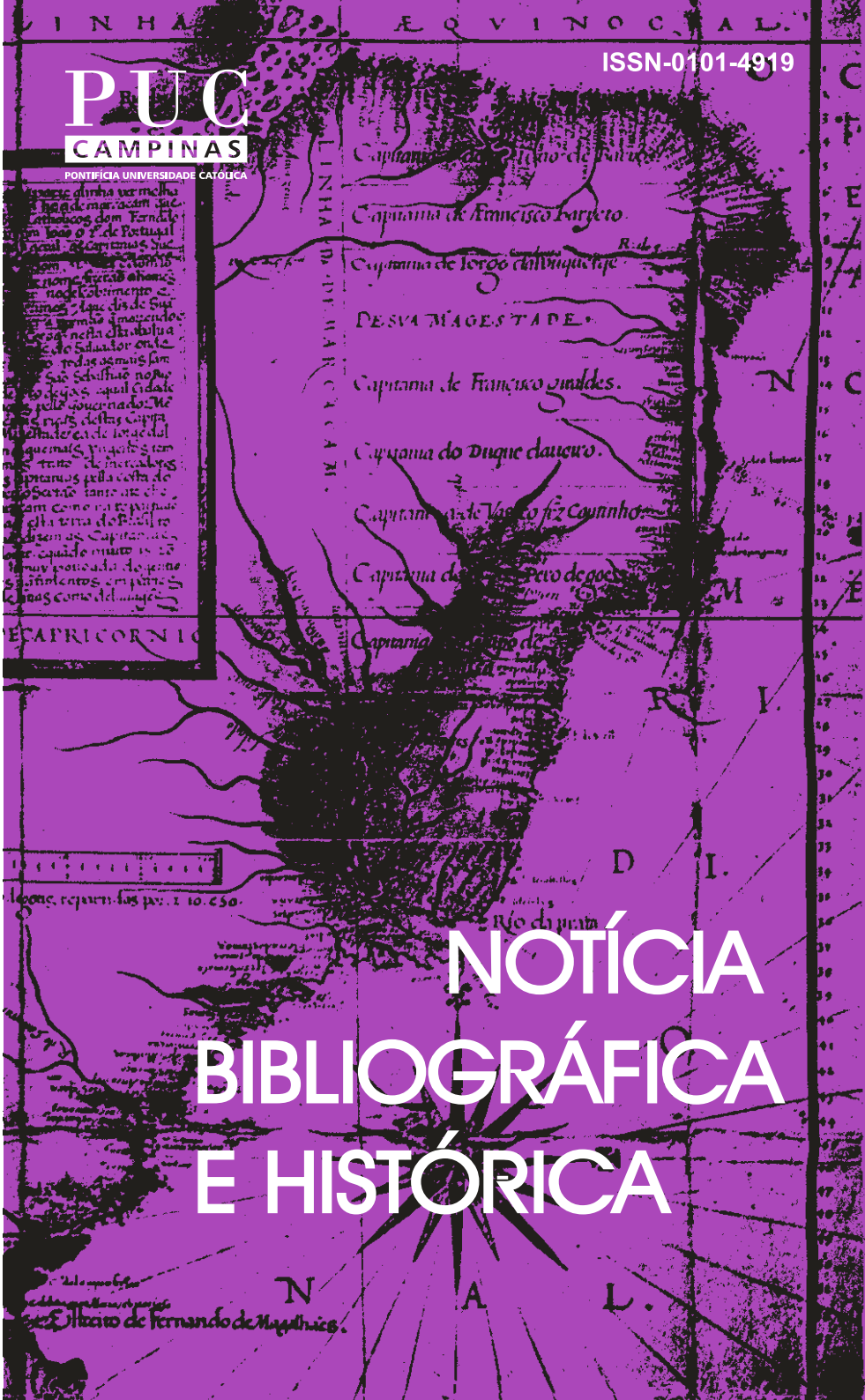
ISSN-0101-4919

PUC CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA



NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Campinas ANO XXXVII Nº 198 p. 209-358 JULHO/SETEMBRO/2005

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA Nº 198 p. 209 - 358 JULHO/SETEMBRO/2005

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER
Dom Bruno Gamberini

MAGNÍFICO REITOR
Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

VICE-REITOR
Prof. Pe. Wilson Denadai

PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO
Prof. Marco Antonio Carnio

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Profa. Vera Sílvia Marão Beraquet

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS
Profa. Carmen Cecília de Campos Lavras

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO
Prof. Antonio Sergio Cella

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
Diretor: Prof. Pe. Paulo Sérgio Lopes Gonçalves
Diretora Adjunta: Profa. Maria Salete Zulzke Trujillo

FACULDADE DE HISTÓRIA
Diretora: Profa. Lilia Inês Zanotti de Medrano

EDITOR/EDITOR
Prof. Odilon Nogueira de Matos

EDITOR ASSOCIADO/ASSOCIATE EDITOR
Profa. Dra. Lilia Inês Zanotti de Medrano

CONSELHO EDITORIAL/ EDITORIAL BOARD SCIENTIFIC
Prof. Dr. Artur José Renda Vitorino – FH – CCH – PUC-Campinas
Prof. Ms. Érsio Lensi – FH – CCH – PUC-Campinas
Prof. Dr. Fábio Henrique Lopes – FH – CCH – PUC-Campinas
Profa. Dra. Ivone Cecília D'Avila Gallo – FH – CCH – PUC-Campinas
Prof. Dr. João Miguel Teixeira de Godoy – FH – CCH – PUC-Campinas
Profa. Dra. Lilia Inês Zanotti de Medrano – FH – CCH – PUC-Campinas
Prof. Paulo Cosiuc – FH – CCH – PUC-Campinas
Prof. Dr. Pedro Eduardo Portilho de Nader – FH – CCH – PUC-Campinas
Prof. Ruy Rodrigues Machado – FH – CCH – PUC-Campinas

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável
ODILON NOGUEIRA DE MATOS
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

ANO XXXVII - Nº 198 ISSN-0101-4919 JULHO - SETEMBRO 2005

SUMÁRIO

Os primórdios de Campinas e o desenvolvimento da vida religiosa (1774-1908) 211
Odilon Nogueira de MATOS

A igreja em Campinas no século XX 235
João Miguel Teixeira de GODOY
Lilia Inês Zanotti de MEDRANO

Refletindo sobre alguns aspectos da segregação/transformações urbanas em Campinas 277
Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

O Banco Rothschild e o Brasil 291
Duílio BATTISTONI FILHO

Importância nacional do 9 de Julho 297
Sólon Borges dos REIS

Richard Wagner e a mitologia nórdica 305
João RIBEIRO JÚNIOR

TEXTOS

O Congresso que refez a Europa 313
Charles Maurice de TALLEYRAND-PÉRIGORD

O verdadeiro pau-brasil 315
Alfredo D'Escragnolle TAUNAY

RESENHAS

Notas de livros sobre assuntos variados 317
Hitoshi NOMURA

ESTRANGEIROS QUE ESCREVERAM SOBRE O BRASIL

Bösche Eduard Theodor (1807 -1875) 345

RABISCOS DE UM ESCREVINHADOR

434. Tordesilhas 349
435. Os dois Melo Morais 350
436. Polêmica Religiosa 351
437. Colonialismo e missões 353

INSTRUÇÕES AOS AUTORES 355

OS PRIMÓRDIOS DE CAMPINAS E O DESENVOLVIMENTO DA VIDA RELIGIOSA (1774-1908)

Odilon Nogueira de MATOS

O mais antigo documento, que se conhece, relativo ao germe de um núcleo urbano – a petição para a ereção de uma capela – constante do *Livro do Tombo da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas*, não está datado, "o que não deixa de ser lamentável", segundo a pertinente observação de Teodoro de Souza Campos Júnior[1] que o transcreve em sua excelente monografia sobre a fundação de Campinas. Contudo, não padece dúvida que ela é anterior a setembro de 1772, pois tem a data de 15 de setembro daquele ano o pedido de informação ao pároco de Jundiaí, por parte do Cônego Antônio de Toledo Lara, então responsável pelo expediente da diocese de São Paulo, à qual fora a petição dirigida: *"Dizem os inclusos assinados existentes nos limites entre Jundiaí e Mogi-Mirim, que eles, suplicantes, para maior cômodo e bem de suas almas, desejam erigir à sua custa uma capela na paragem chamada Campinas, onde tenham valimento espiritual, se não sempre, ao menos em várias ocasiões que por ali se acharem sacerdotes; o que também justifica, se achar na mesma paragem, um cemitério bento para sepultura dos fiéis, que foi concedido por ser notoriamente dificultoso o recurso à sua Matriz, pois não dista menos de dez léguas, portanto, pedem a V. Sa, atendendo tão justa súplica, seja servido no que pedem, na forma do estilo".*

(1) Theodoro de Souza Campos, In Monografia Histórica de Campinas. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.

O vigário de Jundiaí, Padre Inácio Pais de Oliveira, a quem a petição fora enviada para as necessárias informações, lembrou que a área apontada para a construção da capela era suficiente, se bem que um tanto deserta, e, mais ainda, que os pretendentes eram muito pobres, o que parece não ser correto pelo menos em relação a alguns deles. Eis o texto integral da informação do pároco jundiaiense: *"Informei-me de pessoas fidedignas sobre o alegado na petição retro; me certificaram ser o lugar destinado para a capela que pretendem erigir os conteúdos no rol, suficiente, suposto ser a paragem um tanto deserta, e dista desta freguesia dez léguas. As pessoas assinadas no rol, as mais delas pobríssimas, exceto o da cabeceira, que nega ser a firma sua e me disse que à fatura da dita capela não pretende concorrer com cousa alguma, sendo o mais estabelecido naquele lugar; é verdade estar na paragem chamada Campinas um cemitério, ainda que com pouca decência, pelo pouco zelo dos moradores"*.

Apesar da informação um tanto pessimista do vigário de Jundiaí – e nem muito correta – apoiados pelo ânimo forte de Barreto Leme, continuaram os moradores do bairro do Mato Grosso a enfrentar todas as dificuldades, até que, em 1773, alcançaram do governador do bispado licença para a construção de sua igreja matriz:

> *"Faço saber que por sua petição me representaram os moradores do Mato Grosso da Vila de Jundiaí que requerendo-me eles, suplicantes, para erigirem uma capela na paragem chamada Campinas, onde pudessem ser socorridos com os sacramentos, dos quais, pela longa distância de sua freguesia, padeciam grave falta, morrendo no decurso de dezoito anos a esta parte vinte e três pessoas sem os sacramentos da confissão e eucaristia, fomos servidos mandar que juntassem escritura de dote de bens de raiz, que rendessem ao menos anualmente seis mil réis para a reparação e fábrica da capela, e como mais fácil*

> *achavam erigir nova freguesia, onde são moradores sessenta e uma famílias com trezentas e cinqüenta e sete pessoas de confissão, o que tudo se via do rol que juntavam, e que levantariam Matriz com todo o paramento necessário e casa para o Reverendo Pároco; pedindo-me por fim de sua súplica lhes concedesse o deferido e atendendo a esta tão justa como louvável súplica, lhes mandei passar a presente, pela qual lhes concedo faculdade para erigirem a dita igreja no lugar que assinalar o Rev. Pároco da Vila de Jundiaí, que fará a vistoria da paragem que dizem os suplicantes, na forma da comissão para que esse efeito lhes é enviada, com cláusula de que será a Igreja de taipas e pilão ao menos, e coberta de telhas e não ser benta e aprovada sem primeiro se determinar e constituir côngrua suficiente para o Reverendo Pároco que servir a dita Igreja e fábrica dela. Dado nesta cidade de São Paulo, sob o selo das Armas de S. Excelência Reverendíssima, ou sem ele ex-causa, e meu sinal, aos dezoito de janeiro de 1773. E eu, Francisco Leandro Xavier de Toledo Rondon, escrivão da Câmara Episcopal, o escrevia Antônio de Toledo Lara".*

Cumpridas as determinações da diocese paulistana, veio o vigário de Jundiaí à "paragem chamada Campinas", para vistoriar e demarcar o local onde deveria ser construída a nova igreja. Seu auto de 'vistoria e demarcação' tem a data de 22 de setembro de 1773 e, tal como fora recomendado pelo governador da diocese, especifica as condições para a construção da igreja: *"(...) fez o dito Reverendo Juiz Comissário assinalar o lugar para a edificação da dita igreja, pondo no lugar da capela-mór uma cruz, e assinalando o lugar da porta da igreja seguindo*

o rumo do Sul e demarcando não só o âmbito da capela-mor, o qual tem quarenta palmos de comprimento e de largura trinta e dois palmos; e o corpo da Igreja até o arco do cruzeiro tem de comprimento oitenta e cinco palmos e de largura o corpo da mesma Igreja trinta e dois palmos..."

A escassez de recursos materiais determinou atraso na construção da Igreja, o que levou nove moradores do bairro do Mato Grosso a endereçarem nova petição à diocese, suplicando, desta vez, enquanto demorassem as obras da Igreja, fosse-lhes concedida licença "*para se fazer uma ermida mais à ligeira, com a decência possível, para servir enquanto se não conclui a dita Matriz".* Assinavam esta petição: José de Sousa Siqueira, Francisco Barreto Leme, Domingos da Costa Machado, Francisco Pereira Magalhães, Salvador de Pinho, Luís Pedroso de Almeida e Bernardo Guedes Barreto.

Concedido o solicitado, por despacho do novo bispo de São Paulo, D. Frei Manuel da Ressurreição, em data de 7 de maio de 1774, um mês depois, a 3 de junho, o governador da capitania, solícito e prestante, procurou concorrer para que não retardasse ainda mais a inauguração da igreja, dirigindo-se a da Inácia Bueno, moradora em Araçariguama, a pedir, de empréstimo, os paramentos sacros de sua capela para serem usados na capelinha pretendida pelos campineiros:

> *"Tendo mandado levantar uma nova povoação nas Campinas do Mato Grosso, da Vila de Jundiaí, onde já há princípios de uma nova igreja com capacidade de se celebrar o Santo Sacrifício da Missa, porém faltam os paramentos necessários para o dito ministério, e porque sei que V. Mecê tem todos os preciosos que serviram na sua Capela da Piedade, eu lhe rogo os queira emprestar por tempo de seis meses, como também o sino maior dos dois que na dita Capela existem enquanto os moradores da referida povoação procuram comprar os ditos paramentos ou enquanto V. Mecê não se resolve a vender os que agora emprestar".*

Frei Manuel da Ressurreição, bispo da diocese paulopolitana, consoante suas decisões anteriores, nomeou vigário interino da nova paróquia de Campinas a Frei Antônio de Pádua, a quem coube celebrar a primeira missa a 14 de julho de 1774, data esta considerada, oficialmente, como a da fundação de Campinas. A modesta ermida que deveria servir provisoriamente como igreja matriz foi edificada no local onde se encontra atualmente o monumento-túmulo de Carlos Gomes (Praça Antônio Pompeu, denominação atual). Essa capelinha era estreita e baixa e, segundo a tradição, coberta de sapé, tendo servido de sede da paróquia até o ano de 1781. Consta do citado *Livro do Tombo* precioso documento relatando a ocorrência de julho de 1774, e que julgamos oportuno transcrever, embora seja o mais divulgado dos textos antigos relativos à fundação de Campinas:

> *"Sendo estes sertões trilhados por muitos tempos com a estrada das Minas de Goiás, esteve alguns anos este caminho inculto, e depois vieram aos poucos principalmente taubateanos, a fazer aqui suas habitações por acharem fertilíssimas as terras, e suposto viviam com muita fartura de mantimentos, contudo pereciam fortemente pela falta de sacramentos, sem os quais no decurso de trinta anos faleceram perto de quarenta pessoas; isto por nenhuma causa mais do que pela grande longitude, e distância, em que existiam os moradores de sua Freguesia de Jundiaí; por cuja razão viviam tão aflitos, desconsolados, que muitas vezes sucedeu alcançarem licença para serem desobri-gados em seus próprios sítios dos preceitos quaresmais, e para se sepultarem os mortos se fez um cemitério, que serviu até a ereção desta Freguesia (a seguir o relato já mencionado dos esforços para a construção da pequena igreja na qual se celebrou a primeira missa a 14 de julho de 1774). Esta (a igreja) se acha, no presente, coberta de telhas, e espera-se que com brevidade se ponha suficiente conforme o zelo, que tiver o novo*

> *pároco, que vier, interpondo a sua diligência e o seu cuidado em pedir esmolas aos viandantes que vão para as minas de Goiás, e por todos os fiéis, que puder, e pelo mesmo povo, lembrando-se que é o seu único emprego o adorno da Igreja, sua esposa, cuja falta faz que se vejam os Templos de Deus arruinados e os ornatos e mais alfaias indignas de servir com a devida decência; e, sobretudo, tenham fé em Deus, que nada lhes há de faltar. Esta freguesia principiou-se sem haver um vintém e até agora se tem gasto para cima de setecentos mil réis, e nada se deve; assim assista-nos o Divino auxílio, que por meio da diligência que há de sempre ir em aumento, principalmente ajuntando-se muita gente, o que é verossímel, acabada a Matriz".*

A narrativa transcrita aborda dois pontos significativos para os primórdios não só da vida religiosa, mas da própria comunidade: a importância das relações com as "minas de Goiás" (elemento precípuo na origem de Campinas) e a necessidade de uma nova igreja "definitiva", deixando claramente entendido o caráter de provisoriedade da capelinha onde se celebrou a missa "da fundação", em 1774. O autor do relato já menciona a nova igreja como quase pronta, como que apenas à espera do novo pároco.

É importante lembrar o quanto os moradores da povoação dependiam dos viajantes que percorriam as rotas da mineração. Jamais poderiam dispensar os "campineiros" essa colaboração. Enorme era a sua pobreza, diz o texto transcrito. Nem um vintém puderam dar para o início das obras da nova igreja; e os setecentos "mil réis"que foram gastos, à custa de enormes sacrifícios angariados posteriormente, puderam ser pagos relativamente em pouco tempo, sem que credor algum os pudesse aborrecer.

Embora não totalmente concluída, a nova igreja foi inaugurada a 25 de julho de 1781, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição das

Campinas, conforme consta do termo lançado no primeiro Livro de Tombo, que acrescenta, ainda, que a 26 do mesmo mês, "*se transladou a imagem da Padroeira da primeira capela para esta Igreja nova com aquela solenidade que permite esta limitada e pobre Freguesia*", assinado pelo vigário Frei José do Monte Carmelo Siqueira. Como bem ponderou Souza Campos Júnior, *"estava enfim realizado o sonho de Barreto Leme e de todos os moradores da Freguesia das Campinas. A inauguração da sede de sua igreja-matriz significava para todos eles um grande acontecimento e uma conquista. Era um marco de progresso e civilização plantado na terra campineira".*

Localizada num dos extremos de extensa praça, hoje denominada "Bento Quirino", tornou-se um símbolo da cidade, pois em seu recinto realizaram-se daí por diante as manifestações não apenas religiosas, mas também cívicas, que passaram a marcar a vida da incipiente freguesia e depois vila. Nela realizaram-se, para exemplo, as grandes solenidades da aclamação do Imperador D. Pedro I, a 12 de outubro de 1822. E, até meados do século XIX em sua nave eram sepultadas pessoas gradas, falecidas na localidade, a começar pelo próprio fundador de Campinas, Francisco Barreto Leme. Uma lápide assinala, hoje, o acontecimento. Apenas, talvez por má informação, o autor da lápide atribuiu a Barreto Leme a qualidade "bandeirante", coisa que ele nunca foi ...

Pode-se afirmar que com a inauguração e desenvolvimento desta nova Igreja, transformada hoje na grandiosa basílica de Nossa Senhora do Carmo, encerra-se este nosso capítulo inicial sobre os "primórdios da vida religiosa de nossa cidade".

Daí por diante, e por quase um século, aquela foi posteriormente denominada "Matriz Velha" assinalou por todas as formas a vida da cidade, em tudo aquilo que pode se relacionar com o desenvolvimento religioso e social de uma comunidade. Orgulha-se a igreja de uma circunstância curiosa: numerosos dentre os seus vigários, quase dez, foram distinguidos com as honras episcopais, honrando e dignificando diversas dioceses do Brasil, inclusive a própria Campinas, pois dela saiu seu primeiro bispo, D. João Batista Correia Nery, como veremos na devida ocasião.

Uma relação completa, até a divisão da paróquia, com as respectivas realizações dos vigários da "Matriz Velha" poderá ser encontrada na monografia "**Pro Aris et Focis**". Não vemos necessidade de transcrevê-la na íntegra, mas parece-nos conveniente ressaltar os mais significativos dentre eles: Frei José do Monte Carmelo, a quem coube o início das obras, inaugurando-a, embora não totalmente concluída, a 25 de junho de 1781; padre Joaquim Gomes, com longo paroquiato (de 1795 a 1821), tornou-se o primeiro "vigário colado". A mais importante ocorrência de seu longo paroquiato, embora não de natureza religiosa, mas civil e administrativa, mas à qual a Igreja não permaneceu ausente, foi a série de medidas tomadas em fins de 1797 das quais resultou a elevação da Freguesia à condição de "Vila", com a instituição do respectivo poder municipal, independente do de Jundiaí. Cuidaremos em breve deste importante evento. Continuemos, por ora, a referência aos antigos vigários; padre Joaquim Anselmo de Oliveira (1832-1836 ou 37), deixou fama de grande orador; espírito liberal, manifestou tendências abolicionistas, o que parece ter desagradado os fazendeiros locais; a ele coube batizar Carlos Gomes, em julho de 1836; padre João de Almeida Barbosa (1838 a 1855): em seu paroquiato ocorreu a revolução de 1842 (que praticamente terminou em Campinas, com o combate da "Venda Grande"), a elevação da Campinas à categoria de cidade, também em 1842 e a primeira visita do Imperador D. Pedro II, em 1846; padre José Joaquim Vieira (de 1860 a 1864), natural de Itapetininga, elevado ao episcopado com função no Ceará, voltando, depois, para Campinas, onde realizou importantes obras, inclusive a Santa Casa de Misericórdia.

Mais para o fim do século XVIII, o desenvolvimento de Campinas cuja economia tinha por base a cana-de-açúcar e a agricultura de subsistência, levou seus moradores a solicitarem ao governo da Capitania a elevação à categoria de "Vila", desmembrada da de Jundiaí. Na estrutura administrativa da época a criação da vila implicava a instituição do poder municipal. Alegavam os campineiros o valor de seus rendimentos, o número de suas lavouras e o fato de serem quase todos "engenheiros", isto é, proprietários de engenhos, o que lhes trazia grande prejuízo em terem de servir à Câmara de Jundiaí. A petição, assinada por quarenta e sete

moradores, foi avalizada pelo pároco da Freguesia, o que lhe deu mais acentuada credencial.

Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, o novo governador da Capitania de São Paulo, ao qual se dirigiram os campineiros, considerando justa a petição, houve por bem atendê-la por provisão de 4 e portaria de 16 novembro do mesmo ano de 1797. A portaria determinou, entre outras medidas, para a instalação da vila, que ela passasse a denominar-se "São Carlos". As conjeturas acerca do novo nome são várias: homenagem a uma princesa lusitana nascida poucos meses antes; homenagem à própria esposa do Príncipe D. João, Dona Carlota Joaquina, ou em honra de São Carlos Borromeu, de quem o governador Melo Castro parecia ser devoto, e cujo onomástico se celebra a 4 de novembro, data da provisão. O que se sabe, todavia, é que o nome imposto a Campinas não "pegou", sendo usado apenas em documentos oficiais. E segundo o depoimento do viajante francês Saint-Hilaire, até em atos oficiais o nome Campinas freqüentemente aparecia. Só em 1842, ao ser elevada à categoria de "cidade" foi a denominação Campinas restabelecida. É importante não confundir – como muita gente menos avisada o tem feito – com a atual cidade de São Carlos, que é de fundação bem mais recente.

Mais cedo talvez do que se poderia esperar, ocorreu o inevitável: a divisão da paróquia, como decorrência do desenvolvimento da urbe que contava já cerca de trinta mil habitantes. Muita celeuma provocou esta idéia da divisão, que acabou se concretizando com o ato do presidente da Província, Dr. Antônio Cândido da Rocha, de 18 de abril de 1870. Em seu artigo primeiro, dizia simplesmente, sem qualquer "considerando": *"Fica dividida em duas paróquias a única de Nossa Senhora da Conceição de Campinas*". E em seu artigo quarto acrescentava*: "A paróquia do lado do Norte terá a denominação de Paróquia de Santa Cruz de Campinas e por sede a atual Matriz Velha; a do Sul se denominará Nossa Senhora da Conceição de Campinas e terá por sede a nova matriz, e enquanto esta não se concluir, servirá de matriz a Igreja do Rosário*". O artigo segundo dispunha sobre as divisas das duas paróquias, divisas, que aliás, sofreram pequenas modificações pouco depois.

Informa Jolumá Brito no segundo volume de sua *História de Campinas*, (p.143) que o vigário capitular da "Matriz Velha", em provisão de 15 de abril de 1871, atendendo a uma representação que lhe foi dirigida, declarou padroeira da freguesia de Santa Cruz – Nossa Senhora do Monte Carmelo ou Nossa Senhora do Carmo, autorizando o pároco a receber a imagem que, para esse fim, tinham oferecido os irmãos terceiros e mais devotos da mesma Senhora.

A confusão que muitas vezes se faz, nos primeiros tempos, com as denominações "Santa Cruz" e "Nossa Senhora do Carmo" têm impedido, na apreciação da crônica eclesiástica, que se tenha uma linhagem por assim dizer "histórica", pois alguns cronistas menos avisados tomavam às vezes uma pela outra. Nem a divisão inicial da paróquia, a que já nos referimos contribuiu para evitar a confusão, ainda mais que esta divisão foi alterada pouco depois.

Uma das igrejas que posteriormente veio a constituir-se paróquia foi a do Rosário, outra igreja de grande individualidade e importância na crônica religiosa campineira. Construída primitivamente em taipa de pilão por iniciativa do Padre Antônio Joaquim Teixeira de Camargo, foi inaugurada, ao que se afirma, em 1817 para ser sede da segunda Irmandade de homens pretos, dissidentes da Irmandade de São Benedito. Como simples capela, ainda, fizeram-se nela, mais para meados do século, melhoramentos para que ela estivesse em condições de receber D. Pedro II e sua comitiva imperial, em sua primeira visita a Campinas, em 1846.

Mais para o fim de século, com a Matriz Nova (a Catedral de hoje) ainda em construção, a modesta Igreja do Rosário ocupou provisoriamente o seu lugar como paróquia. Todavia, a conclusão da Igreja e sua solene inauguração só ocorreram em setembro de 1899. Desde pouco antes (1895) passara a Igreja a ser administrada por missionários claretianos, procedentes da Espanha (Barcelona). Concluída no seu todo, em 1913, passou essa Igreja a despertar interesse não só da população como dos visitantes. Teve ela muita importância na delimitação urbana da cidade, inclusive com a denominação "do Rosário", dada à praça em que

se situava e à própria rua em que fora construída (a grandiosa avenida Francisco Glicério de hoje). E apesar do largo ter oficialmente o nome de "Visconde de Indaiatuba", todo o mundo o conhece por Largo "do Rosário", mesmo atualmente quando a igreja não mais existe nesse local.

De fato, com a reforma urbanística porque passou Campinas na década de 30 do século passado, sob a orientação de Prestes Maia, foi a igreja sacrificada para o alargamento da rua em que ela se situava. No dia 9 de maio de 1956 foi assinada a escritura definitiva da desapropriação da Igreja do Rosário e dias depois, sob protestos, começaram a demolição.

No local da igreja situa-se hoje a Praça Guilherme de Almeida, mas, como dissemos, o nome de "Rosário" continua na antiga praça fronteira, até hoje o centro cívico de Campinas. E uma nova igreja "do Rosário" foi construída nos loteamentos do Chapadão, na importante via que serve de "espigão" para Campinas e que tem o nome de Francisco José de Camargo Andrade. E em 1965, no dia 28 de outubro publicou-se o decreto de criação da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, já em sua nova sede, tendo como primeiro pároco o Padre Artidório Aniceto de Lima CMF.

A MATRIZ NOVA (DEPOIS CATEDRAL)

"O majestoso templo que se ergue na Praça José Bonifácio atrai as visitas de todos os amantes de coisas de arte, que vêm à nossa cidade, quer a passeio, quer a negócios. E todos são unânimes em tecer os maiores elogios às soberbas obras de entalhe que constituem um lavor artístico de elevado valor. É um patrimônio inestimável, que deve merecer o máximo zelo de todos os campineiros. É incontestavelmente um monumento suntuoso pelos verdadeiros primores de arte que encerra em seus trabalhos de entalhe, em madeira. Além desta circunstância que a torna

> *importante atrativo local, representa um legítimo atestado dos sentimentos religiosos dos antigos campineiros".*

Com esse parágrafo, inicia Leopoldo Amaral sua crônica sobre a nossa Catedral, publicada originalmente em "O Estado de São Paulo" e incluída em seu livro *Campinas: recordações* (1927).

Data de 1807 o primeiro movimento para a construção desse templo, cujas proporções eram realmente colossais para a localidade que era Campinas naquela época. É que os moradores de então – diz ainda o ilustre jornalista campineiro – homens do largo descortino, previam o futuro desenvolvimento do seu torrão natal.

Sua construção não foi tranqüila e demorou mais de setenta anos, pois, com efeito, só foi inaugurada em 1883. Muitas referências se encontram em viajantes do século XIX que passaram por Campinas e referiam-se ao "suntuoso templo" em construção. Um deles, o oficial de Engenharia Alfredo d'Escragnolle Taunay (o futuro Visconde de Taunay), passando por Campinas em 1865 de passagem para o sul de Mato Grosso, onde se deflagrava a Guerra do Paraguai, teve sua atenção despertada, antes de tudo, pela enorme igreja em construção, e que, no seu dizer,

> *"tem proporções majestosas, e no interior apresenta um trabalho perfeitíssimo de obra de talha, prometendo vir a ser, quando concluída, um dos mais esplêndidos templos do império".*

Mas, não deixa de fazer algumas críticas, como engenheiro que também era:

> *"O vício, contudo, no risco primitivo, e a pouca solidez das paredes de taipa, apesar da enorme espessura, embaraçam a terminação e decoração da fachada, razão pela qual hoje se procura aproveitar o que existe feito, adaptando um plano de reforma parcial".*

E adiante:

> *"O perigo no trabalho de taipa já se patenteou: parte da parede da frente desabou, matando alguns operários. Para conclusão da fachada adotou-se um plano misto, com uma só torre; entretanto, as obras pararam completamente depois do desastre".*

Sempre nos pareceu muito significativo o interesse demonstrado por Taunay pela nossa futura catedral. Além dos dois tópicos acima transcritos e que constam de seu livro *Marcha das Forças* (edição Melhoramentos, São Paulo, 1928), ocupou-se dela o futuro Visconde em diversas cartas que, estando em Campinas, escreveu a seu pai, no Rio de Janeiro. Aliás, diga-se de passagem, essas cartas, em número de 22, constituem excelente retrato do que era Campinas em 1865. Tivemos oportunidade de publicá-las todas em o nº 150 de nossa *"Notícia Bibliográfica e Histórica"*, correspondente ao segundo trimestre de 1993. Uma dessas cartas, a de 18 de abril de 1865, em vez de seguir pelo correio comum, foi enviada em mãos por intermédio de Antônio Carlos Sampaio Peixoto, o "*ativo administrador das obras da magnífica catedral (sic) que em Campinas se constrói*"; e nela informa, entre outras coisas, ter participado de uma reunião de engenheiros na qual se discutiu o problema das torres, se seria apenas uma ou duas. E acrescenta que *"o Sr. Sampaio, no Rio de Janeiro, procurará você para lhe falar desse caso*". E mais: "*Temos aqui em Campinas muita falta de bons operários, pedreiros e carpinteiros*". E recomendava a Sampaio que procurasse no Rio um certo Job Justino da Silva, "arquiteto de valor" e muito afeiçoado à família Taunay.

Menos de um mês depois, Taunay deixou Campinas no rumo do sul de Mato Grosso, local onde sua expedição sofreu os horrores da famosa Retirada de Laguna, que forneceu assunto ao seu livro mais conhecido. No regresso para o Rio, não passou por Campinas e nunca mais esteve em nossa cidade. E, assim, nada mais sabemos de seu interesse pelas obras da Igreja em construção. E nem mesmo encontramos qualquer referência a essa viagem de Sampaio Peixoto ao Rio e nem se ele chegou a encontrar-se com as pessoas recomendadas por Taunay.

E as obras continuaram com várias interrupções ainda por quase vinte anos após a passagem de Taunay, pois só em 1883 pôde ela ser inaugurada; mencionemos que nos últimos anos foram as obras dirigidas por Ramos de Azevedo, que veio a ser um dos maiores arquitetos do Brasil.

Todos os que têm escrito sobre a Catedral, brasileiros ou estrangeiros, referem-se com especial agrado às obras de entalhe em madeira, o que constitui, realmente, obra de excepcional valor artístico. Realizou-as um entalhador baiano, Vitoriano do Anjos, trazido a Campinas por Antônio Francisco Guimarães, curiosa figura de cidadão português radicado em nossa cidade desde 1819. Recebeu o apelido de "Bahia", por ter vivido muito tempo naquela província, onde conheceu o entalhador responsável pelo grande monumento artístico que ornamenta nossa Catedral.

Permitimo-nos tomar emprestado ao historiador Celso Maria de Mello Pupo seu depoimento sobre a obra do artista baiano que veio para a nossa cidade em 1853:

> *"...talhou o grandioso altar-mor que se compõe de um semicírculo de colunas, circundando, pelos lados e pelo fundo, uma seqüência de plataformas circulares, em pirâmide que se ergue no centro, sustentadas umas sobre as outras por frontais lindamente entalhados, aproximando-se, no alto, de duas coroas sobrepostas às colunas circundantes, como um baldaquino, tudo entalhado. As colunas são toras de cedro campineiro que 'o homem colheu na mata, brutas e informes, transmudadas em graciosos suportes, delicados e esbeltos, elegantes no encanto de curvas e rebaixos perfeitos, interrompidos por grinaldas e diademas'; 'a cornija esculpida sustenta braços recurvados que alçam as coroas engrinaldadas de rosas folhagens'. Fez Vitoriano*

> *dos Anjos as rendas das grades das tribunas, do coro e dos púlpitos, estes últimos como dois ostensórios de filigrana e suportes magníficos" (**Campinas, seu berço e juventude**, 203).*

Iniciados os trabalhos por Vitoriano dos Anjos em 1853, trabalhou ele até 1861, sendo sua obra continuada por Bernardino de Sena Reis e Almeida, do Rio de Janeiro, que, de 1862 a 1865, completou a obra maravilhosa de entalhe nu, obra rara em nosso país – depõe ainda Mello Pupo – que conta com a quase totalidade dos entalhes, recobertos de pintura e ouro.

Digno de menção parece-nos também o depoimento do viajante português Augusto Emílio Zaluar, que em 1861 visitou nossa cidade:

> *"Tenho visto poucos trabalhos tão peregrinos executados em madeira. É um poema de flores, arrendados, colunatas, arabescos, grinaldas, florões, enlaçados com profusão e simetria, beleza e unidade, traduzindo as idéias de uma alma de poeta sob as formas mais puras, graciosas e sublimes que se podem reproduzir pelo cinzel do escultor! O cedro passou do templo da criação ao templo da arte, cantando um salmo não interrompido de louvor a Deus, primeiro como expressão da natureza, e depois como um hino da humanidade!" **(Peregrinação pela Província de São Paulo,** 153**).***

E referindo-se à situação em que ele encontrou Vitoriano dos Anjos na Campinas que ele visitou, escreve estas linhas de tristeza:

> *"Este notável artista, já ancião e coberto de cãs, vive na mais ignorada obscuridade. Os seus trabalhos não são talvez apreciados nem remunerados como devem, o que explica a expressão de profunda tristeza e desgosto que se descobre na fisionomia do infatigável entalhador*

baiano. Surpreende ver o trabalho concluído por este homem em pouco mais de seis anos" (p. 153).

Inaugurada, como informamos, a 8 de dezembro de 1883 a "matriz nova", eis como a "Gazeta de Campinas" noticiou o importante evento:

"O aspecto que apresentava o largo da referida matriz e suas imediações denunciava os tons da mais viva alegria, por isso que achavam-se esses lugares ornamentados com palmeiras e folhagens, bandeiras, flâmulas, arcos de flores e outros iluminados a gás. Nos quatro cantos viam-se elegantes coretos destinados às bandas de música – Sociedade 'Luís de Camões' e a dos srs. Azarias e Luís de Tullio

Na impossibilidade de descrever todo o ocorrido minuciosamente, vamos dar somente o que pudermos apanhar relativamente aos dias da festa. No dia 6 efetuou-se a benção do majestoso templo pelo Exmo. Sr. D. Lino, bispo desta diocese em presença de avultado número de sacerdotes e muito povo, sendo à noite transladadas em procissão as imagens do Rosário, templo este que desde 1870 estava servindo de matriz. No dia 7 foi a igreja sagrada com a maior solenidade, havendo missa pontificial pelo Sr. D. Lino Deodato.

Antes de começar o serviço foi executada uma esplêndida ária, composição do maestro Sant'Ana Gomes, cantando com extrema expressão o solo a exma. sra. D. Adelaide Lopes de Souza Gonçalves, acompanhada por viola de amor e orquestra. A interpretação da música, tanto por parte desta exma. sra., como da orquestra grandemente aumentada, foi a melhor possível. Após isto realizaram-se as matinas solenes, achando-se o

templo brilhantemente iluminado e repleto de povo.

No dia 8, antes da missa, foi executada a grande oratória, música do maestro Elias Lobo e letra do dr. Antônio da Costa Carvalho, produzindo essa composição o mais agradável efeito, pois tomaram parte além da exma. sra. d. Adelaide Lopes, a exma. sra. d. Cândida de Queiroz Teles, e muitas outras senhoras e vários cavalheiros, divididos em grupos, o que fez com que se destacassem magnificamente os solos cantados pelas mencionadas senhoras. Terminada a oratória, deu-se princípio à missa com o Kyrie expressamente escrito e enviado de Milão para esta solenidade pelo nosso estimável compatriota José Lino de Almeida Fleming, composição essa que agradou sobremaneira, e para cuja execução foram empregados os mais dedicados esforços pelo sr. Sant'Ana Gomes, que recebeu na véspera, podendo assim apresentar um trabalho de nosso patrício. O Kyrie recomenda bastante as aptidões do sr. Fleming para esse gênero de composição.

A missa oitava do maestro Elias Lobo, já por vezes executada nesta cidade foi a escolhida para esse dia, completando assim com muito realce a parte da festa. O solo ao pregador, sendo este o sr. Abade de São Bento, cantou-a a exma. sra. d. Esméria Lobo, cuja voz de um timbre muitíssimo agradável é sempre apreciada.

Não podendo realizar à tarde a procissão por causa do mau tempo, houve Te Deum e sermão pregado pelo sr. cônego Ezequias Fontoura, sendo cantada uma 'preghiera' pelas alunas do Colégio Florence com acompanhamento de órgão

> *pelo sr. Giorgetti, e encarregando-se da parte principal a exma. sra. d. Maria Monteiro, a qual, possuindo magnífica voz de contralto, conseguiu facilmente despertar a atenção de todos, pois que patenteou-se uma cantora apreciabilíssima." (Apud Mendes, José de Castro – **Efemérides campineiras**, p. 69-71. Campinas, 1963).*

Parece-nos significativo registrar que a primeira cerimônia realizada na "Matriz Nova", logo no dia seguinte à sua inauguração, foi a sagração episcopal do padre Joaquim José Vieira, designado para a diocese do Ceará. Trata-se de uma das figuras mais marcantes da crônica campineira, embora, como lembrou pertinentemente Mário Pires, "não sendo filho de nossa cidade, o padre Vieira foi um dos seus mais notáveis e queridos vultos" (Pires, Mário – *Campinas, sementeira de ideais*, p. 173). Era natural de Itapetininga, onde nascera a 17 de janeiro de 1836, mas iniciou sua vida religiosa em Campinas, e, terminada função episcopal no Ceará, retornou à nossa cidade, aqui falecendo aos 08 de junho de 1917.

O "Padre Vieira", como continuou sempre sendo chamado, apesar da titulação episcopal, tem, a seu crédito, uma das maiores obras já realizadas em Campinas, qual seja a "Santa Casa de Misericórdia", inaugurada em 1876. No pátio desta instituição, bem defronte a capela (Nossa Senhora da Boa Morte) erigiu-se significativo busto em sua memória e a extensa rua que dá acesso ao hospital (vinda desde o alto do Bosque dos Jequitibás) recebeu o seu nome. Não D. Joaquim José Vieira, que seria então realmente o seu título, mas simplesmente "Rua Padre Vieira", que é como ele sempre gostou de ser chamado.

O evento que acabamos de registrar – a Inauguração de nossa futura Catedral coincide com o início de uma série de transformações por que passou a urbe campineira, como que preparando-a para o advento de um novo século. A enorme riqueza auferida com o açúcar e principalmente com o café proporcionou não apenas uma série de melhoramentos materiais que beneficiaram a cidade, mas igualmente uma preocupação de ordem cultural, artística, social e religiosa. É significativo – já o lembramos – que

uma cidade ainda tão pequena, que mal passava de seis mil habitantes em meados do século, tenha tido condições para a edificação de uma igreja tão grandiosa – um dos mais belos templos do Brasil – famosa pelas suas obras de arte.

Na segunda metade do século XIX empolgou-se Campinas pelo que chamaríamos a "filosofia do progresso", que também marcou inúmeras outras cidades brasileiras. Ampliou-se a área urbana até atingir e ultrapassar o rocio original; surgiram melhoramentos materiais de toda a ordem: pavimentação de ruas, calçadas, mercado, jardins, fontes, chafarizes, iluminação pública, rede de águas e esgotos, transportes para novos bairros que estavam surgindo, estabelecimentos de ensino, associações culturais, artísticas e recreativas, lojas de qualidade, nas quais se notava sobretudo a influência francesa, instituições filantrópicas e assistenciais, associações esportivas, núcleos coloniais estrangeiros (Campinas foi uma das pioneiras no trabalho livre e na colonização européia), indústrias bem variadas, começando pelas máquinas agrícolas, tipografia, jornais, livrarias, enfim tudo aquilo que provocou entusiasmo em visitantes que aqui estiveram.

A todos esses melhoramentos materiais, sobrelevou, pela suas importância, a estrada-de-ferro, que atingiu Campinas a 11 de agosto de 1872, com a inauguração do primeiro trecho da Companhia Paulista procedente de Jundiaí e ligada diretamente à São Paulo. A inauguração de uma ferrovia, como é sabido, é marco deveras importante na história de qualquer cidade.

A estação, situada quase sempre num largo (chamado mesmo muitas vezes simplesmente de "Largo da Estação"), atraía para as suas proximidades inúmeros hotéis, em geral modestos, mas que preenchiam a finalidade de atender de maneira prática e satisfatória aos usuários da ferrovia. Com o tempo, as áreas vizinhas à estação acabaram perdendo suas características iniciais: tornaram-se apenas local de armazéns, bares, hotéis mais baratos (pois as pessoas de melhor categoria preferiam alojar-se em lugares mais sossegados) e, muitas vezes passaram a ter aspectos nem sempre muito convidativos, seja pelas condições de higiene ou pelos riscos de ladrões e vigaristas à espera de incautos viajantes, e muitas vezes

até se transformaram em ponto de exibição, nem sempre muito discreta, de prostitutas. Enfim, as "zonas deterioradas", tão bem caracterizadas pelos sociólogos. Mas, antes que tal acontecesse, a estação chegou a ser ponto de reunião de pessoas elegantes que tinham como divertimento "esperar o trem"...

Igualmente, a ferrovia marcou a paisagem urbana e sobretudo industrial das regiões por ela servidas. Estas considerações, válidas para qualquer cidade servida por ferrovia, tornam-se particularmente significativas com relação a Campinas. Nossa cidade tornou-se um dos maiores centros ferroviários do país. Pouco depois da inauguração da "Paulista" fundou-se aqui a "Mogiana", esta, tanto quanto aquela, intimamente ligada ao desenvolvimento da cultura cafeeira; a esta nova ferrovia caberia servir uma das mais antigas regiões da então província de São Paulo, atingindo, mais para o fim do século, as divisas com Minas Gerais e penetrando em território mineiro, onde se articulou com outras estradas de ferro. À "Mogiana", estaria fadado, assim, o importante papel de capturar para a economia paulista grande parte do Sul de Minas, do Triângulo Mineiro e de Goiás.

Isto beneficiou particularmente a cidade de Campinas, pois tendo aqui a "Mogiana" sua estação inicial, a vinculação com as áreas mineiras tornou-se muito mais fácil com esta cidade do que com a própria capital do Estado. Assim, os antigos internatos colegiais bem como os hospitais e clínicas médicas de Campinas tornaram-se preferidas pelos habitantes do Sul de Minas e do Triângulo. Conseqüentemente, tornou-se, profundamente marcante a presença mineira em Campinas.

Mas, além da "Paulista" e da "Mogiana", outras três ferrovias passaram a servir Campinas: a "Sorocabana", por meio de um ramal procedente de Mairinque; e duas outras, menores, constituídas e fundadas aqui mesmo, vinculadas diretamente à vida da cidade: o "Ramal Férreo Campineiro" e a "Funilense". Com estas cinco ferrovias, Campinas apresentava-se, num mapa, com a característica estrela de seis raios, fato único na história ferroviária do Brasil.

Menção especial merece o setor cultural. O fato de Campinas ter sido berço de Carlos Gomes como que a predispôs a uma grande e

variada atividade artística, desde o século XIX. Uma crônica do cotidiano mostraria imenso rol de atividades musicais e também teatrais- com freqüentes visitas de grandes figuras do cenário artístico do país e do exterior e com a edificação de excelente Teatro Municipal, inaugurado em 1930, mas infelizmente não mais existente. Na área do ensino, dois grandes estabelecimentos foram criados na segunda metade do séc XIX: o "Colégio Internacional" (1869) e o "Culto à Ciência" (1873). Tornaram-se famosos e projetaram o nome de Campinas por todo o país. Ambos existiram até fins do século: o "Internacional", por ocasião da epidemia de febre amarela que assolou a cidade, foi transferido para Lavras, no sul de Minas; o "Culto à Ciência", depois de quase vinte anos, viu-se na contingência de encerrar suas atividades, tendo sido seu edifício adquirido pelo governo do Estado, que nele instalou um ginásio oficial, também de grande renome em todo o país.

Outros grandes estabelecimentos de ensino marcaram o panorama cultural de Campinas- e aqui entra particularmente a ação da Igreja- com a fundação do "Liceu Nossa Senhora Auxiliadora" (originado de um antigo Liceu de Artes e Ofícios), o "Diocesano Santa Maria", e alguns leigos, como o "Progresso Campineiro", o "Ateneu Paulista", a Escola Normal Oficial, o Instituto Cesário Mota, entre outras.

Duas outras ocorrências não podem deixar de ser mencionadas: a fundação do Instituto Agronômico, ainda ao tempo do Império (1887) e que se tornou uma das mais renomadas instituições científicas do país, de projeção internacional; e o "Centro de Ciências, Letras e Artes", que este comemora seu centenário, fundado por um grupo de intelectuais da cidade (quase todos vinculados ao Ginásio do Estado e ao Instituto Agronômico), entidade que recebeu apoio de numerosos intelectuais de todo o país e até do exterior.

A planta da cidade divulgada no livro *Campinas em 1900,* de Leopoldo Amaral, delimita com precisão a área alcançada pelos arruamentos na virada do século: no sentido Norte, o canal de saneamento (atual avenida Orosimbo Maia) era praticamente o limite da área urbana, embora a avenida Barão de Itapura já aparecesse assinalada, inclusive com o local do Instituto Agronômico; pouco além, passavam os trilhos da "Mogiana"

e da "Funilense", vendo-se o Guanabara e o Taquaral ainda em formação, embora já indicado o antigo Liceu de Artes e Ofícios. Ao Sul, pouca coisa havia além dos trilhos da Paulista; incipientes, a Vila Industrial, a Ponte Preta e o Fundão, este praticamente limitado ao caminho para o cemitério, então chamado "do Fundão", atualmente "da Saudade"; assinalava também a planta alguns marcos importantes, como o curtume, as oficinas da "Mogiana" e os asilos de inválidos e de variolosos. No sentido de Leste, praticamente a cidade terminava no Bosque dos Jequitibás, sendo a Coronel Quirino a última rua assinalada; quase nada do que é hoje o Cambuí; o povoamento não alcançava ainda a valeta do Córrego Proença (a "Norte-Sul" de hoje), o que aliás vai demorar a ocorrer; no cruzamento da Coronel Quirino com a Moraes Sales, a planta assinalava o início da "Estrada Pública para o Arraial dos Sousas". E, finalmente, a Oeste, os trilhos da Sorocabana eram os limites da cidade; o Bonfim aparecia como bairro em formação, beneficiado por algumas indústrias ao longo da ferrovia; também o Hipódromo, no ponto em que o Bonfim se limitava com a Vila Industrial. Assinalava a planta os edifícios mais importantes: igrejas, escolas, repartições, bem como gasômetro e a estação de bondes, estes ainda à tração animal, pois só a partir de 1912 seriam eletrificados. O aparecimento dos bondes (veículo coletivo por excelência na época) foi decorrência da ampliação da área urbana e Campinas foi das primeiras cidades de interior a beneficiar-se deste melhoramento: inicialmente apenas três linhas (Estação, Gasômetro e Jardim Público), estendidas depois ao Hipódromo e ao Guanabara.

A planta que se levantou trinta anos depois apresenta poucas modificações; apenas se consolidaram os povoamentos ainda incipientes na planta anterior e, por sua vez apresentava novos bairros em formação, com delineamentos apenas esboçados e ruas ainda sem denominação.

No ritmo até então assinalado, era de se esperar um crescimento bastante acentuado nos primeiros trinta anos do século XX. Tal, contudo, não ocorreu. Sofreu a cidade tremendos prejuízos com as epidemias de febre amarela no fim do século anterior. A desolação campeou. Muita gente abandonou a cidade . Acreditou-se mesmo que Campinas jamais se reergueria e, desta maneira frustraram-se as perspectivas para aqueles que esperavam que Campinas viesse a suplantar a própria capital. Tudo fazia

crer nessa vertiginosa curva ascensional. Mas, a febre "matou" a cidade... Felizmente, os trabalhos de saneamento livraram-na do mal e pôde ela ressurgir das próprias cinzas, a repetir a lenda da fênix que, mui de propósito, figura no seu brasão de armas... Mas o ressurgimento foi lento.

Em vez de crescer assustadoramente, como ocorreu com a Capital (um dos maiores índices de crescimento em todo o mundo), preferiu consolidar-se. E é como cidade estável econômica, social e culturalmente que Campinas se impôs ao Brasil nos primeiros decênios do século XX. Viveu muito do seu passado, conservando ciosamente sua "memória".

Nessa fase final do séc XIX e início do XX, entra mais decisivamente ainda a ação da Igreja. Alguém, tomando conhecimento do desenvolvimento da Igreja e das instituições religiosas na cidade, poderia estranhar que ela não fosse ainda sede de Bispado. Era como se ela estivesse preparando o caminho para esse evento que, veio a ocorrer no início do século passado, e que abre, de fato, um novo capítulo na História religiosa da cidade.

A idéia da criação da Diocese de Campinas surgiu em fins do século XIX. Com o crescimento da cidade e o desenvolvimento das próprias atividades eclesiásticas através não apenas de igrejas mas também de instituições de várias naturezas, educacionais, principalmente, figuras expressivas da cidade, como Francisco Glicério, César Bierrenbach, Orozimbo Maia, Júlio Frank de Arruda, Antônio Carlos do Amaral Lapa, João de Assis Lopes Martins, Roque de Marco, Antônio Benedito de Castro Mendes, fora elementos da própria igreja, movimentaram-se no sentido de tornar realidade a proposta inicial, a qual a Santa Sé não considerou oportuna, entre outras coisas por ser Campinas cidade muito próxima a São Paulo.

A todos excedeu nesses esforços o D. João Batista Correia Nery, inclusive com um desprendimento digno mesmo de uma grande alma. Em carta que dirigiu ao ministro do Brasil junto à Santa Sé, escreveu textualmente: *"Como recompensa apenas pediria ao Santo Padre um favor: não ser Bispo de Campinas em hipótese alguma. Não desejo que paire sequer a suspeita de que trabalhei por Campinas buscando colocação para mim. Deus sabe a pureza da intenção com que me esforcei*

por essa criação, mas, os homens talvez não vejam essa pureza". Mas, estaria o nobre sacerdote predestinado a ser o primeiro antístite da nova Diocese!

As dificuldades aplainaram-se posteriormente quando se pensou na organização de uma nova Província Eclesiástica em São Paulo, idéia já esboçada muito antes por D. Joaquim Arcoverde quando Bispo da capital paulista e pelo seu sucessor, D. José de Camargo Barros. Escrevendo de Roma a Dom Nery, a 28 de novembro de 1898, dizia Dom Joaquim Arcoverde: "*Começou a ter execução o grande plano da criação das Dioceses de São Paulo, esboçado por mim e D. José de Camargo Barros, e realizado por D. Duarte: mas é força confessar que Campinas foi a causa impulsora desse desdobramento maravilhoso de dioceses que vão trazer benefícios incalculáveis a esse povo tão bom e tão digno desses benefícios".*

A idéia, acariciada por todos, tornou-se realidade aos 7 de junho de 1908, pela Bula "Diocesium nimiam amplitudinem", de S.S. o Papa Pio X, pela qual criava a nova Província Eclesiástica de São Paulo, tendo como Dioceses sufragâneas a Diocese de Curitiba e as cinco novas Dioceses paulistas de Taubaté, Campinas , Botucatu, São Carlos e Ribeirão Preto.

O nosso Cônego Nery, que havia sido elevado ao episcopado em 1896, cabendo-lhe instalar a diocese de Vitória, no Espírito Santo e transferido em 1901 para a de Pouso Alegre, no Sul de Minas, veio a tornar-se o primeiro Bispo da Diocese Campineira voltando, pois, à sua terra natal, onde viveu até o seu falecimento, a 1º de fevereiro de 1920. Com sua investidura à frente da Nova diocese, talvez seja D. Nery um talvez único na história do episcopado brasileiro de um bispo instalar três dioceses.

Lembremos que, antes de sua ascensão ao episcopado, o então Cônego Nery realizara importante obra religiosa, filantrópica e educacional em Campinas, tendo a seu crédito importantes empreendimentos. Um dos mais significativos, o Liceu de Artes e Ofícios, veio a se transformar no Liceu Nossa Senhora Auxiliadora, um dos mais renomados educandários não só da cidade, mas do próprio país. E ressalte-se seu lado humanitário quando a cidade foi assolada pela epidemia de febre amarela no último decênio do século XIX.

A IGREJA EM CAMPINAS NO SÉCULO XX

Lilia Inês Zanotti de MEDRANO
PUC-Campinas
João Miguel T. de GODOY
PUC-Campinas

A criação da Diocese de Campinas ocorreu em 1908. Do ponto de vista institucional representou uma tentativa de desfazer os nós de um emaranhado de problemas que vieram se acumulando desde, pelo menos, meados do século XIX. Problemas que não eram privativos da Igreja Católica em Campinas envolviam a instituição de maneira global e colocavam em questão o problema de sua sobrevivência num período de aceleração das mudanças na sociedade brasileira. No contexto europeu as coisas não eram diferentes. O fim do Antigo Regime, as Revoluções Liberais dos séculos XVIII e XIX, a mudança dos vínculos da Igreja com o Estado e a emergência da sociedade industrial e urbana, com suas idéias, valores e "tentações", colocou necessariamente novos e importantes desafios para a Igreja Católica. No Brasil, em virtude da vigência do regime de padroado até o fim do século XIX, o enfrentamento da questão pode ser adiada mas não evitada.

A reconstrução sucinta e o exame das características gerais que defiram esses problemas, relacionados entre si, talvez possam contribuir para o entendimento de dimensões relevantes da história da Igreja em Campinas no século XX.

O INGRESSO DA REGIÃO NOS CIRCUITOS DA ECONOMIA MUNDIAL

Na segunda metade do século XVIII e início do XIX, a região de Campinas foi incorporada nos circuitos da economia mundial. Trata-se de um momento decisivo na história local, cuja dinâmica não pode mais ser entendida desconectada das circunstâncias externas. Foi cortada por uma estrada ou caminho que ligava a província de São Paulo ao Brasil central (a chamada estrada dos goiases); foi pisoteada pelas tropas de muares, lavrada pelos seus primeiros ocupantes, revolvida e explorada largamente por outros que vieram depois. A própria fundação e expansão da cidade resultou dessas transformações. Embora tenha sido igualmente um de seus vetores mais dinâmicos.

No entanto, entre a ocupação vagarosa, mas contínua, que desenvolveu-se a partir do início do XVIII e aquela que se configurou no final desse período, apenas aparentemente transparece uma linha de continuidade ou processo cumulativo, natural, de adensamento demográfico e ocupação do solo. Resultam de uma análise mais profunda elementos de ruptura e descontinuidade. De fato, pode-se perceber nas últimas décadas do século uma alteração brusca e mesmo uma mudança de rumos no processo de desenvolvimento regional. Os deslocamentos mais evidentes apareceram na implantação e depois substituição da lavoura do milho pela cana de açúcar e posteriormente pelas plantações de café; na chegada dos sesmeros e na expansão das propriedades rurais em locais antes ocupados por pequenos sitiantes e lavradores nômades; na chegada de negros escravizados em quantidades crescentes onde antes predominava o trabalho do núcleo familiar e dos mutirões; na substituição das vendas e dos locais de pouso dos tropeiros pelos armazéns, casas de importações, casas bancárias, etc

Falamos aqui em substituição, seríamos mais precisos se pensássemos em termos de sobreposição. Nem o milho, nem o sitiante, nem os mutirões e santos desapareceram repentinamente. Uma nova moldura os envolveu, um novo enquadramento, uma nova dinâmica econômica e social alterou certamente o seu sentido, suas funções e sua abrangência.

Para os padrões regionais não se tratou de alterações econômicas e sociais simples, um novo ciclo econômico, o ingresso de novos personagens em cena e uma mudança na paisagem rural. Mais do que as transformações que afetaram cada uma das esferas que compõem a existência, a novidade estava principalmente num novo modo de articulação do econômico, do político, do religioso, etc. O elemento realmente novo, que possibilitou não apenas diferentes realidades locais, mas uma nova configuração geral da vida, foi a inserção definitiva e radical da região nos circuitos da economia mundial.

Temos aqui o enquadramento geral que articula o conjunto de características regionais e ao qual devemos atribuir uma função analítica. O impacto da nova ordem alterou de maneira profunda e irreversível o modo de vida local. Esta nova ordem não se traduz apenas por uma modificação econômica, devemos insistir, embora implique um regime de propriedade da terra diferente, de novas tecnologias e organização da produção, de novas relações sociais nas atividades produtivas associadas a novos e coerentes mecanismos de expropriação daqueles que realizam o trabalho. Associado a esses elementos e garantindo as condições de sua reprodução durante períodos mais prolongados, definiram-se configurações sociais específicas e formas institucionais particulares.

Do ponto de vista religioso, as transformações apontadas acima traduziram-se num processo de mudanças onde o catolicismo de extração popular, baseado no culto dos santos, foi progressivamente incorporado, controlado e substituído pelo "Deus estabelecido", para usarmos a expressão de um estudioso do assunto, ou seja, pela a Igreja institucionalizada.[1] De qualquer maneira, é sempre difícil encontrar um marco para o início da vida religiosa e cristã em nossa cidade. Efetivamente, quando, em 1772, os *sesmeros* do pequeno núcleo de povoação nascido à beira da estrada que ia para Goiás - que futuramente seria a cidade de Campinas - solicitaram às autoridades competentes a criação de uma freguesia, a vida cristã da cidade já tinha começado muito tempo atrás.

(1) **Luiz Roberto Benedetti.** Os santos nômades e o Deus estabelecido. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983.

Efetivamente, antes de 1741, data consensual do assentamento das primeiras famílias que daria origem a nossa cidade, por iniciativa de Francisco Barreto Leme de Prado, a vida cristã já era praticada pelos primitivos povoadores, que eram, em sua maioria, sitiantes e lavradores muito pobres. Por outro lado, transitavam por esta região tropeiros que muitas vezes pernoitavam para depois seguir caminho para Goiás. Estes anônimos viajantes e moradores ocasionais, bem como os primeiros *sesmeros* deram origem à comunidade cristã de nossa cidade.

Assim, a criação da freguesia em 1772, e da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, em 1774, podem ser considerados marcos para a história da fundação da cidade, porém, não o são como marco para a vida religiosa cristã na cidade. Sua origem pode ser procurada na prática religiosa da população que como em outros lugares do Brasil, era realizada nas inúmeras capelinhas de "beira de estrada", típicas do espaço rural brasileiro ou em oratórios que os próprios moradores, pobres em sua maioria, construíam em suas casas com os santos e símbolos cristãos trazidos quando se transferiram de sua terra natal para Campinas, como um sinal de fé e de proteção para a vida que começavam.

Essas modestas "capelinhas de beira de estrada", ermidas, cruzes e oratórios das quais temos pouco ou nenhum testemunho no Brasil, podem ter sido o ponto de encontro dos grupos de famílias e o lugar das rezas e das festas organizadas ao sabor da simplicidade de sua prática religiosa em nada desprovida de sincera devoção cristã. Não tendo a possibilidade de freqüentar a Igreja ou de trazer um sacerdote, estas famílias criaram ao redor dos oratórios e das capelas um espaço religioso que tinha essencialmente a mediação dos leigos. Assim, acreditamos que em Campinas como no Brasil rural colonial, fazem parte desse mundo religioso rural os cruzeiros, santuários, cruzes, oratórios públicos, domésticos e ambulantes, procissões, romarias, ermidas, capelas, jubileus, promessas, confrarias, entre outras e as festas com a participação de todos.

Acreditamos por isso, que os primeiros momentos da vida cristã em Campinas seriam realizados no seio do lar, com a participação dos familiares que desta forma transmitiam aos filhos a fé católica em meio a

um ambiente próximo da vida primitiva da região. Nessas circunstâncias era muito difícil contar com a presença de um sacerdote pela distância que os separava de Jundiaí e, por esse motivo, o culto praticado por alguns membros da família mantinha acessa a devoção familiar. Efetivamente, era muito comum no Brasil que frente às dificuldades de trazer um sacerdote, os leigos se ocupassem do ritual sagrado e estabelecessem as normas sobre as festas dedicadas ao seu padroeiro ou padroeira que era escolhido em função das devoções locais. Possivelmente surgiram, no seio do grupo, os beatos e beatas que se tornariam mediadores entre o sagrado e o "profano". O cotidiano das pessoas era regido por estas práticas, que eram em suma, a expressão da fé dos povoadores.

A capela que precedeu à construção da Igreja Matriz em Campinas começou a ser erigida em 22 de fevereiro de 1773 atendendo a um pedido dos moradores mais abastados e inaugurada no dia 25 de julho de 1781, sem ainda estar totalmente concluída. O que significou para a vida religiosa a fundação da capela que daria origem à Matriz Velha? Certamente muito.

Em primeiro lugar, materializava o reconhecimento da importância sócio-econômica do lugar que concedia aos sesmeros a possibilidade de solicitar a criação de uma *freguesia,* bem como a presença de um sacerdote para reger a vida cristã da comunidade. Em segundo lugar, e desde o ponto de vista religioso, marcaria os primeiros passos de transição da vida cristã realizada no lar ou nas capelas improvisadas e ministrada pelos leigos, para aquela que se realizaria sob a presença oficial da Igreja na freguesia.

A partir desse momento, e pouco a pouco, a vida religiosa familiar e comunitária praticada com a participação de leigos na maior parte dos cultos, foi cedendo espaço para a presença do sacerdote que representava a autoridade oficial religiosa e a prática da religião erudita, coexistindo com a prática religiosa de devoção popular por muito tempo. A criação da freguesia e de sua paróquia introduz, portanto, uma nova dinâmica dentro da comunidade: a coexistência da dimensão oficial da religião católica e da prática popular religiosa.

Assim, de aqui em diante, a presença do sacerdote marcará profundamente a vida social e religiosa do pequeno núcleo urbano, uma vez que pouco a pouco irá centralizando na paróquia parte dos acontecimentos da vida das pessoas e da comunidade através da administração dos sacramentos, da pratica das ações pastorais e fazendo do templo, um novo lugar de oração.

Esse novo perfil que iam adquirindo tanto o vigário e o pároco como a paróquia, no Brasil e em Campinas, em particular, era regido pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, de 1707, inspiradas no Concílio de Trento, ocorrido quase duzentos anos antes na Europa e que teve uma influência tardia no Brasil, no final do século XVIII. Por essas Constituições a paróquia assumia um papel essencial, na medida em que atribuía ao pároco uma autoridade que lhe permitia "disciplinar" a comunidade católica no exercício de sua fé e dos seus costumes através do exemplo de uma conduta a ser seguida.

Juntando-nos a esse pensamento, a paróquia, e particularmente a Igreja Matriz de nossa cidade se tornará o novo espaço religioso e também social na medida que a administração de alguns dos sacramentos, como os batizados e os casamentos, seriam momentos de encontro e celebração, de estreitamento das relações e dos compadrios. As festas religiosas, por outro lado, mais freqüentes fariam da paróquia e da Igreja um outro lugar a ser freqüentado pelos fregueses.

Foi, portanto, nos finais do século XVIII que a Igreja Católica deu, através das Constituições, um novo perfil ao pároco: o de autoridade eclesiástica máxima da freguesia, como administrador dos sacramentos e como controle administrativo paroquial. Estas características atribuídas ao pároco serviram de base para as reformas que se realizaram no interior da Igreja nos séculos XIX e XX , como veremos mais adiante[2]. Desta forma, a paróquia passou a ter também um caráter burocrático registrando nascimentos, batizados, casamentos e mortes de sua freguesia.

(2) Fernando Torres-Londoño. Paróquia e Comunidade na representação do sagrado na colônia. In: Fernando Torres-Londoño (Org.). Paróquia e Comunidade no Brasil, perspectiva histórica. PAULUS, São Paulo, 1997, pp. 77.

A criação da freguesia de Campinas e da primeira Igreja Matriz na cidade faz parte deste contexto histórico. Seus primeiros vigários foram homens em "tempos de transição" e como tais tiveram que atuar na administração da fé cristã e dos sacramentos. Mesmo assim, não poderíamos afirmar que a vinda do sacerdote para Campinas e a fundação da Matriz tenha provocado uma ruptura com a prática popular da religião católica. Ao contrário, por muito tempo, ambas coexistiram e foram praticadas concomitantemente. Imagens, santuários, oratórios, ermidas, comemorações, paróquia e Igreja Matriz, entre outros, são testemunhos dessa coexistência entre a chamada religião popular e a oficial que permaneceu viva durante os séculos XIX e XX[3].

Em Campinas, o primeiro vigário, *frei Antonio de Pádua Teixeira,* quem também rezou a primeira missa no dia 14 de julho de 1774 era um religioso franciscano nascido na província de Rio de Janeiro. A missa foi celebrada com a presença do padre-mestre frei Manuel de Santa Gertrudes Ailuar, presidente do Mosteiro de São Bento em Jundiaí e do padre Antônio do Prado e Siqueira, vigário de Mogi Mirim. A instalação da pia batismal foi um importante símbolo da fé cristã e nesse mesmo dia foi batizado Domingos, um neto de Francisco Barreto Leme, primeira criança da freguesia a ser batizada solenemente por frei Antônio de Pádua[4], outro momento importante para a vida religiosa, social e política que se iniciava em torno da nova paróquia da cidade.

Frei Antônio de Pádua Teixeira dedicou-se a dar andamento às obras da Igreja Matriz prosseguindo com as coletas em favor de sua construção, mas foi o terceiro vigário, *frei de Monte Carmelo Siqueira* quem concluiu a construção da Matriz definitiva. Com a licença outorgada pelo bispo de São Paulo, D. Frei Manuel da Ressurreição, frei Monte Carmelo benzeu o templo, rezou a primeira missa e transferiu a imagem da padroeira da capelinha provisória para a igreja recém construída, conhecida depois, como a Matriz Velha. O novo vigário ficou até 1778, momento em que antes de sua saída da paróquia de nossa cidade entregou os bens

(3) A obra de Pe. Luiz Roberto Benedetti, anteriormente citada, é um estudo de consulta obrigatória.
(4) Monografia Histórica de Campinas, Rio de Janeiro, IBGE, 1954, pp. 27.

existentes na paróquia ao padre Inácio Pais de Oliveira, vigário de Jundiaí, até a chegada do seu sucessor.

É importante chamar a atenção sobre os bens mencionados: uma imagem da padroeira N. S. da Conceição com seu manto de seda, uma imagem de barro de São Francisco e outra de N. S. do Rosário, que somados à doação do terreno de Barreto Leme para a construção da Igreja, poderíamos dizer que começava a ser constituído o patrimônio religioso de nossa cidade. Todavia fica uma pergunta: qual seria a procedência desses modestos bens transferidos para a nova Matriz; qual seu significado para a cidade? Seriam pertencentes às primeiras famílias que aqui vieram morar?

Outros padres vieram para Campinas e para a Matriz de N. S. da Conceição dos quais pouco se sabe. São eles: Pe. Ignácio José da Conceição Cintra, desde 23 de junho até 18 de janeiro de 1785; Pe. André da Rocha Abreu de 2 de fevereiro de 1785 até 19 de janeiro de 1788; Pe. Manuel Joaquim de Freitas, de 3 de fevereiro de 1788 até 14 de agosto de 1790; Pe. Leandro Manuel Ribeiro de 8 de setembro de 1790 até 21 de dezembro de 1791; Pe. Roque Gonçalves Cunha de 6 de janeiro de 1792 até 6 de agosto de 1795; Pe. Bernardo de Sampaio barros de 6 de setembro de 1795 até 6 de agosto de 1797; Pe. Joaquim José Gomes de 17 de setembro de 1797 até 27 de agosto de 1831.

Durante o paroquiato de *Pe. Joaquim José Gomes* - de 1797 até 1831 - Campinas foi elevada de *freguesia de Campinas de Matto Grosso* à categoria *de Vila de São Carlos*, no dia 16 de novembro de 1797. Atribuí-se a ele o esforço para a concretização de sua elevação a Vila, pelo seu prestígio religioso e político e pela sua participação ativa em momentos decisivos da política nacional, como o da Independência. Também, Pe. Joaquim José teve a idéia de dar a Campinas uma nova Matriz. Ao que tudo indica, desde 1807 já tinha sido escolhido o lugar para sua construção, todavia, era necessário buscar os meios para a execução da obra, uma obra considerada de grandes ambições, para o tamanho da Vila na época[5].

(5) PRÓ ARIS ET FOCUS. da Matriz Velha da Conceição, à Nova Matriz do Carmo, Monografia Histórica elaborada por um Carmelitano, para comemorar o centenário da cidade, São Paulo, Estúdio Gráfico Cruzeiro do Sul, 1939, pp. 27.

Aproveitando a presença do Desembargador Miguel Antônio Azevedo Veiga, ouvidor e corregedor, na cidade, Pe. Joaquim José se colocou à frente dos juízes ordinários, oficiais da câmara, republicanos, "homens bons" e nobreza, para conseguir por meio de sua influência, voluntários para contribuir com a construção da nova Matriz. Neste sentido é importante destacar a figura emergente do sacerdote e a sua participação em decisões que antes eram apenas dos leigos. Por outro lado, a presença do religioso - o sacerdote - relacionado com a elite campineira, os senhores de engenho e influentes políticos, por exemplo, deve ser compreendido como uma forma de conivência com uma situação de extremas desigualdades sociais marcadas, especialmente, pela escravidão?

Efetivamente, eram tempos em que se iniciara em Campinas e região a cultura e beneficiamento do açúcar que deu lugar ao nascimento e expansão das grandes propriedades de terra em detrimento das pequenas propriedades, que foram sendo absorvidas para constituir os grandes latifúndios. Pe. Joaquim, ao que tudo indica, estava intimamente vinculado à nova elite, pois seus familiares mais próximos eram senhores de engenho e grandes proprietários de terra.

Após a morte de Pe. Joaquim José Gomes em 27 de agosto de 1831 sucedeu-lhe por pouco tempo Pe. Manuel Ferreira Pinto e depois, *Pe. Joaquim Anselmo de Oliveira* quem ficou à frente da paróquia até 1836. Foi um período de conflitos entre Pe. Joaquim e os fazendeiros locais pelas suas manifestações contra a escravidão, especialmente em seus sermões desde o púlpito, o qual serviu de pretexto para afastá-lo temporariamente de seu cargo. A atuação de Pe. Joaquim Anselmo mostra um outro ângulo da atuação dos sacerdotes na sociedade mostrando que no seu interior, a Igreja não era e não é homogênea[6].

(6) O vigário tinha sido acusado de roubo e fora absolvido, todavia, sua opção pelos pobres e excluídos - os escravos - estava vinculada a sua orientação política, ao lado dos liberais que se opunham aos conservadores, os quais eram, em sua maioria, fazendeiros. Os liberais eram a favor da abolição da escravidão, muito mais por defender seus interesses do que por princípios morais.

Após a sua saída, *Pe. João Almeida Barbosa* assumiu a paróquia entre 1838 e dezembro de 1855. Durante esses dezessete anos o acontecimento mais importante para a cidade foi o da *elevação da vila* à *cidade* no dia 5 de fevereiro de 1842 retornando a seu antigo nome de Campinas. Também, importante foi a reorganização da Irmandade do Santíssimo Sacramento em 1847, que era composta por pessoas abastadas da cidade não sendo permitida a entrada a pessoas negras ou mulatas o que de certa forma, viria reforçar a desigualdade já existente em nossa cidade[7].

A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX E A NOVA ONDA DE MODERNIZAÇÃO REGIONAL

Na segunda metade do século XIX a nova configuração da economia mundial abriu um espaço de autonomia relativa para áreas dependentes. Organizaram-se estados nacionais e um conjunto de elementos de modernização foi incorporado pelas ex-colônias americanas: ferrovias, equipamentos e benefícios urbanos, indústrias mecanizadas, etc. Nem o Brasil, nem a região de Campinas ficaram imunes a estas novidades. De fato, o sistema se consolidou e redesenhou as bases da divisão internacional do trabalho.

A dinâmica histórica e os fatos mais relevantes do processo interno são conhecidos e foram largamente estudados. A partir da segunda metade do século XIX e início do XX, identificamos mudanças significativas na economia e sociedade brasileira: uma relativa decadência dos pólos econômicos do centro e nordeste e a emergência do sul e sudeste decorrente da importância crescente das exportações de café na organização da economia nacional; a crise do escravismo, como sistema econômico, e o início da predominância de um regime de trabalho livre nos setores centrais da vida econômica, o adensamente dos fluxos imigratórios como conseqüência mais imediata e visível disso; o aburguesamento de

(7) Ibid., pp. 24.

setores das elites dominantes e dirigentes; o avanço do republicanismo conduzindo a um processo de desgaste e crise do Estado Monárquico no Brasil; a Proclamação da República em 1889, a secularização do Estado e a separação da Igreja.

Do ponto de vista espacial, o mundo urbano teve suas funções e importância revista. Torna-se local de moradia de uma burguesia de extração agrária, mas também sede do poder e centro de um conjunto de serviços essenciais como transporte, bancário, burocrático, educacional, lazer e religioso.

O impacto dessas mudanças globais da sociedade afetou a Igreja, nas suas várias dimensões: institucional, doutrinária e na própria maneira como a religião é vivenciada, ou seja, na religiosidade. A religião de um modo geral e a Igreja Católica em particular, não é uma dimensão fora dessa sociedade, com a qual estabelece uma relação de exterioridade. Trata-se de um elemento constitutivo da ordem social que responde a um de seus problemas centrais que é o de como ajustar ou conformar o comportamento, valores e idéias das pessoas envolvidas, adequando-os aos princípios estabelecidos pela nova ordem que se instala. Ou seja, como garantir uma interiorização, relativa e provisória que seja, desses princípios pelos indivíduos, de modo a criar, direcionar, estimular e reprimir formas de agir e pensar coerentes com as novas dinâmicas históricas. O estabelecimento de leis e normas que impõem, pela coerção direta ou simbólica, comportamentos adequados, é uma das formas. A criação de compromissos e convenções entre os envolvidos é outra. A criação de um sistema de valores e representações que torne consensual a adesão às normas vigentes é o mais eficaz dos mecanismos. Não podemos ignorar o papel desempenhado pelas crenças religiosas nesse último aspecto.

Nesse sentido, todo um conjunto de regras, acordos, hábitos e valores são mobilizados com o objetivo de manter em funcionamento certos esquemas de reprodução das relações sociais fundamentais, bem como a sustentação e direção do regime de acumulação então em vigor. Sendo assim, o estudo, em particular, da origem e expansão da Igreja Católica em Campinas, num momento específico da história da região,

quando se vê envolvida numa nova trama, num novo contexto externo, exige do historiador uma atenção especial para a importância dos fatores morais e culturais na elaboração dos mecanismos coletivos que visaram conformar os comportamentos individuais a padrões de conduta adequados à manutenção da coesão e da ordem num sistema que por definição era contraditório e instável.

Certamente, não se pode reduzir a religião a uma arma ideológica da classe dominante, dos fazendeiros escravistas, para controlar seus subordinados. Mais do que social, a função da religião e da Igreja é estrutural, ou seja, a própria elite está sujeita às suas conformações. Ela adequa as condutas e valores, dos dominados, mas também dos dominantes, de maneira coerente com os novos esquemas de acumulação.

Num primeiro momento, entretanto, as repercussões da alteração do contexto traduziram-se num processo gradual de perda do controle exclusivo da amarração simbólica da ordem social. Resultou disso a consciência da necessidade de se recompor o modo de inserção da instituição no novo quadro social emergente.

Efetivamente, na segunda metade do século XIX e até os primeiros anos do século XX começava a tomar forma no Brasil um movimento no interior da Igreja Católica chamado a ter grande influência sobre a comunidade católica brasileira: a *Reforma Católica*. Originada na Europa como uma reação às revoluções liberais que nos meados do século XIX agitaram a política dos países europeus e até o próprio Vaticano, a Reforma Católica constituiu um movimento que condenava tanto o capitalismo e a ordem burguesa, que se assentavam nos princípios do liberalismo, como o socialismo. Por isso era necessário manter a unidade da Igreja dentro desse contexto, mediante a centralização institucional no Vaticano, na concepção hierárquica da Igreja e na afirmação de sua autonomia em relação ao Estado.

Como condição primeira para levar adiante esta transformação era necessário reformar o clero, processo lento que só se completou no Brasil nas primeiras décadas do século XX, com a implantação de seminários diocesanos cuja missão era a de formar o novo clero, nos princípios tridentinos.

Os papas que ocuparam o trono Pontifício desde Gregório XVI até Pio XII não pouparam esforços para consolidar esses princípios e fazê-los cumprir até os lugares mais distantes de Roma. As encíclicas "Quanta Cura" e o Syllabus (1864) foram expressão mais alta desta concepção religiosa ultramontana que resgatava a espiritualidade da Igreja Católica e sua soberania no universo católico, porém dentro de uma rigidez hierárquica que teve importantes conseqüências na sociedade e na instituição católica do mundo inteiro.

No Brasil, este movimento teve início por volta de 1840 e se estendeu até mais ou menos, 1920. Esse período, e com maior ênfase entre 1880-1920, significou um esforço de modernização das estruturas coloniais da Igreja luso-brasileira, que não tinham ainda sofrido as influências do Concílio de Trento ocorrido dois séculos antes. A hierarquia católica brasileira procurou então se estruturar em torno da autoridade do Papa e da cúria romana para dar forma à nova proposta. Daí que todos os esforços em realizar a adequação da Igreja Brasileira a Roma é conhecido como a *romanização da Igreja no Brasil*.

Não é nosso objetivo tratar de um assunto que já teve estudos relevantes. Porém, a menção a ele se faz necessária para compreender as mudanças acontecidas no interior da Igreja e, sobretudo no novo papel que tiveram nesse contexto, o clero, as paróquias e seus párocos, que são, em definitiva, os que passaram a ocupar o lugar mais próximo de sua comunidade.

Efetivamente, com a reforma e a romanização das estruturas religiosas, a paróquia passou a ser o lugar de articulação da hierarquia eclesiástica com o povo, tendo como mediador, o pároco, agora fortalecido em sua prática pastoral e política. Por sua vez o bispo tinha um papel mais importante na condução da ação pastoral de sua diocese e nos párocos, seus principais colaboradores. Nesse período, portanto, a paróquia passou a ser parte importante na articulação e mediação com a hierarquia da Igreja, e por este motivo foi necessário aumentar o número de paróquias e dioceses como uma forma de chegar à comunidade em sua ação pastoral. Assim, paróquia e pároco passaram a ter uma função primordial junto à comunidade subordinados ao bispo em sua ação pastoral.

Todavia, à luz da realidade brasileira, a romanização da igreja teve um vigoroso impacto nas antigas estruturas religiosas de raízes coloniais ainda não superadas. Efetivamente, desde os tempos coloniais, a maioria de povo brasileiro morava nas regiões rurais e sua prática religiosa cristã passava muito longe da hierarquia católica e do catolicismo oficial. A população tinha uma prática religiosa mais próxima da Igreja Católica Colonial e do que hoje chamamos de religiosidade popular. Por isso, foi muito difícil no Brasil em geral integrar ambos planos de devoção católica: a religiosidade popular de raízes colonial-portuguesas e a oficial, nova, romanizada e desconhecida em sua prática pela maior parte dos fiéis.

Assim, o processo de romanização no Brasil foi um grande desafio para a Igreja, quando a partir da segunda metade do século XIX começaram a ser implantadas as primeiras iniciativas da chamada Reforma. Foi necessário apelar para a ajuda das congregações estrangeiras e do clero secular, principalmente europeu, para ajudar a reformar o clero nos moldes ditados por Roma, criar escolas paroquiais e colégios de congregações estrangeiras, além de dotar com novos estatutos as Irmandades, Confrarias e Ordens Terceiras, adaptados à nova realidade religiosa. As dioceses e paróquias também deviam ser fortalecidas e expandidas pelo território como uma forma de acompanhar e reforçar essa nova visão de Igreja.

Todo este processo não foi tranqüilo. Ao contrário, o clero brasileiro não era homogêneo e por isso, uma parte dele se opôs à Reforma. Mesmo assim, começou a chegar o clero estrangeiro, quer seja junto às congregações religiosas ou com o clero secular acompanhando os imigrantes que aqui chegavam para trabalhar na lavoura ou nos centros urbanos. Este aumento no número de religiosos favoreceu também, o aumento das paróquias novas que, por sua vez, cresciam à medida que novas dioceses eram criadas.

O processo de romanização teve também impacto no interior das instituições religiosas leigas e mistas como as Irmandades, Confrarias ou Ordens Terceiras integradas por pretos, pardos ou brancos, que desde os tempos da colônia detinham certa independência da igreja convivendo no mesmo espaço religioso. Todo este universo foi alvo da Reforma,

passou a ser controlado pela Cúria e foi sendo substituído por congregações estrangeiras como os Vicentinos, o Apostolado da Oração e as Filhas de Maria, entre outras[8].

Pouco a pouco a paróquia incorporou no seu universo as instituições religiosas leigas e a religiosidade popular, afastando os leigos da mediação sagrada e substituindo as devoções dos santos populares brasileiros por uma devoção do catolicismo centrado em Roma, sobretudo no cumprimento dos sacramentos, especialmente o do matrimonio. As capelas e oratórios passaram a ser submetidos à autoridade paroquial, o vigário, e os Santuários outrora dedicados à devoção popular, passaram a ser administrados pelo clero regular.

Este processo parece ter sido iniciado em Campinas, antes de ser criada a Diocese. Em 1889 chegaram os *salesianos* de D. Bosco e em 1899 os *claretianos*. Pe. Joaquim Vieira, por exemplo, em 1893 deplorava o *"atual estado de cousas"* referindo-se à Proclamação da República, e desejava *"ansiosamente, a reorganização da pátria brasileira"*. Chamava a atenção, também, para os pensamentos em voga que podiam ferir a fé de Cristo, tais como: *"o racionalismo, chamado de livre pensamento, o progressismo, o maçonismo, o positivismo (na nova forma de que se reveste o ateísmo), o indiferentismo ou tolentarismo",* uma vez que - explicava - *"do indiferentismo ao ateísmo, a distância é insignificante*". Da mesma forma chamava a atenção para não se deixar iludir pelo magnetismo, espiritismo e hipnotismo e fazia menção aos acontecimentos de Juazeiro como sendo *"impropriamente intitulados de milagrosos..."*. Exortava, então, aos fiéis de sua paróquia para recorrer à explicação teológica de tais acontecimentos.

Esta era uma forma de reforçar a Igreja Católica em sua prática erudita, restringindo o espaço para a prática religiosa popular que como já expressamos anteriormente, coexistia em nossa sociedade desde a chegada do primeiro sacerdote.

(8) José Manuel Sanz del Castillo. O movimento da Reforma e a "paroquialização" do espaço eclesial do século XIX ao XX. In: Fernando Torres-Londoño, op. cit., pp. 100.

Em São Paulo, na década de 1860, o bispo Dom Joaquim de Mello tomava medidas para a criação de seminários reformados como uma forma de ajudar na reestruturação da Igreja, uma amostra de que havia necessidade de reformar o clero para adequar a hierarquia interna e, sobretudo defender a liberdade e autonomia da Igreja, em suma, reforçar a instituição eclesiástica diante do Estado. Liberdade que cada vez mais levara a Igreja a uma introspecção, isto é, a de se preocupar muito mais com sua reorganização interna do que se envolver nas questões sociais que, naquela época, eram especialmente preocupantes, tais como a abolição da escravidão e Guerra do Paraguai, entre outros[9].

Em resumo, "Romanização" foi o nome dado, no Brasil, para as reformas promovidas por Pio IX com o objetivo de reforçar a autoridade do Papado, que vinha se desgastando desde a cisão da cristandade no século XVI, após a Reforma Protestante, seguida da ascensão das monarquias absolutistas, a laicização e depois a racionalização do pensamento, as revoluções liberais e a consolidação do capitalismo no XIX. Tratava-se de desenvolver esforços no sentido de reformulação política e administrativa voltadas para a ampliação do poder de Roma sobre questões de liturgia, disciplina e nomeações, além de valorização e veneração da pessoa do Papa e o reestabelecimento do óbolo de São Pedro.

As repercussões na Igreja católica no Brasil ocorreram no sentido aprofundar a dependência em relação a Roma, no estabelecimento de regras mais rigorosas na formação do clero, vinda de padres estrangeiros, entre outras. Entretanto, a mudança não alterou de maneira substancial as alianças sociais que garantiam a inserção e função da instituição na vida social brasileira.[10]

Em Campinas, especificamente, a história da igreja no final do século XIX é marcada por alterações e inovações que no conjunto representaram um primeiro momento de reforma interna frente aos desafios

(9) Ibid., pp. 98.

(10) Ver Luiz Gonzaga de Souza Lima. Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1979.

do novo contexto social. Em primeiro lugar temos a centralização dos serviços religiosos na cidade, deixando de ser uma Igreja das fazendas, sob proteção e controle dos senhores de Engenho. Esta mudança não implicou num rompimento com os proprietários rurais, mas em uma abertura do leque social que compunha seus quadros de apoio. Além dos fazendeiros de café, também o comerciante da cidade e os profissionais liberais passaram a desempenhar um papel decisivo na reformulação e sobrevivência da instituição.

Por outro lado, aconteceu a reorganização da Irmandade do Santíssimo Sacramento em 1847. Tal reorganização significou, na prática, a criação da irmandade em Campinas. Substituiu duas irmandades que agrupava os chamados "homens bons" da cidade: a Ordem Terceira do Carmo e a de São Francisco. Os critérios de composição dos membros eram essencialmente sociais e raciais. Enquanto a Irmandade do Santíssimo congregava os brancos pertencentes aos grupos dominantes, rurais e urbanos, outras irmandades, como a São Benedito e Rosário, ficavam reservadas aos pobres, pardos e negros. Além de espaços de sociabilidade numa sociedade marcada pela segregação, funcionavam como grupos de defesa de interesses. A Irmandade do Santíssimo, especificamente, teria representado a principal base de apoio da Igreja num contexto de grandes transformações e na passagem que teve que realizar do mundo rural para o urbano. Entre outras realizações, sua participação foi decisiva na conclusão das obras da matriz nova, inaugurada em 1883. Esse também foi um dos aspectos relevantes da reforma da Igreja em Campinas no final do século XIX, além da criação, em 1870, de sua segunda paróquia. No conjunto, estas mudanças representam uma tentativa de inserir a instituição num contexto marcado por alterações sociais cujas raízes identificamos no processo de modernização econômica e urbana da virada do século XIX para o XX.[11]

A Reforma, como mais tarde a Restauração limitaram a ação missionária do pároco, ao ficar preocupado na reorganização interna de

(11) Ver a esse respeito Luiz Roberto Benedetti. Os santos nômades e o Deus estabelecido. op. cit. pp.105.

sua paróquia, a Igreja também ficou fechada em si mesma e as congregações perderam a oportunidade de por em prática sua função missionária passando a ocupar-se apenas com a doutrinação da sociedade e "com isto a Igreja nesse período apresentou limites a sua missionariedade"[12]

Contudo, a paróquia ganhou novo dinamismo e importância e tornou-se a "célula viva" da Diocese, mediadora entre o povo de Deus e a hierarquia eclesiástica. Assume, por outro lado, um caráter pastoral, mas também, militante e político. Com esta função o pároco é a figura fundamental que administrará com sabedoria essa mediação.

Todavia, é importante assinalar que a religiosidade popular praticada desde os tempos coloniais, não foi completamente substituída pela influência da romanização. Houve sim, uma recriação dessas práticas que permanecem vivas até hoje no cotidiano dos católicos. Continuam, por exemplo, a devoção aos santos milagrosos promovendo festas e romarias em sua homenagem como uma manifestação de fé e devoção. O catolicismo popular continua vivo entre as diversas camadas sociais dando um sentido à vida e à morte, ao sagrado e ao profano, dentro da diversidade.

Se o ultramontanismo pretendia homogeneizar o catolicismo na exteriorizações da fé através de uma linguagem única confrontou-se com uma sociedade pluralista que resistiu a essa nova forma de espiritualidade. Também, devemos reconhecer que a diversidade de práticas religiosas desse mundo plural assinalou novos caminhos ao catolicismo que, através de um olhar mais ecumênico pode recuperar parte dessa religiosidade popular e da participação dos leigos.

A tendência tradicionalista e conservadora da Igreja foi, pouco a pouco, deixando espaço para a pastoral e ecumênica, que encarna elementos fundamentais da modernidade. Por isso, o Concílio Vaticano II foi, por excelência "o Concílio da Modernidade, pelo qual a Igreja católica se reconcilia com a cultura Moderna"[13]

(12) Paulo Fernando Diel. A paróquia no Brasil na restauração católica durante a Primeira República. In: Fernando Torres-Londoño, op. cit., pp. 169.

(13) João Batista Libanio. Igreja Contemporânea. Encontro com a modernidade. São Paulo, Ed. Loyola, 2000, pp. 75.

Outro fator veio contribuir para a consolidação do processo de romanização. É sabido que Campinas e região foi receptora de um número importante de imigrantes que, em sua maioria ia para trabalhar nas fazendas de café, produto que se encontrava em expansão. Além disso, com a abolição do tráfico de escravos e a conseqüente redução do número de escravos para a lavoura, os fazendeiros da região tentaram, como solução ao problema, a mão-de-obra estrangeira. A primeira experiência com a mão-de-obra livre ocorreu na fazenda de Ibicaba, em Limeira, município de Campinas. Embora inicialmente fracassada, a experiência foi melhorada e ficou definitivamente implantada na região.

É importante ressaltar que a maioria dos imigrantes chegava em grupos familiares e que 75% deles era de procedência italiana, seguidos pelos portugueses, espanhóis e outras nacionalidades. Os italianos emigraram, em sua maioria, na época em que Itália estava recém unificada, porém, a unidade cultural e social não tinha sido conseguida imediatamente. Falavam seus dialetos de origem e mantinham seus costumes locais. Todavia, um fator unia essa diversidade cultural: a religião católica. Tal vez por isso, a imigração italiana era de todas a melhor aceita pelas autoridades brasileiras que viam na introdução de imigrantes que professavam outras religiões, um perigo para a religião oficial.

Se por um lado este era um fator de união, por outro, era necessário dar auxilio religioso a essa leva de imigrantes que dia a dia chegava ao Brasil e a nossa região. Todavia, ser católico na Europa era diferente que no Brasil, o seja, a exteriorização da religião tinha manifestações diferentes. Em quanto no Brasil, como já dizemos, era praticamente leigo, com uma organização espontânea em irmandades e ordens terceiras, com procissões, romarias e festas organizadas por leigos, entre os italianos sua prática religiosa estava na missa, no cumprimento dos sacramentos e sobre tudo, na comunhão e na confissão. Neste sentido, o sacerdote, o templo e a prática religiosa eram inseparáveis[14].

(14) Pe. Pedro Cobalchini. Pastoral do Imigrante. Um desafio para o Brasil. São Paulo, Edições Loyola/CEPEHIB, 988, pp. 10.

Toda esta situação contrastava com a do Brasil onde, a escassez de sacerdotes e as enormes distâncias permitiam o enraizado de práticas de um catolicismo místico e popular, porém, de grande devoção. Por isso, a prática do catolicismo entre os imigrantes nos primeiros tempos assemelhava-se muito à do período luso-brasileiro. À falta de padres, os próprios colonos praticavam sua religião no seio do lar, construíam os "capitéis" ou pequenas capelinhas onde se reuniam com os familiares e vizinhos[15]. Outras vezes contavam com as capelas construídas pelos proprietários das fazendas onde celebravam os cultos quando o padre podia ir até a fazenda para a celebração das missas ou dos sacramentos. Com a chegada dos sacerdotes, a maioria das vezes solicitada com insistência pelos colonos, essa vida religiosa foi mudando para uma prática da religião muito mais rígida e de acordo com as raízes européias.

A CRIAÇÃO DA DIOCESE DE CAMPINAS EM 1908

A criação da Diocese de Campinas, em 1908, simboliza a consolidação e o aprofundamento de uma linha de atuação religiosa e política da Igreja. A separação entre a Igreja e o Estado, a partir da Proclamação da República, o fim, portanto do oficialismo católico e do monopólio religioso da Igreja, exige uma reestruturação radical da instituição. Há uma sistematização do processo de reformas que já vinham caminhando no período anterior e a definição de atuação mais incisiva voltada para a manutenção de principal religião da sociedade brasileira. Os movimentos que traduzem a nova postura podem ser definidos em quatro aspectos inter-relacionados: centralização e controle efetivo da instituição sobre as diversas dimensões do campo religioso, onde se destaca o papel fundamental desempenhado por vários de seus membros; expansão das paróquias coladas à dinâmica de expansão da cidade e a criação de mecanismos de intervenção na sociedade civil no campo da educação,

(15) Riolando Azzi. Os Salesianos no Brasil à luz da História. São Paulo, Ed. Salesiana Dom Bosco, 1982, pp. 11.

assistência social e imprensa. A composição e formação dos quadros humanos para concretizar essas iniciativas aparecem na proliferação das ordens religiosas e das congregações masculinas e femininas em Campinas num número significativo.

O ano de 1908 é uma data importante para a população católica de nossa cidade: a criação do Bispado de Campinas ocorrido a 7 de junho de 1908 por Breve do S.S Papa Pio X e instalado a 1º de novembro desse mesmo ano com a posse do primeiro bispo. A nova diocese era o resultado da *"execução do Decreto Consistorial de 7 de junho de 1908 pelo qual a diocese de São Paulo fora elevada a Arquidiocese, dela fazendo parte a Diocese de Curitiba, desanexada da província eclesiástica de São Sebastião do Rio de Janeiro e as cinco novas Dioceses de Taubaté, Campinas, Botucatu, São Carlos e Ribeirão Preto, fixando anexo à Arquidiocese como parte integrante do seu território o Santuário de Nossa Senhora Aparecida".*[16]

A Diocese de Campinas nasceu no meio do processo de romanização da Igreja. Foi seu primeiro *Bispo D. João Batista Corrêa Nery* que teve como seu *Bispo Auxiliar* a *D. Joaquim Mamede da Silva Leite* entre 1916 e 1920. Acreditamos, portanto, levando em conta o momento de transição que vivia, que Pe. Nery como pároco teve a difícil missão de aproximar ambos planos do religioso: a vivência popular da religião católica e a prática da doutrina oficial da Igreja Católica.

A obra de *D. Nery* deve ser compreendida a partir de sua trajetória como vigário da Matriz da Santa Cruz, em 1888, em Campinas e mais tarde como bispo de Espírito Santo e de Pouso Alegre. Efetivamente, como vigário na Matriz da Santa Cruz, Pe. Nery dedicou-se a restaurar o culto católico e as práticas religiosas na vida religiosa da cidade. Em outras palavras, foi Pe. Nery quem teve a missão de romanizar o culto religioso em nossa cidade procurando atrair os fiéis para a prática religiosa de acordo com as novas diretrizes de Roma, incorporando as práticas religiosas

(16) POLIANTÉIA do Cinqüentenário da Diocese de Campinas, Estado de São Paulo, Brasil, 1908-1958, Campinas, PAULUS, 1959.

populares ao universo da paróquia que teve, a partir desse momento, a função de normatizar a vida religiosa da cidade.

Com a criação da escola paroquial de Santa Cruz, uma de suas mais importantes obras, incentivou como professor, não apenas o ensino, mas também o despertar da vocação pelo sacerdócio entre os meninos que a freqüentavam. Nesta escola estudaram Francisco de Campos Barretos, Joaquim Mamede da Silva Leite, Samuel Fragoso, João Martins Ladeira, José Ladeira e Otávio Chagas de Miranda que futuramente se projetariam na vida religiosa da cidade e do país.

Foi também fecundo seu trabalho fundando associações católicas, criando irmandades e sociedades de cultura religiosa, de piedade e caridade, tais como a Conferência Vicentina da Santa Cruz, jornais católicos, como *A verdade* e o *Circulo Católico São José* e instituindo festas religiosas, como o mês de Maria, promovendo desta forma, uma maior participação do povo campineiro na vida religiosa da cidade em torno da paróquia.

Encontrava-se em plena tarefa quando a grave epidemia de febre amarela flagelou a cidade alastrando-se rapidamente durante os primeiros meses de 1889. As lembranças dessa epidemia estão registradas em inúmeras obras sobre a história da cidade que descrevem o impacto sobre a população, que se reduziu enormemente devido às mortes e ao abandono. Padre Nery levava o socorro religioso aos doentes e o conforto aos familiares, preocupando-se também com as crianças órfãs e com as viúvas. Para essas crianças fundou, com o que arrecadava das esmolas e donativos que recebia, o Liceu de Artes e Ofícios, no bairro de Taquaral, origem do atual Colégio dos Salesianos: o Liceu de Nossa Senhora Auxiliadora.

Em 1894 foi transferido para sua nova paróquia, a Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Porém, pouco tempo depois, em 1895, o Papa Leão XIII nomeou-o bispo de Espírito Santo onde se dedicou às visitas pastorais e à catequese dos índios botocudos. Em 1901 D. Nery foi

novamente transferido para a recém criada diocese de Pouso Alegre, no Sul de Minas, onde exerceu o bispado até sua nomeação para Campinas, em 1908.

Efetivamente, no dia 7 de junho de 1908 o Papa Pio X criou o bispado de Campinas e nomeou D. Nery bispo da recém criada Diocese. De retorno a sua cidade natal em agosto de 1908 como bispo, D. Nery retomou sua antiga preocupação com o ensino para os pobres e com a propagação da fé. Para levar adiante o primeiro propósito, criou o Ginásio Diocesano e o Seminário Santa Maria, uma Escola Agrícola gratuita que funcionava junto ao Liceu N. S. Maria Auxiliadora, mantida pela Associação Agrícola de Educação e Assistência, a creche de Bento Quirino e o Colégio Coração de Jesus.

Em 1909 criou o Cabido Diocesano integrado por dez sacerdotes escolhidos em função de suas qualidades morais e intelectuais. Para a propagação da doutrina católica fundou *O Mensageiro,* mais tarde chamado *A Tribuna*, jornal de orientação católica que circulava semanalmente e servia como canal de comunicação com a sociedade católica campineira.

Sua primeira pastoral foi dedicada às obras sociais. Também realizou numerosas visitas à diocese e promoveu o Congresso Católico Diocesano, em 1911, por ocasião de seus vinte e cinco anos de sacerdócio. Nessa ocasião pronunciou uma Carta Pastoral que, junto à Carta Pastoral de Despedida da Diocese de Espírito Santo (1901) e a Carta Pastoral de Despedida da Diocese de Pouso Alegre e Campanha, foram referências para sua indicação para o Instituto Histórico Brasileiro e do Estado, cargo que não chegou a assumir.

Novamente em 1918 a cidade foi flagelada por outra epidemia, a "gripe espanhola" que vitimou muitos campineiros. D. Nery, tal como o fez nos tempos da febre amarela, não poupou esforços para auxiliar a população fazendo distribuição gratuita de leite e alimentos às famílias carentes e habilitando o Ginásio Diocesano para ser utilizado como hospital de emergência.

A morte relativamente prematura, à idade de 57 anos, encerrou uma vida dedicada à prática cristã e à propagação da fé. D. Nery, expressão

de uma época, faleceu na manhã de 1º de fevereiro de 1920 em sua cidade natal, Campinas, onde nascera a 6 de outubro de 1863[17].

Durante o bispado de D. Nery, também observamos a chegada de várias congregações a nossa cidade: em 1908, as Irmãs da Congregação Calvariana, em 1910, as Franciscanas do Coração de Maria, em 1911, as Irmãs Dominicanas de Santa Catarina, e em 1915, D. Nery autorizou a fundação de uma Casa religiosa dos Missionários do Sagrado Coração de Jesus.

Entre 1880 e 1920 chegaram ao Brasil 37 novas congregações masculinas e 97 femininas que introduziram devoções que eram tradicionais na Europa, mas quase desconhecidos aqui. Por exemplo, o culto ao Sagrado Coração de Jesus, a São José e a Virgem Maria começou a ocupar espaço entre o povo brasileiro. São José e Maria remetem à Sagrada Família como exemplo de virtude cristã. Surgem também novas festas e novas devoções, controladas pelo pároco e não mais pelos leigos. Novas associações atuam sobre a jurisdição da paróquia: São Vicente de Paulo, o Apostolado da Oração, as Senhoras da Caridade, as Filhas de Maria, bem como as Congregações Marianas, Congregação do Sagrado Coração de Jesus, ao Sagrado Coração de Maria, a União Católica de Moços, a Associação dos Paes e Mães Cristã, entre outros. Nesta fase, como nas anteriores, a substituição do imaginário religioso não deixou de ser conflitante, quando as imagens dos novos santos trazidos da longínqua

(17) Filho de Benedito Correa de Morais e d. Maria do Carmo Neve, em 1871 tinha ingressado no número de coroinhas do padre Joaquim José Vieira, na igreja da Santa Casa de Misericórdia e desde 1874 cursou o colégio "Culto à Ciência". Entrou no seminário de São Paulo em 1880 e seis anos mais tarde, na capela do Seminário recebia o presbiterado, com dispensa de idade, ordenado pelo bispo de São Paulo D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho. Pe. Nery celebrou sua primeira missa na Matriz de Santa Cruz em Campinas e, devido ao estado de saúde do vigário Francisco de Abreu Sampaio, foi nomeado pró-pároco a 1º de abril de 1887 e em 12 de fevereiro de 1888, vigário de freguesia cargo que ocupou após a morte do padre Francisco. Aos 26 anos, padre Nery já era cônego em Campinas, em 1894, bispo de Espírito Santo, em 1901, bispo de Pouso Alegre, Sul de Minas e em 1908, primeiro Bispo de Campinas, tomando posse no 1o. de novembro desse ano. Foi seu Bispo auxiliar D. Joaquim Mamede da Silva Leite (1916-1920).

Europa tiveram que compartir o espaço do altar com os santos das devoções populares brasileiras.

Devemos lembrar que as novas congregações passaram a conviver com associações e irmandades já existentes na cidade, integradas por negros, mulatos ou brancos ricos. Estas irmandades, como já dissemos, pouco a pouco foram perdendo seu papel religioso, para desempenhar outras funções na sociedade, porém, estreitamente vinculadas ao vigário e a sua paróquia. Assim, por meio destas irmandades e associações os leigos se incorporaram ao universo eclesial participando desde o interior da irmandade ou da associação em obras de ação social promovidas pela paróquia.

As congregações religiosas tiveram papel importante na difusão do novo perfil assumido pela Igreja dedicando-se a obras devocionais, religiosas, assistenciais e de educação, controlando especialmente este último campo de atuação. Neste caso, podemos mencionar a criação do Liceu Nossa Senhora Auxiliadora, dos padres salesianos (1897); o Colégio Progresso Campineiro (1900); o Colégio do Sagrado Coração de Jesus (1909); o Colégio Arquidiocesano Santa Maria (1918); a Escola Técnica de Comércio São Luiz (1921) e o Colégio Ave Maria (1930).

Paralelamente funcionavam as escolas paroquiais destinadas às crianças pobres. Da mesma forma, as obras assistenciais tinham uma função social e também religiosa, na medida em que as religiosas levavam a palavra e a caridade aos hospitais, como na Santa Casa, criada pelo cônego José Joaquim Vieira durante a febre amarela, aos asilos de órfãos e de velhinhos carentes.

A obra de D. Nery foi coadjuvada por *D. Joaquim Mamede da Silva Leite*, seu *Bispo Auxiliar* entre 1916 e 1920[18]. Formado em Filosofia

(18) A vida de D. Mamede está ligada a trágica perda de seus pais durante a epidemia da febre amarela que assolou a cidade de Campinas, quando ele e seu irmão Maximiano foram entregues pela própria mãe em seu leito de morte ao então padre João Batista Correia Nery. Ambos entraram no seminário com a autorização de seu tio Francisco Monteiro de Carvalho e Silva.

recebeu o cargo de Prefeito da Recreação, que era confiado aos Teólogos. Joaquim e seu irmão Maximiano foram enviados para Roma, a fim de completar seus estudos na Universidade Gregoriana em Filosofia. Voltando ao Brasil em setembro de 1898, a convite de D. Nery, completou seus estudos teológicos no Seminário da Penha, Diocese do Espírito Santo. Depois de ordenado, em 1900, foi nomeado vigário de Vila Velha e recebeu o encargo de administrar o Santuário da Paróquia de Vila Velha, antiga capital do Espírito Santo.

Quando D. Nery foi nomeado Bispo em Pouso Alegre, Sul de Minas, em 1901, padre Mamede o seguiu como seu secretário particular. Depois foi nomeado Cônego da Catedral e Presidente do Conselho Central do Apostolado da Oração da Diocese de Pouso Alegre. Em seguida D. Nery o nomeou Reitor do Gymnasio e Seminários Diocesanos. No dia 25 de Junho de 1916 foi nomeado bispo Auxiliar de Campinas e bispo titular de Sebaste de Laodicéia, na Frígia, Ásia Menor.

Com a morte de D. Nery em 1920, D. Mamede foi nomeado *Vigário Capitular da Sede Vacante* até a nomeação de D. Francisco de Campos Barreto como segundo bispo de Campinas. Eleito Bispo de Caratinga (MG) renunciou a nomeação sendo então, transferido para a Arquidiocese do Rio de Janeiro a convite de D. Sebastião Leme. Foi nesta cidade onde D. Mamede continuou sua obra em favor dos mais desprotegidos da sociedade, principalmente os doentes, os presos, as crianças de rua e os mendigos. Faleceu em Petrópolis no dia 22 de Março de 1947, sendo sepultado no cemitério de Catumbi da Ordem do Carmo do Rio de Janeiro. Como expressão de gratidão e homenagem, seu corpo foi sepultado na Catedral Metropolitana.

O bispado de *D. Francisco de Campos Barreto* teve início em 1920 e terminou em 1941. Poderíamos dizer que coincide com um movimento ocorrido no interior da Igreja Católica, conhecido como a Restauração Católica e que teve importantes repercussões no mundo católico e no Brasil. Este movimento que ocorreu a partir da segunda década do século XX, tem sua referência no pontificado do papa Pio XI e na assinatura do Tratado de Latrão (1920), momento em que o Estado Italiano e o Vaticano chegam a um acordo sobre o Estado Pontifício. Foi um momento importante

para a Igreja que a partir daí tratou de firmar-se no mundo restaurando seu poder espiritual e sua influência junto à sociedade.

No Brasil essa nova postura da igreja mobilizou o fervor religioso e sua implantação se realizou com a colaboração dos colégios religiosos, de diversas associações religiosas, da imprensa, dos institutos religiosos masculinos e femininos e, sobretudo, através de Ação Católica. Neste sentido, a Ação Católica e aquelas instituições católicas leigas consideravam que sua missão era a de contribuir à transformação da sociedade através do cumprimento da ação cristã. Também, houve uma aproximação entre o Estado e a Igreja ao constatar inimigos comuns entre os comunistas, socialistas e anarquistas.

A Igreja foi ao encontro do povo, se expandiu numa tentativa de levar a instrução religiosa e ampliar através dos valores cristãos, sua influência na sociedade. A realização e a concretização desta tarefa correspondeu aos bispos e aos párocos através da pregação do catecismo, das visitas pastorais às capelas existentes nas zonas rurais, da imprensa católica na forma de pequenos jornais, folhetos, folhas, etc., e das Cartilhas da Doutrina Cristã e livros de Historia Sagrada, criados para tal função. Toda esta obra devia contar com o apoio de leigos, dando ao espaço paroquial uma nova dinâmica.

Também a preocupação do ensino religioso foi uma constante entre os bispos brasileiros. Procurando desafiar a atitude governamental frente ao ensino leigo, os bispos aconselhavam a criação de escolas paroquiais como uma forma de levar às crianças uma educação espiritual. Essa preocupação com o ensino abrangia todos os estágios, incluindo a universidade, tentando formar os futuros profissionais e políticos capazes de atuar dentro dos valores cristãos.

Em Campinas *D. Francisco de Campos Barreto*, já em sua Primeira Carta Pastoral Saudando aos Diocesanos em 1920, mostrava sua preocupação por desenvolver sua ação pastoral dentro desses princípios ao instituir a Adoração Perpétua do Espírito Santo em 1921, reformar a Liga de São José, escrever cinco pastorais relativas ao cumprimento dos mandamentos como "remédio único" para os cristãos e sobre a importância da imprensa católica como meio de comunicação entre os cristãos.

D. Francisco de Campos Barreto, antes de sua eleição como bispo de nossa cidade, e como vigário da Matriz da Santa Cruz desde 1904 desenvolveu uma ativa vida religiosa buscando introduzir algumas reformas na condução da sua paróquia. Por aquela época fundou a União de Santo Agostinho, a Associação das Mães Cristãs, a Liga do Menino Jesus, a Venerável Ordem Terceira do Carmo, iniciou a publicação de uma pequena folha o *Mensageiro Paroquial* e escreveu o livro *A Igreja Católica* e o *Protestantismo Perante a Bíblia*, entre outras.

Durante o seu bispado continuaram a chegar congregações. Em 1926, vieram os Estigmatinos, as Carmelitas Descalças e, em 1928, as Missionárias do Jesus Crucificado.

Também, a divulgação do pensamento, da ação e dos valores católicos tinha um valioso veículo de divulgação e de ação cristã no *"O Mensageiro"*, um jornal que circulava semanalmente desde 1909 por obra de D. Francisco e que em 1921 foi substituído pelo *"A Tribuna"* que atualmente é de circulação mensal. Os padres tinham também um jornal de circulação restrita titulado *"Amigo do Clero"* e sua função era levar aos sacerdotes questões relativas às normas morais.[19]

Incentivou também, a circulação de folhetos, folhas e pequenos jornais de divulgação das congregações e associações religiosas que desta forma manteriam melhor comunicação com a comunidade. Estas e outras medidas, tais como a criação de um programa de radio católico - *A Hora Católica* - pelo bispo D. Barreto, promoviam a aproximação da Igreja com o povo de Campinas e reforçavam sua presença numa sociedade que se transformava rapidamente.

Como Bispo de Campinas *D. Francisco* convocou e dirigiu os trabalhos do Sínodo Diocesano de 1928, reorganizou a Cúria, a imprensa diocesana e o Seminário Diocesano construindo também um novo prédio, reorganizou e deu nova Constituição à Congregação das Irmãs Franciscanas do Imaculado Coração de Maria, que transferiu de Piracicaba para Campinas construindo para elas o Colégio Ave Maria; fundou o Instituto das Missionárias de Jesus Crucificado, reformou a Catedral e construiu um novo Palácio Episcopal, a Academia de Comércio e o Ginásio S. Luiz, deu

(19) Pe. Luiz Roberto Benedetti, Op. Cit., pp. 161.

incentivou a criação de paróquias e de Matrizes, bem como criou as Vigárias Forâneas. Fundou asilos, o Carmelo de Santa Terezinha e casas religiosas destinadas à educação dos jovens.

Foi o precursor da Ação Católica em Campinas e o idealizador da Universidade Católica, hoje Pontifícia Universidade Católica de Campinas. A Ação Católica e a atuação dos leigos teve uma influência importante nos novos rumos que a Igreja deveria seguir. Segundo João Batista Líbano[20], foram os leigos que levaram para o interior da Igreja os problemas da vida moderna através dos estudantes (JEC), dos universitários (JUD), dos operários (JOC, ACO), do trabalhador do campo (JAC) e pessoas de meios independentes (JIC), comprometendo cada vez mais o engajamento político dos católicos. Em sentido oposto, o leigo precisando de uma formação espiritual e teológica, se aproximou da Igreja na tentativa de adquirir experiência no campo da reflexão teológica. Desta forma, o leigo e o sacerdote receberam a influência recíproca da compreensão moderna da religião numa sociedade em transformação. Nesta obra empenhou-se D. Francisco.

Como podemos observar parte da ação pastoral desenvolvida por D. Francisco em Campinas se inspirava nas diretrizes da Igreja romana dentro dos princípios do movimento da Restauração Católica. D. Francisco, que nascera em Campinas a 28 de maio de 1877 faleceu em sua cidade natal no dia 22 de agosto de 1940, aos sessenta e quatro anos de idade, sendo sepultado na Catedral.

Logo após a morte de D. Barreto, S. S. o Papa Pio XI concedia a *D. Paulo de Tarso Campos*[21] a sucessão, nomeando-o bispo a 17 de

(20) João Batista Líbano, op. cit., pp. 93.

(21) Com a criação da Arquidiocese de Campinas em 1958, D. Paulo foi seu Primeiro Metropolita, sendo empossado no dia 16 de Novembro de 1958 quando recebeu o Palio das mãos de S. Excia. Revma. D. Armando Lombardi. Nasceu em Jaú a 24 de Agosto de 1895. Seus estudos eclesiásticos realizaram-se no Semi-nário Menor de Pirapora. No Seminário Provincial de São Paulo foi ordenado Sacerdote a 15 de Agosto de 1920, na Igreja da Consolação. Foi Vice-comissá-rio da Venerável Ordem Terceira do Carmo. De 1923 a 1928 exerceu o magis-tério no Seminário Provincial de São Paulo seguindo para Lovaina, Bélgica, para aprimorar seus estudos de Ciências Sociais. De volta ao Brasil em 1931, reassumiu a sua cadeira no Seminário. Em Março de 1932 foi nomeado pároco da Paróquia de Santa Cecília, em São Paulo. Em Junho de 1935, S. S. o Papa Pio XI o elegeu Bispo de Santos.

Dezembro de 1941. Em março desse ano tomou posse da Diocese de Campinas.

Sua obra no campo educacional foi ampla, realizou as obras do Seminário da Imaculada, completou a obra iniciada pelo seu antecessor de criação da Universidade Católica de Campinas, da qual foi Grão-Chanceler e trabalhou como segundo reitor da PUC-SP e como Presidente de Secretariado Nacional da Educação. No campo eclesiástico e canônico criou numerosas paróquias e a nova Cúria Arquidiocesana, no campo religioso e apostólico a realização do Congresso Eucarístico Diocesano em 1942 e a criação da cruzada das senhoras católicas.

O CONCÍLIO VATICANO II E A IGREJA DE CAMPINAS

O Concilio Vaticano II assinala um marco importante na Historia da Igreja. Convocado por João XXIII e aberto no dia 11 de outubro de 1962, teve dois princípios fundamentais que a partir daí iriam nortear o mundo católico: *"abrir a doutrina tradicional ao pensamento moderno e promover a unidade da família cristã e humana"*[22].

Este clima renovador também gerou conflitos no interior do clero. Os mais tradicionalistas e os progressistas tinham diferentes expectativas em relação à modernidade e sobre o papel que deveria a Igreja desempenhar. Todavia, as propostas de abertura ganharam espaço e começou a surgir uma Igreja renovada, onde predominou sua vocação pastoral e uma maior aproximação da comunidade através da reforma litúrgica e da substituição do latim pelas línguas locais.

O Concílio Vaticano II promoveu, portanto, uma profunda revisão do percurso da Igreja e propôs ir a encontro do mundo contemporâneo em suas diferentes experiências e contradições. A hierarquia no interior da Igreja também foi cedendo espaço para uma maior participação do clero em suas diversas instancias bem como dos leigos,

(22) João Batista Libânio, op. cit., pp. 70.

que a partir de sua comunidade contribuíam com o dia a dia de suas experiências para a renovação da Igreja. Trouxe também inúmeras transformações para o mundo católico. Desde a renovação da vida nos conventos, nos seminários e nas comunidades católicas, podemos dizer que o mundo católico sentiu novos ares renovadores, que anunciavam novas tensões, porém, onde prevaleceu o espírito transformador. Por outro lado, nas paróquias de nossa cidade, a renovação litúrgica e o uso do português nas missas permitiram uma maior compreensão do culto e de aproximação com liturgia cristã.

Neste contexto, dois movimentos opostos preparavam o terreno para o Concilio Vaticano II: o Movimento por um Mundo Melhor (MMM), fundado por Pe. Ricardo Lombardi e a Ação Católica. Embora por caminhos diferentes e tal vez opostos, abriram caminho para o diálogo com a sociedade dentro de um espírito cristão.

O MMM foi proclamado pelo Papa Pio XII em 1952 e teve como difusor no Brasil Pe. José Marins, que nos anos sessenta era padre na diocese de Botucatú. Sua proposta, que foi uma das pontas de lança da Igreja no pontificado de Pio XII, era a de formar "verdadeiros cristãos convictos e por opção"[23]. Pe. Marins percorreu o Brasil orientando por meio de cursos a renovação apostólica - espiritual - comunitária, para sacerdotes, religiosas e cristãos em geral.

A Ação Católica começou a dar seus primeiros passos no Brasil entre 1932 e 1935. Inicialmente com a participação de adultos e jovens das classes médias, na década de 50 abria espaço para a participação das camadas populares anunciando as mudanças que viriam penetrar pouco mais tarde, na Igreja. A Ação Católica e a atuação dos leigos a partir dela, teve uma influência importante nos novos rumos que a Igreja deveria seguir. Ainda, segundo João Batista Líbano[24], foram os leigos que levaram para o interior da Igreja os problemas da vida moderna através dos estudantes (JEC), dos universitários (JVD), dos operários (JOC, ACO), do

(23) Pe. Luiz Roberto Benedetti, op. cit., p. 95.
(24) João Batista Libanio, op. cit., p. 59.

trabalhador do campo (JAC) e pessoas de meios independentes (JIC), comprometendo cada vez mais o engajamento político dos católicos.

Em sentido oposto, o leigo precisando de uma formação espiritual e teológica, se aproximou da Igreja na tentativa de adquirir experiência no campo da reflexão teológica. Desta forma, o leigo e o sacerdote receberam a influência recíproca da compreensão moderna da religião numa sociedade em transformação.

Também a Igreja de Campinas passou por uma renovação pastoral. Em março de 1941 quando *D. Paulo de Tarso Campos* tomou posse da Diocese junto com seu *Bispo Auxiliar D. Bernardo José Bueno Miele*, essas mudanças já se anunciavam. Já por essa época, Campinas e seu entorno, se encontravam em meio a um processo de transformações socio-econômicas que a colocavam como um novo pólo de desenvolvimento no estado de São Paulo. Além disso, desde os anos 50 importantes movimentos migratórios contribuíram para dar uma nova configuração ao espaço urbano e promover o crescimento do município de Campinas.

Numa tentativa de fortalecer a presença da Igreja, no campo educacional *D. Paulo de Tarso Campos* criou o Seminário da Imaculada e completou a obra iniciada pelo seu antecessor de criação da Universidade Católica de Campinas, da qual foi Grão-Chanceler. Trabalhou como Segundo Reitor da PUC-São Paulo e como presidente do Secretariado Nacional da Educação.

Criou a Cruzada das Senhoras Católicas, numerosas paróquias e a nova Cúria Arquidiocesana. Além disso, durante seu bispado chegaram à cidade oito congregações: os Irmãos Maristas (1942), os Beneditinos, em Vinhedo (1947), os Beneditinos, em Campinas (1949), os Jesuítas (1950), os Maronitas (1952), as Irmãs Franciscanas Missionárias (1948), as Cônegas do Santo Sepulcro (1949) y as Salesianas (1952). Durante o *Arcebispado de D. Paulo de Tarso* que se iniciou em 1958 chegaram os Irmãos de Santa Cruz (1960), os Missionários dos Santos Apóstolos (1965), as Oblatas da Assunção (1964) e as Irmãs de São Paulo de Chartres (1965).

Seu sucessor foi *D. Bernardo José Bueno Miele*. Bispo Auxiliar de D. Paulo De Tarso e Quarto Arcebispo Metropolitano (1972-1981)[25]. Efetivamente, em 1962 foi nomeado Bispo Auxiliar de D. Paulo de Tarso Campos tendo recebido a ordenação episcopal na Catedral da Imaculada Conceição de Campinas, em 1963. Em 1967 foi nomeado Arcebispo Coadjutor de D. Frei Felício César da Cunha Vasconcelos pelo Papa Paulo VI e neste mesmo ano foi nomeado por D. Felício, Vigário Episcopal. Em 1972, com o falecimento de D. Frei Felício César, D. Bernardo assumiu a Arquidiocese de Campinas.

O CONTEXTO SOCIAL E POLÍTICO DOS ANOS 60 E 70 E A IGREJA CATÓLICA

As décadas de 60 e 70 foram complexas e difíceis para a sociedade brasileira e a Igreja de Campinas inserida também nesse momento contraditório da vida nacional, teve que suportar as pressões dos autoritarismos dos governos militares e as próprias divisões internas provocadas frente a essa situação.

Era Arcebispo de Campinas por essa época *D. Antonio Maria Alves de Sirqueira,* também Membro da Comissão Nacional para a Educação Católica, Comissão Representativa, Comissão Episcopal para Traduções Litúrgicas, Comissão Nacional da Basílica de Aparecida e membro a Ordem dos Cavaleiros de Malta.

Junto a este processo político, o desenvolvimento econômico trouxe como conseqüência um crescimento urbano acelerado cujas marcas mais visíveis são as favelas que ameaçavam já desde então, a se desenvolver em torno da cidade. No interior das favelas, seus moradores, os migrantes

(25) D. Bernardo nasceu aos 10 de setembro de 1923 em S. Bernardo do Campo - SP. Aos 22 anos de idade, ingressou no Seminário Central de Ipiranga, em São Paulo. Em 1947 seguiu para Roma, onde fez o curso de Teologia na Faculdade de Teologia da Universidade Gregoriana e em 1955 licenciou-se em Direito Canônico nessa universidade. Em 1961 foi nomeado Reitor do Seminário de Filosofia, em Aparecida do Norte.

de outros pontos do país e os pobres excluídos foram a grande preocupação da Igreja de Campinas que organizou grupos integrados por religiosos e leigos para dar assistência religiosa aos favelados. Mais tarde, em 1972, esses grupos adotaram como proposta as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) tal como outras comunidades do Brasil e da América Latina já o faziam.

As CEBs nasceram no interior das Vilas Planejadas - a de Costa e Silva e a de Miguel Vicente Cury - como um modelo alternativo eclesial. Nelas participaram Pe. Ercílio Turco, Pe. José Luiz Castro, Pe. Jacinto, Pe. Luiz Antônio Guedes e as Irmãs Franciscanas do Coração de Maria que iniciaram uma nova experiência na Congregação. Três religiosas foram morar na Vila Costa e Silva convivendo com as comunidades que ali se formaram. As CEBs favoreceram a participação dos leigos simples e pobres fazendo-lhes sentir sua importância dentro da Igreja. Por outro lado, todos os participantes se comprometiam com os problemas sociais mais profundos à luz do evangelho. Estes primeiros passos de aproximação com a sociedade foram seguidos mais tarde com as propostas de pastoral, que deveriam ser adotadas pelas paróquias da Arquidiocese. As CEBs que nasceram em 1966 ainda hoje continuam a envolver milhões de fiéis.

Sabemos que houve divergências, algumas paróquias se adaptaram a essas propostas e outras ofereceram resistências. Essas divergências permaneceram latentes, pois obedeciam a diferentes formas de entender a Igreja, num mundo que estava também ideologicamente dividido. Nessa ocasião, o futuro Arcebispo de Campinas *D. Gilberto Pereira Lopes* propunha uma forma de superá-la expondo em sua carta Pastoral dos 70 anos da Diocese de Campinas, seus princípios, os quais não deviam estar baseados numa opção ideológica, mas nos valores que emanam da vida de Jesus e do Evangelho.

Mesmo assim, na década do 80 a Coordenação Arquidiocesana de Pastoral, tendo em vista o trabalho realizado por outras dioceses do país e da CNBB (a nível regional e nacional) desencadeou outro processo, o de Planejamento Pastoral Participativo (PPP) tendo como inspiração as Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil (doc. 28, CNBB) para a definição dos objetivos de nossa Igreja.

D. Gilberto Pereira Lopes, 2º Arcebispo de Campinas, desde 1980 deixou claro em sua Carta Pastoral de janeiro de 1986 sua opção por aquelas linhas condutoras do PPP em sua Diocese (Carta Pastoral por ocasião do décimo aniversario do ministério episcopal em Campinas), cuja vigência foi de quatro anos.

Todavia, nesse período tinha sido constatado um descompasso entre os objetivos da Arquidiocese e a realidade social levando a uma dispersão dos planos iniciais. Todo esse processo, embora desarticulado, dava alguns resultados positivos na medida em que assinalava os problemas a ser resolvidos. D. Gilberto já tinha alertado sobre a necessidade de rever profundamente a forma de evangelizar. Além disso, a Igreja de Campinas devia se adequar ao novo Código de Direito Canônico. Estas questões foram abordadas em uma Assembléia Geral convocada por D. Gilberto na Arquidiocese onde revelou a necessidade de uma "*revisão ampla e profunda na vida da Arquidiocese",* assinalando os inúmeros desafios da pastoral em nossa cidade, chamando atenção acima de tudo, para a explosão demográfica do município de Campinas que em 1988 já se aproximava de um milhão de habitantes. Daí ser a Pastoral Urbana, um dos maiores desafios para a Igreja de Campinas, para os cristãos da cidade e para as vocações sacerdotais que deveriam aumentar em número para atender às necessidades das paróquias e da Arquidiocese.

Desde 1980 chegaram a Campinas novas congregações que viriam reforçar a obra de evangelização proposta por D. Gilberto. São elas: os Sagrados Corações (1980), os Assuncionistas (1981), os Paulinos (1982), os Betarramitas (1983), os Padres e Irmãos para Surdos (1986), a Pequena Missão para Surdos (1996), os Missionários Oblatos e os Sacerdotes de São Tiago, entre as masculinas; as Irmãs de N. S. da Consolação (1983), as Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus (1988), as Filhas de Maria Imaculada (1989), as Carmelitas Missionárias (1990), as Missionárias do Coração de Jesus Crucificado (1994), as Beneditinas da Divina Providência (1996) e as Carmelitas do Espírito Santo (1999).

Assim o trabalho da *Revisão Ampla* que se estendeu entre 1989 e 1991 teve um grande impacto na Igreja de Campinas e foi a fonte de

inspiração para a renovação pastoral, que tentava responder aos novos e renovados desafios que a evangelização enfrenta hoje, não apenas em nossa cidade, más também no país e no mundo. Certamente, esse processo está aliado a uma serie de fatores, porém, tal vez o mais importante é que a Igreja teve que responder preferencialmente, aos desafios da vida urbana.

O processo de industrialização[26] que se acelerou na década de 50 trouxe aparelhado um grande crescimento populacional com a chegada de contingentes massivos de migrantes de diversas regiões do país atraídos pelas possibilidades de trabalho. Campinas continua a abrigar cada vez mais indústrias e nos últimos anos da década de 70, como parte da política do governo do Estado de São Paulo, criava o Distrito Industrial de Campinas (DIC) que na década de 80 se transformou em um pólo de alta tecnologia.

Em todo esse período Campinas acumulou problemas sérios de moradia, transporte, saúde, entre outros, que levaram a uma degradação na qualidade de vida. Na década de 60, com o intuito de dar soluções ao problema de moradia foram criadas as Vilas Planejadas do Banco Nacional de Habitação. Todavia, essas vilas foram apenas um paliativo e paralelamente aumentou o número de favelas, onde as condições de vida desde então e até hoje, são preocupantes.

Esta situação que se estende ainda hoje por todo o território da Arquidiocese de Campinas, foi destacada por D. Gilberto Pereira Lopes

(26) É bom lembrar que as raízes da industrialização da cidade de Campinas e do conseqüente crescimento da população urbana estão ligadas à economia cafeeira, que liberou capitais no final do século XIX para o investimento industrial. Embora a industria campineira dava seus primeiros passos em torno da indústria de tecidos, alimentos, couro e madeira, houve também o desenvolvimento do setor metalúrgico que atendia às necessidades locais. Por volta de 1940 o impulso do capitalismo trazia para Campinas indústrias, algumas delas de capitais nacionais e internacionais, como a Selmi, Leco, Rhodia, 3M, etc. Este processo se acelerou na década de 1950 com a entrada de outras grandes empresas, de capitais multinacionais como a Singer, Dunlop, IBM, Bendix, Bosch, Mercedes Benz, Matarazzo, Merck, Sharp-Dome, entre outras.

em Carta Pastoral por ocasião do 70 Aniversario da Criação da Diocese de Campinas 1908-1978[27] lembrando que esse processo é comum a varias outras cidades da Arquidiocese onde, os dados estatísticos comprovam o aumento do número de favelas e de favelados, de escolas e serviços de saúde insuficientes, de falta de infraestrutura, como água, transporte, luz, etc., e de um processo crescente de desemprego e violência. Um processo que não atinge apenas Campinas, más que se reproduz em outras regiões.

Assim, a violência, o desemprego, as drogas, o achatamento salarial, são manifestações sociais que mostram a necessidade de medidas severas por parte dos governantes. A Grande Campinas combina todos esses problemas, agravados com as distâncias dos centros de atividade econômica que marginalizou, mais ainda, a população. Assim, a diversidade e os contrastes sócio-econômicos são a característica mais saliente de nossa cidade.

Os efeitos da urbanização são visíveis também nos novos comportamentos incentivados pelos meios de comunicação, que atingem o seio das famílias, incapazes muitas vezes de controlar os jovens das influências de valores éticos e morais que passam muito longe dos princípios cristãos. Efetivamente, os meios de comunicação contribuem para multiplicar as influências alienantes, em detrimento dos valores que emanam da família, da fé cristã e dos que procuram alertar sobre a necessidade de uma avaliação mais severa dessas informações que atingem, sobretudo, aos jovens.

Esta sociedade urbana é o grande desafio da Igreja Campineira, hoje. Um desafio que além dos problemas sociais deverá enfrentar os de uma sociedade pluralista e onde a religião católica não é mais o "centro" na vida das pessoas, competindo com outras referências espirituais e materiais. O catolicismo é uma opção num meio que sente a presença cada vez mais forte de seitas e outras manifestações religiosas que levam ao individualismo e ao afastamento da verdadeira fé cristã.

---

(27) **Uma Igreja Respondendo aos Novos Desafios**. Revisão Ampla: Documento Final, São Paulo, Edições Paulinas, 1992, p. 43.

Dentro deste contexto a Igreja de Campinas tem o seu grande desafio em conscientizar o povo de ser portador de uma ação transformadora para uma nova realidade social, que deve contar com a participação de todos os segmentos da sociedade. Neste sentido, a Diocese de Campinas mostra uma grande disparidade social, com grandes contrastes que tornam mais difícil atingir esses objetivos.

Todavia, em decorrência do processo de industrialização, a classe media - no mais amplo sentido - é tal vez a que mais responde por um processo de crescimento constante no contexto urbano e a que tem um poder político crescente também. Essa classe média muitas vezes se manifesta dentro de uma postura crítica que poderíamos considerar de centro-esquerda, dentro do amplo espectro ideológico e político do Brasil e consciente dos problemas da sociedade. Desta forma, a Igreja de Campinas deve transformar suas estruturas pastorais, ser evangelizadora e conduzir a renovação da fé cristã, além de oferecer às pessoas *"a possibilidade de partilhar a experiência cristã numa comunidade"*[28] Esse é o desafio para a modernidade, sobretudo no mundo urbano.

A Igreja de nossa cidade tentou dar respostas a esses desafios através da Renovação Litúrgica, da Implantação do Movimento por um Mundo Melhor, a Ação Católica, as Paróquias Renovadas, a Aceitação do Plano de Pastoral de Conjunto, da valorização do trabalho pastoral dos leigos e leigas, da Criação da Comissão de Pastoral das Vilas Planejadas e início das CEBs e dos Planos de Pastoral. Todas estas iniciativas abrangem um amplo período que vai desde 1960 até a atualidade. No transcorrer desse período, no entanto, muitos foram os desafios uma vez que aliado aos problemas sócio-econômicos apontados, surgiram os problemas da repressão política.

Todos esse fatores, não podem ser compreendidos fora do contexto e influência do Concilio Vaticano II e dos documentos de Medellín, em 1968 e de Puebla, em 1979, que despertaram a Igreja para uma missão transformadora dentro de uma nova sociedade que também se

(28) Ibid., p. 53.

transformava rapidamente. É assim que podemos observar a Igreja de Campinas engajada em sua missão junto aos movimentos reivindicatórios dos diversos segmentos da sociedade procurando levar o suporte espiritual e a luz do evangelho aos grupos que lutavam por uma vida melhor. Ainda, durante o período da repressão militar, o espaço paroquial foi, para muitos, lugar e refúgio para expressar seus sentimentos. Neste sentido as CEBs foram mediadoras dessa situação, entre a sociedade e a Igreja.

Podemos observar, portanto, uma participação cada vez mais intensa dos leigos em movimentos sociais e políticos que visam a construção de uma sociedade mais justa e solidária em oposição a uma sociedade que exclui e marginaliza amplos setores da sociedade campineira.

É nesse contexto que surgem as novas pastorais, que ampliando as experiências anteriores e seguindo os ensinamentos do Vaticano II, mostram claramente a importância da participação dos leigos na discussão dos problemas e no encaminhamento das soluções que muitas vezes fogem da abrangência do campo religioso, por serem estritamente econômicos e políticos. Todavia, é na convergência desses planos, onde os pobres, marginalizados e excluídos da sociedade ao lado de outras categorias sociais que inclui tanto os trabalhadores rurais como urbanos, se tornam sujeitos históricos a medida que aflora, em sua resistência, a experiência de luta secular por seus direitos. E, desde o ponto de vista da Igreja, essa luta também é transformadora e cristã, na medida em que funde no seu interior a intenção de construir uma sociedade mais justa e menos excludente.

A presença dos pobres e dos trabalhadores rurais e urbanos, desde 1979, foi uma constante. Essa participação teve desdobramentos importantes, frutos também, dos problemas intrínsecos de uma sociedade excludente, na voz dos defensores dos direitos humanos, da mulher, do negro e do índio, além da ecologia, intimamente ligados à qualidade de vida. Os segmentos médios da sociedade campineira também fizerem sua opção pelos pobres, na medida em que muitos colocam seus conhecimentos profissionais para o bem comum.

Voltamos então, a pensar nas CEBs e seu papel transformador exercido no interior da Igreja de Campinas, como instrumento de renovação do catolicismo com a participação dos leigos numa obra em construção. Observamos que a presença cada vez mais marcante dos leigos na paróquia mostrava que esta perdia parte de sua ação evangelizadora na medida em que padres e leigos se engajavam em movimentos sociais e pareciam afastar-se do evangelho. Mas, mesmo assim, as CEBs conseguiram despertar nas paróquias uma opção pelos pobres e oprimidos. Neste sentido, as CEBs abriram novos horizontes de liberdade, foram mediadoras da emergência de um catolicismo de base leiga tal como tinha ocorrido antes da romanização da Igreja no Brasil. Aproximaram fé e vida numa tarefa renovadora.

As CEBs ainda hoje são polêmicas dentro da instituição eclesiástica. Elas se opõem à paróquia tradicional e à sua hierarquia interna. Por outro lado, ambos modelos conviveram juntos: a paróquia tradicional e sua hierarquia interna e a paróquia que procura articular-se com a comunidade caminhando para sua renovação e transformação.

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) iniciaram suas atividades em Campinas em maio de 1970. A partir dessa data foram se organizando inúmeras CEBs em bairros da periferia da cidade de Campinas com a missão de levar a evangelização e incentivar a participação da população nas comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Correndo o risco de simplificarmos de maneira excessiva a trajetória da Igreja Católica em Campinas, podemos demarcar algumas etapas e algumas características. Em primeiro lugar essa trajetória nem sempre se confundiu com a história do catolicismo na região. Vimos que a Igreja, a instituição, chegou junto e tornou-se condição de fundação da cidade de Campinas. Mas o catolicismo, enquanto religiosidade, já estava presente, no culto dos santos, nas capelas privadas, nos mutirões e festas populares. A relação entre o oficialismo da instituição e do padre com a

religiosidade de extração popular nem sempre foi harmoniosa. Tratou-se de uma história de conflitos e complementaridade entre duas lógicas, duas formas de se relacionar com o sagrado. Uma mais transcendente, outra mais imanente e pragmática; uma mais colada e coerente com a doutrina, outra mais flexível e livre, coladas ás necessidades subjetivas das populações rurais.

A primeira etapa da história da Igreja em Campinas foi em parte marcada por esse conflito e por essas relações. Outro aspecto marcante dessa primeira etapa foi o posicionamento e o papel que a Igreja desempenhou frente a sociedade escravista. Como vimos, a escravidão em Campinas não foi meramente uma instituição social e um regime de trabalho entre outros, mas a base de um sistema econômico que marcou a história da região e da sociedade brasileira como um todo. Agregado a esse sistema estruturou-se uma ordem estamental e uma mentalidade senhorial que prometia durar muito além de sua base de origem. Embora a escravidão moderna tenha sido, desde o início, questionada na sua legitimidade, principalmente pelos países católicos, não há dúvidas que a Igreja desempenhou um papel importante na sua justificação. No século XIX o regime escravista se defrontou com o auge dos movimentos contestatórios. Os questionamentos se apoiavam não apenas no problema de consciência que gerava e da legitimidade da escravidão, mas também no problema da sua utilidade, tal como entendia a Economia Clássica.

A segunda etapa é marcada por uma reforma interna da instituição frente às transformações do contexto sócio-econômico. O fim do Regime Monárquico no Brasil e a conseqüente secularização do Estado encerrou a etapa de religião oficial e o monopólio de direito da Igreja Católica. Liberalismo, capitalismo, modernização, são os novos componentes definidores da dinâmica histórica fora e dentro do Brasil. A capacidade de a Igreja interferir nessa dinâmica não desaparece, mas diminui sensivelmente. A nova "teologia" que amarra ideologicamente a estrutura social não é mais a da religião, mas a racionalidade burguesa traduzida pela Economia Política.

O problema sobre o qual se concentram todas as preocupações da Igreja é: como garantir a sobrevivência da instituição. Um lado da

receita ficou conhecido como processo de Romanização, ou seja, centralização do poder de controle, sobre todos os aspectos, em Roma. Outro lado foi o aprofundamento da sensibilidade da instituição para as especificidades históricas do meio no qual atua: foi preciso definir com clareza os aliados, os adversários e os meios de luta.

Uma das ameaças foi identificada nesse processo de "desencantamento do mundo" implícito no conceito clássico de modernidade. A uma lógica da racionalidade instrumental e da objetividade, contrapôs uma lógica da subjetividade e da afetividade. Outra ameaça pode ser identificada nas dificuldades de enquadramento do dinamismo da religiosidade popular numa situação de liberdade religiosa.

A história da Igreja em Campinas foi sempre a história de uma instituição que se encontra numa situação intermediária, entre as determinações externas, da Igreja em Roma, e as exigências e desafios específicos do meio no qual atua. Mas as demandas e imposições do meio resultam de influências de vários níveis e lugares. De maneira que a história da instituição num determinado lugar exige o cruzamento de muitas variáveis, das dinâmicas das várias esferas que compõem a realidade. Os resultados apresentados acima constituem uma primeira tentativa, sempre provisória e defeituosa, de realizarmos esse trabalho.

REFLETINDO SOBRE ALGUNS ASPECTOS DA SEGREGAÇÃO/TRANSFORMAÇÕES URBANAS EM CAMPINAS

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Ao longo dos anos em que venho estudando a cidade de Campinas, tem sido constante minha preocupação em cruzar as diferentes fontes de pesquisa (bibliográficas, documentais - públicas e particulares - iconográficas, orais...,) a fim de melhor compreender as transformações havidas ao longo do processo histórico, bem assim melhor perceber as diferentes representações formuladas no âmago da memória individual e coletiva.

Por estar o presente em constante movimento, ao longo da pesquisa estou a cada momento sendo desafiada a construir novos caminhos para então poder percorrer também as marcas da memória.

Estudar a questão da urbanização, centrada na cidade onde vivo desde que nasci, é instigante, sobretudo levando em conta as grandes transformações que a estrutura urbana sofreu a partir dos anos 1950 e que acabaram por deixar as marcas do desaparecimento de um viver altamente qualificado, talvez até inadequado, e que no hodierno se apresenta como uma relação bastante diversa.

Acredito ser a cidade o palco da experiência cotidiana onde a vida das pessoas, seus projetos e vicissitudes transcorrem sobre seu solo sedimentado de memória, história, trabalho, lazer, alegrias e tristezas.

Evidente que tudo isso é decorrente de uma experiência ambivalente que se divide entre o velho e o novo, entre o fausto e a miséria,

o que acaba por tornar a cidade não apenas o pano de fundo da experiência de cada um de seus habitantes, como também o espaço da condição humana e da apropriação por parte dos múltiplos grupos sociais que a compõem, permitindo a toda comunidade um universo a ser vivido e analisado frente à variedade de recortes que propõe.

Assim pensando, procurei neste breve estudo refletir, alguns pontos apenas, de como a urbe campineira sofreu (e) profundas transformações em seu cotidiano, através do tempo, principalmente decorrentes do aumento populacional e dos novos ritmos de circulação onde os espaços públicos foram alvos de intervenções urbanas visando priorizar seu fluxo.

Foi mais sensivelmente a partir da segunda metade do século XIX, com as mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais havidas a nível nacional, que a dinâmica local,através do desenvolvimento urbano, começou a ser alterada, decorrente da riqueza cafeeira que acabou por reestruturar a ocupação do solo urbano e mudar, conseqüentemente, o estilo de vida de seus moradores.

Com o aumento da população livre, além de então ainda contar com a escrava, o surgimento da indústria (entre outras, fábricas de máquinas e implementos agrícolas, chapéus, velas de cera) e a inauguração das estradas de ferro (Paulista, Mogiana, Funilense só para citar algumas delas), foram alguns dos principais aspectos que permitiram aos habitantes maior alcance e uso nos serviços produzidos pela cidade, tudo corroborando para que se tornasse um verdadeiro *pólo regional* (a partir dos anos 1870).

É bom lembrar que até meados do século XX o desenho urbano da cidade não fora ampliado desordenadamente; o crescimento da população era ainda maior no campo. Foi o lucro gerado pelo café que financiou, em maior proporção, a urbanização de Campinas; os fazendeiros puderam, à época, diversificar seus investimentos com essa crescente urbanização, favorecendo, também, a subordinação do poder político ao econômico.

Muito feliz foi o que nos deixou registrado um dos cronistas da cidade - Leopoldo Amaral - ao descrever a *grande família que compreendia a cidade: todos se conheciam, todas as caras que apareciam nas ruas, nas igrejas, nos teatros, nos bailes, eram pertencentes a indivíduos com os quais, pode-se dizer, estavam habituados desde a meninice*[1].

Por muitos anos, em verdade, eu mesma cheguei a vivenciar esses momentos nos tempos de infância/juventude (até meados dos anos 1960), onde as caminhadas cotidianas realizadas com minha mãe e saudosa Tata nos permitiram a identificação e o encontro de grande número de conhecidos que víamos pela cidade, apesar do regramento já existente dos seus espaços e distâncias.

Nos anos 60, a cidade crescia mais em direção Sul/Norte. Suas ruas já não mais possuíam nomes próprios de antigos moradores (era o início da urbanização), uma vez que passaram a ser designadas pela posição que ocupavam em relação à outra, ou seja, a que ficava imediata à segunda, ou acima desta, e assim por diante. Eram os novos ditames seguidos pela já cognominada modemidade. As anteriores designações, então indicativas de um prédio, decorrentes das funções do espaço representados pela rua, evocações prazerosas ou não, vegetação, etc., foram desaparecendo. Vejamos alguns exemplos: rua do Teatro, do Comércio, da Matriz Nova, das Flores, do Camboizal, das Casinhas, Beco do lnferno.

Creio ser importante salientar que a noção primeira que Campinas teve de rua, foi por conta dos *arruadores nomeados pela Câmara* que tiveram a responsabilidade de alinhá-Ias como também a seus becos, objetivando o ordenamento funcional, econômico, social e estratégico que a sociedade já começava a exigir[2], onde o acerto do desenho urbano fora tido como indispensável.

---

(1) AMARAL, Leopoldo. "Campinas", in Francisco Cardona & José Rocha (orgs.). *Almanach de Campinas: Litterario e Estatistico, 1892*. Campinas, Typ. Cardona, 1892, p. 167-168.

(2) *CAMPINAS, CAMARA MUNICIPAL. ARQUIVO, POSTURAS, CAIXA DE PARECERES N°1, Pasta* 1829, *artº 1° e* 3º.

Assim, a cidade foi sendo concebida, pensada num traçado geometrizado nos seus espaços, mas, sem grandes discriminações sociais de seus moradores.

Todavia, num outro momento, com o crescimento acelerado, seu desenho apresentou fortes alterações, já tendentes a uma certa plasticidade em busca de formas perimetrais, canais de circulação, praças amplas, ditados pela visão modernista do novo viver urbano campineiro, iniciado às proximidades do final do século XIX, onde saneamento e higiene (sobretudo decorrentes das epidemias havidas nesse final de século em Campinas, das quais a febre amarela foi uma das mais significativas), ao lado da paisagem e beleza se consorciaram: era a cidade burguesa se arrumando para o porvir, onde a impessoalidade das relações sociais se ampliava e diversificava.

O *Código de Posturas de 1880* alterou a largura das vias, sendo então previsto que as novas ruas, travessas e avenidas tivessem quinze metros, além de serem evitados os becos. Pela primeira vez no Código apareceu a palavra *avenida,* admitindo, portanto, que no desenho urbano da cidade uma nova concepção de espaço estava sendo implantada.

Assim, até o primeiro quartel do século XX, a ocupação da área correspondente ao antigo *rocio* fora feita sob a interveniência do poder público. Ultrapassado seu limite, o parcelamento dos lotes urbanos foi parar em mãos da iniciativa privada onde o capital imobiliário assumiu o comando, imprimindo forte especulação imobiliária à expansão urbana de Campinas[3].

Cresceu o tecido urbano da cidade e os primeiros bairros foram então esboçados: Ponte Preta, Vila Industrial, Guanabara, Bonfim, Taquaral, Cambuí, Vila Marieta..., ocorrendo sua regionalização como decorrência da expansão.

---

(3) Entre vários outros estudos que abordaram esse momento, ver o de CARPINTERO, Antonio Carlos Cabral. *Momento de Ruptura: as transformações no Centro de Campinas na década dos cinqüenta.* Dissertação (mestrado), FAU, USP, 1991, p.3.

O *modernismo* fora característico de boa parte do século XX sendo priorizada a segmentação, especialização e funcionalidade do traçado urbano (calcado na capacidade de produzir circulação motorizada). Dessa maneira, não poderia deixar de lembrar Le Corbusier, quando afirmava que era preciso *matar a rua para transformá-Ia em máquina de tráfego*[4].

As modificações urbanas em Campinas interferiram consideravelmente em sua *cultura pública,* vivida há décadas em suas praças, largos, botequins... As alterações na geografia urbana, frente a forte especulação imobiliária, o encarecimento dos aluguéis, a existência de um novo estilo de vida, exigiram o embelezamento, a largueza das vias e novos jardins, além, de espaços condignos para o tráfego, a fim de fazer frente ao novel modelo de urbanização. Com isso, parte de seus antigos e pobres moradores foi transferida para bem longe do centro da cidade, onde, também, as possibilidades de interação social (a partir dos anos 1960) foram marcadas pelas diversidades, aliás, caráter permanentemente intercambiável da modernidade, urbana[5].

Toda Metrópole (e é o caso de Campinas) conta com um centro tradicional, seu marco histórico, referência para sua memória coletiva, uma vez que nele se observam as necessárias transformações ao longo das décadas que a vão marcando. Se inicialmente na história da cidade seu centro fora conhecido como cidade, ou, em outras palavras, a cidade era o centro, já que local de consumo, comércio e negócios das elites, o progresso o modificou. Assim, foi o caso do Largo da Catedral, do Rosário, das antigas Ruas de Baixo (Luzitana), do Meio (Dr. Quirino) e de Cima (Barão de Jaguara).

Não caberia aqui mencionar, mas, são várias as observações deixadas por viajantes estrangeiros, desde meados do século XIX que

(4) Apud BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar.* São Paulo, Cia das Letras, 1986, p. 159/165.

(5) É oportuno lembrar que Marx teve uma expressão feliz quando se referiu a esse processo (e que Berman recorreu ao analisar a dinâmica instaurada pelo capitalismo) ao afirmar que *tudo que é sólido desmancha no ar.* Ver: BERMAN, M. op. cit.

passaram por Campinas e escritores outros, principalmente cronistas campineiros, que se referiram ao centro da cidade com certo bucolismo, demonstrando, entre outros aspectos, que o mais seleto da urbe para lá convergia: local onde os homens da elite se dirigiam para ler e discutir, principalmente jornais franceses, além de serem encontrados estabelecimentos comerciais (muitos também à francesa) que faziam o *chic* da cidade. No entanto, poucos foram os que aludiram a existência já de uma ocupação popular, por sinal, marcada por certa *conflitualidade* (no Largo do Rosário, eram praticamente os negros que mais o freqüentavam aos domingos e feriados; para passear no Jardim Carlas Gomes, os brancos caminhavam em sua parte interna, enquanto os negros só podiam andar em seu exterior).

As camadas sociais populares se concentraram, historicamente, nos chamados bairros operários, proletários, construídos em terras menos valorizadas da cidade, principalmente localizados ao longo das ferrovias: foi o caso, apenas para exemplificar, da Vila Industrial, que desde sua origem foi considerado bairro operário[6].

Destaco que o afIoramento da presença popular na cidade não foi fortuito, pois, desde o final da escravidão, com a necessidade de conseguir mão-de-obra a fim de fazer frente ao crescente desenvolvimento industrial de Campinas (decorrente do capital acumulado com o cultivo/exportação do café, a partir, sobremaneira, das últimas décadas do século XIX), novos contingentes mudaram o quadro social da cidade com a presença de imigrantes, o que também veio aumentar a presença da pobreza no espaço urbano. Posteriormente, tal problemática foi de certa forma controlada pelas *intervenções saneadoras* por parte do poder público, visando segregar tais contingentes humanos em espaços circunscritos, dado ao fato do crescimento da cidade estar voltado prioritariamente para atender as necessidades da burguesia. Dessa forma, as camadas sociais de alta renda ainda se localizavam no centro da cidade, em suntuosos casarões, convivendo, lado a lado, com grupos sociais de

(6) Sobre o assunto ver: RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. "Revisitando A Cidade de Campinas Através de Dois de Seus Bairros: Cambuí e Vila Industrial". *In: Anais da XVII Reunião da SBPH.* São Paulo, 1997, p. 307/310.

baixa renda que habitavam em cortiços, pensões de baixo nível e miseráveis casebres.

Notei que o centro tradicional, ocupado pela elite até a primeira década do século XX, gradativamente foi se tornando espaço deteriorado, heterogêneo, popularizado e, decorrentemente, abandonado pelas camadas sociais de maior poder aquisitivo que buscaram outras regiões da cidade para morar (num primeiro momento o bairro do Cambuí e após Nova Campinas, Gramado, Alphaville...).

Mas, o centro da cidade continuava ainda a possuir dimensão significativa, sobretudo no entorno do Largo do Rosário, da Catedral e da Rua Barão de Jaguara, não apenas para o *footing,* comércio, mas, para toda uma vivência boêmia característica dos anos 40/50.

A partir de então, frente ao cosmopolitismo que já se apresentava intenso (contando com a presença cada vez maior de imigrantes italianos, japoneses..., bem assim de migrantes em especial nordestinos e mineiros), o relacionamento desses novos indivíduos frente ao crescer da economia, passou a compor grupos sociais significativos e também a ocupar diferentes espaços públicos da cidade.

Foi ao longo dos anos 1955 que, mais intensamente, entre outros fatores, Campinas passou pela expansão de suas fronteiras, com as novas bases da industrialização, além do crescimento do transporte rodoviário que veio possibilitar melhor locomoção pela cidade, antes restrita, praticamente, à circulação dos bondes[7].

Enquanto a cidade se expandia atendendo a múltiplos interesses econômicos e com o afastamento significativo de um contingente de sua população para os novos bairros periféricos criados (iniciativa proposta pelos Governos Federal, Estadual e Municipal, sob o BNH e com atuação das Cohabs), o encortiçamento foi desaparecendo. Já então prosperava no

(7) Sobre o assunto ver: RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. "Os Bondes Uma Etapa de Modemidade em Campinas". In: *Notícia Bibliográfica e Histórica.* Campinas, 1997, ano XXIX, n° 164, p. 57/65.

centro da cidade o pequeno comércio informal e o aumento da violência urbana.

O estudo efetuado por Manuel Castells coube, infelizmente, muito bem à Campinas: *as cidades progridem se autodestruindo, em lugar de ir crescendo a partir de uma base de manutenção do que já existe*[8].

Dessa maneira, prosseguindo com a análise do centro campineiro, observei, outrossim, que ele acabou por perder, ao longo do processo histórico, suas funções e referências simbólicas. Além disso, é importante notar que Campinas, no que tange às regiões centrais, foi *engolida* pelo tráfego através de avenidas e viadutos, além da presença de camelôs, prostitutas, travestis, mendigos, trombadinhas, desempregados... que passaram a utilizar aleatoriamente a cidade. O que é notório é que muitas vezes a *ressignificam* sob outros pontos de vista (por exemplo, a transformação dos baixos de alguns viadutos em verdadeiros *mocós)*. Em verdade, o que ocorreu/e, é que no mesmo espaço urbano há a coexistência de uma multiplicidade de códigos e significados que acabam por estabelecer relações conflituosas entre os grupos sociais, uma vez que tais relações cruzam visões e práticas diferenciadas, e, por vezes, acarretam a fusão de padrões culturais distintos, como bem já nos demonstrou a análise da Massimo Canevacci ao se referir à cidade de São Paulo: *tudo* é *conjunto, justaposição, mistura... Todos convivem com poucos*[9].

Pelo estudo que venho efetuando, acredito que a popularização do uso dos espaços urbanos, acrescidos de formas estratégicas de ocupação (ligadas à busca da sobrevivência) não foi apenas decorrente das transformações urbanas, mas sim, vivenciadas pela luta do cotidiano, onde novas referências de sociabilidade e interação foram recriadas, possibilitando articulação de um novo espaço público que, no geral, foi visto de forma negativa pelas classes sociais de maior poder aquisitivo.

---

(8) CASTELLS, Manuel. "A intervenção administrativa nos grandes centros urbanos". *In: Espaço & Debates* n° 6, São Paulo, NERU, 1982, p. 64/75.

(9) CANEVACCI, Massimo. *A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana* São Paulo, Studio Nobel, 1993, p. 196.

Nesse quadro de ocupações sociais do novo espaço, alguns recortes mais abrangentes podem ser efetuados: assim, só para exemplificar, algumas praças são agora locais da prática de relações de trabalho informal, imprimindo o uso social e estratégico voltado à luta do sobreviver. No momento, esse espaço público se encontra em estado de abandono. Se o olharmos, ainda que rapidamente, pelas principais praças e avenidas da região central de Campinas, o que encontramos? Monumentos depredados, pichações, depredações, falta de fiscalização do Poder Público, fazendo com que os grupos sociais permaneçam segregados, deixando transparecer discriminações/preconceitos vários, apesar da PMC estar, ao que parece, procurando recursos/parcerias para a revitalização do Centro. A indagação persiste, ainda, ao se pensar em alguns bairros periféricos, onde a problemática da saúde/higiene também é deficitária (só para lembrar, a epidemia da *dengue* vem atingindo não apenas o centro da cidade, bem assim, de maneira drástica, os bairros não assistidos). Como exemplo lembro a Praça Antônio Pompêo, área central da cidade, onde se localiza o monumento - túmulo do compositor e maestro Antônio Carlos Gomes, que bem retrata a situação: lixo de bares/restaurantes que circundam esse espaço é depositado em seu entorno desde antes das 19hs, sendo que a coleta do lixo é efetuada a partir da meia-noite! Enquanto isso... moscas, varejeiras, etc. convivem no espaço. Após a coleta do lixo resta a sujeira no calçamento, o mau cheiro e, vai por aí...

Menciono que tal local teria tudo para ser agradável; mas, o rastro de sujeira deixado ainda pelos que sobrevivem com a coleta de materiais recicláveis (papelão e alumínio) além da procura de alimentos é tamanho, que tais resíduos acabam por incomodar e afastar aqueles que poderiam freqüentar tal espaço.

No momento estou também analisando mais profundamente a questão da educação/cultura dos indivíduos que vivem na periferia, em meio ao lixo e ao esgoto e que freqüentam o centro urbano por múltiplas razões. Aí me indagar: não estariam eles se expressando quando freqüentam o centro de sua cidade? Não poderiam estar contando como sentem sua própria história?

Quer me parecer que a exclusão vivenciada na periferia acaba por se refletir no centro da urbe. Daí a necessidade *do espaço urbano ser cuidado como um todo e da educação dessa população ser urgentemente atendida,* a fim de que situações como essas possam ser revertidas.

Cumpre ainda dizer que o tráfego de pedestres, automóveis,ônibus e alternativos em Campinas acabaram criando *regras subterrâneas de posse nos mais diversos pontos da cidade,* verdadeiros códigos cambiantes, até mesmo invisíveis e que permitiram diferentes interpretações, levando, não raras vezes, à suposição da prática de violência, hostilidades múltiplas, preconceitos sociais e violência policial. O centro da cidade é hoje altamente segregado, sobretudo no que diz respeito as suas utilizações cotidianas.

A partir dos anos 1970 e mais intensamente nos 90, novos *centros especializados,* agenciados pelo capital privado (destaco, entre outros, os complexos empresariais, os condomínios fechados, os shoppings centers), trouxeram outras modificações à Campinas - fato que, outrossim, ocorreu em vários grandes centros urbanos do país - decorrente da aliança entre o capital imobiliário, comercial e financeiro - o que veio a propiciar o aumento do setor de serviços acabando por fortalecer seu pólo industrial e crescimento das classes médias assalariadas[10].

Por outro lado, as transformações acarretaram também o aumento de áreas com graves problemas sociais - acentuando suas diferenças - onde urge o reordenamento de taís espaços, a promoção das relações entre grupos diferenciados, para que, aos poucos, possam estar sendo combinados com múltiplos outros processos sociais e estruturando uma nova paisagem urbana, tanto na esfera da moradia quanto na do trabalho, consumo e circulação.

No entanto, frente à combinação (?) entre riqueza e pobreza foi gerado um novo padrão urbano - o da segregação - sendo também recriados de forma intensa os preconceitos discriminações!...

(10) Sobre o assunto é oportuno consultar, entre outros estudos, o de ROLNIK, Raquel *et alii. São Paulo: crise e mudança.* São Paulo, Brasiliense, 1991.

A segregação passou assim a ser uma constante ameaça ao espaço público que foi levado à deterioração, à incidência cada vez maior de crimes e a adoção de medidas privatizantes como uma tentativa de controlar/melhorar (?) tal situação. Esse quadro está abrindo brechas para que a própria noção de cidade seja reformulada de maneira, digamos, quando nada, dramática, até porque, só para lembrar, se não há ausência de políticas públicas em longo prazo, essas estão se mostrando pouco eficientes até o momento, favorecendo o crescimento de verdadeiras *ilhas encravadas no contexto urbano metropolitano que se apresentam, em grande parte, miseráveis, marginais e clandestinas.*

Em contrapartida, nos condomínios fechados campineiros e em outros tipos de habitação de moradores de alta renda, há todo um universo de práticas e representações que acabam por criar um espaço à parte na cidade, diferenciado e protegido da dinâmica metropolitana em seu conjunto onde é presente a seletividade social.

Há que se mencionar que nos dias atuais as trajetórias de segurança propostas em tais espaços alteraram ainda os hábitos de circulação e meios de vida relacionados ao uso cotidiano das ruas, praças e do transporte público. Dessa forma, está sendo criada toda uma *cultura da privatização do espaço, como verdadeiras cidades voltadas para seus interiores* o que vem ocasionando conseqüências sérias à dimensão pública da metrópole campineira.

Urge que estudos sejam rapidamente realizados e postos em prática a fim de que não haja maior dilapidação do espaço público e que a condição primeira inerente a todos do uso de suas ruas e praças seja efetivado para, então sim, a cidadania poder concretizar-se.

A atenção deve estar voltada à diferenciação centro/periferia (que agora deixa de explicar, como anteriormente, a separação entre classes sociais distintas), ao crescimento do setor terciário, a cada momento mais significativo, tendo como preocupação o fortalecimento da RMC[11] que deve ser entendida como um espaço importante para esta nova etapa a ser desempenhada pela cidade.

(11) RMC Região Metropolitana de Campinas.

Com isso estou dizendo que é a racionalização da vida urbana, com predominância da mobilidade, do fluxo e deslocamento, que embora estejam configurando contextos excludentes (aliás, típicos dos países emergentes) devam estar se sobrepondo às áreas urbanas marginalizadas ao longo do processo de modemização/metropolização (caso de Campinas) exposto ainda à miséria, ilegalidade e crescimento de redes informais, que acabam por propiciar/elevar os índices de criminalidade atualmente enfrentados, e onde não se observa adequadamente a interação entre os diversos grupos sociais que estão sendo diferenciados pela dinâmica urbana.

Daí enfatizar que apesar das dificuldades e, sobretudo por elas, se torna possível olhar a cidade como um caleidoscópio, cujos componentes, combinados de formas as mais diversas, possibilitam diferentes leituras e interpretações do fenômeno urbano, o que me faz reafirmar Le Goff[12] ao dizer: *não creio que a cidade perdeu seus atrativos: antes, deverá sempre conceber muitos encantos para sempre poder renovar sua sedução.* E é o que espero possa ocorrer com Campinas, até porque, por exemplo, o recorde histórico do número de homicídios, desde 2004, diminuindo sensivelmente; todavia, bairros tidos como tradicionais (Cambuí, entre outros) deixaram de o ser e seus antigos moradores estão cada vez mais passando a residir em áreas afastadas do Centro.

Finalizando, lembro ainda que a cidade está marcada por um grande contraste/segmentação, que é reforçado pelo alto número de favelas e ocupações, com a crescente desvalorização imobiliária do Centro e de alguns bairros (sobretudo os que se localizam ao Sul da cidade). A situação é caótica, pois, ainda cerca de 153.000 campineiros vivem hodiernamente em núcleos residenciais miseráveis (áreas de ocupação).

Desde a última década do século passado, a cidade reflete, pois, a segregação, alimentando a distância entre os mais diversos grupos sociais, permitindo, desta maneira, que a vida em comunidade, o conglomerado urbano, fiquem fragilizados. No entanto, não podemos esquecer que a cidade foi construída por tempos múltiplos e contraditórios,

(12) LE GOFF, Jacques. *Por Amor Às Cidades.* São Paulo, Edunesp, 1998, p. 153.

mas que mantém, para além de seus variados problemas estruturais, vitalidade, originalidade, diversidade e dinamismo, encantando e desencantando, uma vez que ao lado de sua beleza convivem inúmeras variações de seu caótico cotidiano.

Campinas é, assim, o retrato de sua gente e diria mesmo quase humana.

O BANCO ROTHSCHILD E O BRASIL

Duílio BATTISTONI FILHO

Na história do capitalismo, vamos encontrar banqueiros e seus bancos ocupando importantes papéis sociais e políticos que ultrapassam as fronteiras institucionais do sistema financeiro. Na Europa, a família Rothschild dominava o cenário das altas finanças; aristocratas e sofisticados, imprimiram a marca da dinastia do banqueiro.

Meyer Amschel Rothschild, o patriarca, nasceu em 1744 no gueto judeu de Frankfurt e a origem do nome da família Rothschild vem do fato de que seu pai Amschel Moses fora um modesto comerciante de tecidos. Nessa época, os judeus viviam sob rígido controle social, com restrições para diversas atividades econômicas. Com a igreja proibia a usura para os cristãos, alguns judeus passaram a desenvolver a atividade de prestamista, no que tinham uma vantagem importante, visto que podiam contar com uma extensa rede de relações de cunho étnico, por toda a Europa. Como estratégia para ampliar a influência da família, Meyer enviou os filhos homens para abrir filiais nos grandes centros europeus da época: Amschel em Frankfurt, Salomon em Viena, Nathan em Londres, Carl em Nápoles e Jacob em Paris, conseguindo formar assim o que seria a primeira instituição financeira multinacional, que não só facilitava como promovia o comércio na medida em que oferecia mecanismos de pagamento e compensação de valores entre as diversas praças. Ainda hoje, a marca do banco Rothschild e Cia de Paris é a representação de cinco flechas, uma para cada um dos filhos que continuam a dinastia.

O caráter dinástico da família e as estratégias para a manutenção e ampliação do seu poder e influência incluíam a destinação da herança

somente para os filhos homens, casamentos cuidadosamente arranjados com o objetivo de manter a coesão familiar ou expressão de sua influência, além da busca e desenvolvimento das relações com a comunidade judaica em toda a Europa.

Meyer encaminhou os filhos para casamentos ricos, e com os filhos criou a sociedade M. A. Rothschild e Filhos, destinando no seu testamento a fortuna apenas para os filhos homens. Em conseqüência, as genealogias publicadas ignoram as linhas femininas. Ao longo do tempo, com o crescimento da família, diversos casamentos aconteceram entre os próprios descendentes, para desta forma evitar a dispersão da fortuna e do prestígio acumulado.

No contexto sociaI da época, a prática da endogamia familiar era comum, e no caso dos Rothschild recebia um reforço especial por ser uma das estratégias de sobrevivência étnica da comunidade judaica. Mais tarde, a endogamia familiar foi sucedida pela endogamia de classes, com a promoção de uniões com famílias *do establishment* dos locais onde estavam estabelecidos.

Além do patrimônio econômico, os Rothschild acumularam um poderoso patrimônio simbólico, que não poder se substimado quando analisamos o mundo político e financeiro, onde as: relações necessariamente passam pela figura do avalista que empresta, além do capital financeiro ou político, a confiança no cumprimento dos acordos.

A marca Rothschild esteve presente em quase todos os grandes empreendimentos capitalistas ou financiando governos no século XIX e início do XX. As atividades desse banco cresceram de importância na medida em que, por um lado, o crescimento capitalista gerava excedentes cada vez maiores, que precisavam ser investidos, e, por outro lado, haveria demanda crescente de capital gerada pela formação de Estados modernos e democracias na Europa, bem como pela expansão do comércio. A City londrina, além dos negócios, mantinha um estreito relacionamento com a esfera política, tendo banqueiros parlamentares como membros de comissões governamentais, ou no próprio governo.

No Brasil, o banco teve marcada presença, notadamente o da matriz londrina. Sua influência na vida econômica brasileira foi enorme.

Basta dizer que, entre 1825 e 1889, o governo brasileiro levantou 17 empréstimos, dos quais apenas dois se destinavam a investimentos em estradas,e dois tiveram motivação política imediata: o reconhecimento da nossa independência e o financiamento da guerra do Paraguai. Dos restantes, nada menos que 10 se destinavam à liquidação de dívidas anteriores. Politicamente, estes empréstimos constituíam a forma prática de a Grã-Bretanha apoiar o governo e o regime aqui imperante.

Quando as relações entre o Brasil e a Grã-Bretanha entravam em crise, obviamente não haveria empréstimos. Assim, as divergências sobre o tráfico negreiro devem ter impedido que os houvesse entre 1843 e 1852, o intervalo mais longo em que o endividamento externo do Segundo Reinado deixou de crescer.

Vale ressaltar que o capital britânico não veio para cá apenas para financiar o governo, mas também para realizar inversões privadas, principalmente nas ferrovias. Os ingleses não apenas financiavam estradas construídas por iniciativa nacional, como também por eles próprios, contando com a garantia de juros por parte do governo brasileiro. Economicamente, pode-se dizer que estes empréstimos constituíam aplicações bem rendosas, tanto para intermediários que geralmente recebiam polpudas comissões, como para tomadores, que adquiriam os títulos bastante abaixo do par.

Na segunda metade do século XIX e até a Primeira Guerra Mundial, a Inglaterra é o país exportador de capital, por excelência. A distribuição geográfica do seu comércio externo e de suas inversões no exterior, permitem ter uma idéia de como a constituição de um mercado internacional de capitais foi um dos fundamentos da divisão internacional do trabalho, instituída a partir da Revolução Industrial.

O grande mercado para suas exportações de produtos manufaturados é o próprio continente europeu e depois a América do Sul. Como não estava passando por um grande processo industrial, o Brasil estava na extrema dependência dos ingleses no que concerne à importação de artigos têxteis, ferro, carvão e máquinas. Para pagar essas importações,o país dependia da receita de alguns produtos de importação – principalmente

do café. Quando a receita externa diminuía, devido à queda do volume exportado ou dos preços, o governo não tinha como continuar pagando os juros e amortizando as dívidas já contraídas. Resultava daí um crescente endividamento externo, apesar dos pagamentos do Brasil serem de fato maiores que os novos empréstimos obtidos.

Ao findar o século XIX, os empréstimos públicos levantados no exterior mudam de caráter eles se destinam em maior proporção a obras públicas, em geral construção de portos ou ferrovias, ou à sustentação das cotações externas do comércio cafeeiro. Num período de quinze anos tomamos mais 10 empréstimos, sempre do banco Rothschild, dos quais 4 se destinavam a ferrovias e portos e um à sustentação do café no célebre Convênio de Taubaté.

É importante assinalar que nesse período em tela, foram efetuados pagamentos no valor de 344,8 milhões de libras e recebidos empréstimos no valor de 325 milhões de libras. Como se vê, o país assumiu novas dívidas, principalmente para pagar os juros das anteriores.

Na realidade, as dificuldades eram crescentes e para pagamento dessas dívidas, o governo teve que recorrer aos *funding loans,* dos quais obtivemos dois: um em 1898 e outro em 1914. Ambos foram garantidos pela hipoteca das rendas da Alfândega do Rio de Janeiro e, acessoriamente, pela renda de todas as outras alfândegas, se a primeira não fosse suficiente. Como se isso não bastasse, retirava-se uma soma equivalente de papel moeda de circulação para constituir um fundo de garantia depositado em Londres.

Em 1908 em diante se quebra o monopólio londrino dos Rottschild sobre a dívida externa brasileira. É bom acentuar que o Brasil passa por um processo de industrialização, principalmente após a primeira guerra mundial, graças ao volume de suas exportações para uma Europa arrasada. Como conseqüência há uma substituição de importações. Tal situação leva muitos capitalistas ingleses a se transformarem em empresários industriais. Daí o aparecimento de empresas particulares, como o caso da *Clark Shoe Company,* tipicamente familiar.

Com a ascensão econômica dos Estados Unidos após o primeiro conflito mundial, bancos americanos passam a participar do nosso

financiamento externo. O capital americano passa a participar ativamente na economia brasileira. Sua estratégia assemelhava-se à do capital inglês.Este, contudo, passaria para um segundo plano. Foi nessa ocasião que surgiu em cena a figura do capitalista americano Percival Farquhar (1864-1953). Com o aval do governo brasileiro controlou sistemas de transporte e navegação na Amazônia, estradas de ferro (ele terminou a Madeira-Mamoré), fazendas de gado, mineração, frigoríficos e hotéis.

A verdade é que com a influência americana houve uma aproximação política entre o Brasil e os Estados Unidos, tendo como base além da comunhão de ideais republicanos, a hostilidade em relação ao velhos centros imperialistas europeus, particularmente à Grã-Bretanha.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Carone, Edgard. *A República Velha (Instituições e Classes Sociais).* São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

Grahan, Richard. *Grã-Bretanha e o início da Modernização do Brasil 1850-1914.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

Luz, Nicia Vilela. *A Luta pela Industrialização do Brasil (1808-1930).* São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.

Pereira, Thulio Cícero Guimarães. *História de bancos e banqueiros: uma breve análise sociológica e política do sistema financeiro.* In: Ciências Sociais Unisinos/ Centro de Ciências Humanas, vol. 39, nº 163, 2003

Singer, Paul. O *Brasil no Contexto do Capitalismo IntenacionaI1889-1930.* In História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, Difel, 1975.

IMPORTÂNCIA NACIONAL DO 9 DE JULHO

Sólon Borges dos REIS

Pela dimensão e significação, o Movimento Constitucionalista, em que São Paulo todo se empenhou em 1932, não registra similar. Nunca houve e penso que nunca mais haverá, entre nós, outra epopéia como esta.

Num país onde feriados, sempre bem vindos, povoam o calendário nacional, sob os mais diferentes pretextos e modalidades, por que não só para o 9 de Julho? Não foi à toa que a nossa Constituição Estadual de 1947 já implantava no seu próprio texto a instituição do feriado de 9 de Julho.

Consagrada nas ruas, praças e avenidas, instituições públicas e particulares, a nossa data histórica perdeu espaço na mídia (salvo episódicas menções sempre epidérmicas), na escola e por parte dos poderes públicos, ressalvadas honrosas exceções de praxe.

Cumprindo três mandatos, em BrasílIa, não me lembro de pronunciamento, no congresso Nacional, a propósito de 32. Mas, de mim, fiz lá tambérn a minha parte, deixando na tribuna e nos anais da Câmara dos Deputados o registro anual do grande feito cívico dos brasileiros de São Paulo. A nossa Assembléia Legislaliva instituiu medalha própria para distinguir os ex-combatentes, o que faz, todos os anos, em sessão solene no transcurso do 9 de Julho. Na área cultural, o, Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, as Academias Paulista e Paulistana da História comparecem, sempre que oportuno, para evocar fatos, figuras e feitos do glorioso Movimento Constitucionalista. O tradicional Clube Piratininga contribui, por sua vez, com um programa, no mesmo intuito. Com público flutuante, as programações anuais de 23 de Maio e 9 de Julho, junto ao

Obelisco, nosso sagrado Mausoléu em memória dos mortos daquela arrancada cívica, quase sempre sem ressonância na merecida proporção da fé e do entusiasmo dos participantes, tem constituído o que melhor foi conseguido, ao longo destes 65 anos, graça à Sociedade dos Veteranos, o MMDC e, possibilitando o programa, a Polícia Militar do Estado de São Paulo. Este ano, felizmente, no Ibirapuera, em Campinas e em outros pontos do Estado as comemorações vibraram mais na manhã de 9 de Julho.

A educação, infelizmente, esquece, quando não sonega, a informação indispensável às gerações sucessivas. De modo geral, omite-se. A título de revisitar a História, o que em tese poderia ser fecundo, suprime-se das lições da escola a epopéia constitucionalista geralmente banida do ensino. Brasileiros, natos ou não, não nos é licito eximirmos-nos da responsabilidade pessoal e coletiva. Cidadania não é apenas o direito, mas, também o dever de passar às novas gerações o patrimônio cultura que recebemos dos que nos antecederam, dos que viveram neste e por este país, sob a esperança de que as gerações subseqüentes cumprissem sua parte, no processo social de atualizar e promover o desenvolvimento político, sócio-econômico, cultural, da Nação brasileira.

Não há o que suprimir. O resgate da nossa história é o patamar para promover o futuro. E a nossa meta é o futuro. Não há como censurar a irrespondível verdade dos fatos.

A experiência já mostrou à saciedade, no tempo e no espaço, em todo o planeta, que, em vão se procure atrelar impunemente a escola a qualquer programa pedagógico supostamente capaz de revolucionar, em profundidade e extensão, a ordem social e econômica. É que a escola, por si só, não determina o destino de seu alunado. Da mesma escola, tanto pode sair o revolucionário como o reacionário.

Não podemos nos omitir ante a conspiração do silêncio, desafio que ignore ou despreze as páginas mais candentes do nosso passado. Temos que assumir. Orgulhemo-nos, gabemo-nos do nosso Movimento Ccnstitucionalista, como um dos empreendimentos cívicos cuja invocação implique no imprescindível cultivo dos genuínos valores da cidadania. Fazem isso, com altivez, os brasileiros do Rio Grande do Sul,

que comemoram, a par com 7 de Setembro, a Revolução Farroupilha como feito central de sua história. Movimento armado que decretou com ritual cívico institucional, formal e solene, a separação da província sulina, impondo, pelas armas gaúchas, em 1835, a implantação separatista da República de Piratini, a dos Farrapos.

Sua histórica mensagem é para eles prioritária. Está presente permanentemente nos lares gaúchos como em todo o cenário político e social nos pagos do Sul. Vangloria-se o rio-grandense, cada ano mais, de sua guerra heróica travada há 162 anos. Sob o aplauso solidário da União cujos correios, em 1935 como em 1.985, festejaram o centenário e sesquicentenário daquele acontecimento de secessão. Se remanesce ainda a alegação de que 32 se propunha separar São Paulo do restante do país, como Bento Gonçalves conseguiu fazer no Sul, aplaudido pela posteridade em todo o Brasil, a suposição não procede. Se todo um povo acredita, como o paulista acreditou no propósito constitucionalista, o que contestar? Eventuais motivações na órbita pessoal, políticas, partidárias ou não, não comprometeriam, os definidos e nítidos objetivos de 32. A História registra a presença de divergentes, oportunistas, calculistas, aventureiros, mercenários, aproveitadores, nas mais importantes sublevações dos povos. Estiveram em larga escala, na Revolução Francesa, o que não impediu a afirmação dos generosos ideais de liberdade, fraternidade e igualdade de direitos humanos e oportunidades sociais, nem empanaram a glória universal da França.

Com seu vulto, seu significado, o Movimento Constitucionalista tem tudo a ver com a ostensiva brasilidade de seus líderes, que não ficou abaixo da legítima indignação de arautos e cantores. Estes reagiram à flor da pele. Dadas as circunstâncias (Ortega Y Gasset: sempre as circunstâncias...) puseram em evidência, na tribuna e fora dela, com brilho, em prosa e verso as naturais emoções dos paulistas, oportuna resposta aos insultos que castigavam a terra e a gente de São Paulo. Amamos a nossa terra porque é nossa, como já sentenciava Sêneca, há dois mil anos. Acaso, Guilherme de Almeida, o cantor magistral de 32 e de sempre, Príncipe dos poetas brasileiros, que nos empolgava então (como ainda nos suscita emoção e vibração Paulo Bomfim, o Príncipe de hoje),

não é o mesmo que criou a magistral, a poesia primorosíssima da brasileiríssima Canção do Expedicionário, melodiosamente musicada por Spártaco Rossi?

Se só a lei liberta o homem, como Lacordaire proclama com razão, a brasilidade do povo de São Paulo, edificando governo próprio, convocando exército de paulistas de todas as origens e se levantando em armas para conseguir que o país todo tivesse Constituição e fosse governado sob a égide da lei (melhor ainda, da mãe de todas as leis) esteve à mostra, em 32, como sempre.

Onde o separatismo no São Paulo de Pedro de Toledo cujo governo, estruturando sua própria organização postal, para servir no território paulista, emite selos e bilhetes postais para a própria correspondência interna, com o mapa do Brasil, e o lema constitucionalista "Pró Constituição", sob o pálio brasileiro de Correios do Brasil? E cuja moeda circulante emitida pelo tesouro paulista, em armas contra o governo central, reconfirmava cotidianamente **São Paulo. unidade estadual do Brasil?**

Que separatismo poderia ser o deste levante deflagrado a 9 de Julho pelo velho general Isidoro Dias Lopes, legendário gaúcho das lutas para consolidar a República e sustentar a revolução de 1924? Pois, não foi sob o comando brasileiro de filhos eminentes, altos oficiais do Rio de Janeiro, Mato Grosso, Rio Grande - Euclides Figueiredo, Bertoldo Klinger, Palimércio Rezende - que São Paulo se levantou e lutou para uma Constituição no Brasil?

A brasilidade de 32 já nasceu ostensiva também no próprio nome dos batalhões que se formaram para a luta: 14 de julho, José Bonifácio, Visconde de Taunay, Sete de Setembro, General Osório, Floriano Peixoto, Bento Gonçalves, Bahia, Rio Grande do Norte...

32 diz respeito a São Paulo, sim. A outros estados da federação também, o que vale dizer ao Brasil. O Movimento Constitucionalista chegou a outras unidades estaduais do país, ainda que sem condições para alterar o rumo e o desfecho da luta, mas com corajosa solidariedade de brasileiros de outros estados, inclusive no cárcere. Se veio conosco na

madrugada da luta a cavalaria do exército, de Castro, no Paraná, expôs-se a juventude na Bahia como no Pará e lideranças as mais expressivas da alta política nacional, ainda que sem poder de fogo, mas, em vigorosos pronunciamentos dirigidos ao seu povo e arriscadas posturas definidas em mensagens que constam da História do Brasil.

São históricos, entre outros, os manifestos dos líderes Borges de Medeiros e Raul Pila que, no Rio Grande do Sul, se solidarizaram com São Paulo, e o que o governador Vespasiano Martins dirigiu ao povo mato-grossense, convocando Mato Grosso para arrancada Constitucionalista, os pronunciamentos do grande parlamentar gaúcho João Neves da Fontoura, falando de São Paulo a todo o povo do Brasil, como a definição de Juscelino Kubstichek de Oliveira sobre o 9 de Julho: "uma daquelas causas pelas quais os homens podem viver com dignidade e morrer com grandeza" .

A altitude social, moral e cívica de São Paulo, a serviço do Brasil em 32, toda de acrisolados valores afins à natureza e ao caráter nacional da epopéia sem precedentes, reclame muito mais espaço na história do nosso país. Em 32, o povo de São Paulo deu provas de união e capacidade a serviço de idealismo e patriotismo:

União: 32 só foi possível porque os paulistas demonstram em 9 de julho urna união extraordinária, participando da luta, na trincheira ou na retaguarda. Brasileiros sem distinção de filiação política ou partidária de todas as raças, religiões, com entusiasmo em todas as faixas etárias uniram-se para lutarem juntos pela lei.

Como os milhares de outros voluntários que lutavam ao lado do Exército, da Força Pública, quatro filhos do Ministro Costa Manso, presidente do Tribunal de Justiça, vão para os campos de batalha ombro a ombro com comerciários, engenheiros, estivadores, advogados, pintores, jornalistas, estudantes, ferroviários, contadores, eletricistas, mecânicos, farmacêuticos, bancários, tecelões, alfaiates, médicos, cartorários, telegrafistas, lavradores, empresários, dentistas, barbeiros, esportistas, industriais, professores. Ao lado dos paulistas paulistanos dos bairros da Capital, paulistas de todas as regiões do interior, mineiros, cariocas,

gaúchos, mato-grossenses, goianos, paranaenses, nordestinos, aqui radicados, brancos, negros, mulatos, descendentes de imigrantes ou da elite paulista e nacional.

Capacidade de improvisação, de organização, lutando só, sob condições as mais adversas, sem receber a prometida ajuda de outros Estados, que na ocasião não encontraram condições ou não tiveram garra para nos acompanhar, São Paulo demonstrou sua extraordinária capacidade de organi-zação. Isolado do resto do país e do mundo, durante os três difíceis meses do Movimento Constituciolialista, soube organizar sua vida interna, tanto na Capital como no Interior, enfrentando com desassombro o fogo nas frentes de batalha e os problemas da vida civil na retaguarda. A lavoura, a indústria, o comércio, os serviços públicos, o policiamento e as comunicações foram mantidos normalmente. A ordem, a disciplina e a eficiência prevaleceram em todo o território paulista. A capacidade de adaptação, o poder de improvisação do nosso povo revelaram-se de maneira surpreendente. As fábricas paulistas adaptaram-se logo às necessidades militares, passando a produzir armas e capacetes de aço, carros de combate e até trem blindado. O Tesouro de São Paulo emitiu as moedas de que tínhamos necessidade. O serviço postal necessário em todo o território paulista foi mantido com exemplar eficiência, sob lema nacional: "Correios do Brasil". Acima de tudo, o nome do Brasil e o mapa da nossa pátria, sempre no coração dos paulistas.

Idealismo: urna das marcas mais notáveis dos paulistas em 1932 foi seu idealismo. No trabalho e na luta, na retaguarda e na linha de frente, nas trincheiras, nas oficinas, nos escritórios, nos quartéis e por toda parte, os brasileiros de São Paulo colocaram sempre os ideais do povo e da Pátria acima de seus próprios interesses particulares. Não havia clima para pensar em si mesmo. Todos só pensavam na coletividade e no bem comum, abrindo mão do que tinham de mais precioso. Deram as jóias, as alianças de casamento, o trabalho incansável, o sangue, o sacrifício da própria vida.

Patriotismo: todo sacrifício de São Paulo em 1932 foi a serviço do Brasil. A Constituição que os paulistas queriam não era apenas para São Paulo, mas para o Brasil inteiro. Ao instituir o Brasão do Estado,

durante o Movimento Constitucionalista, o Governador Pedro de Toledo adotou nele a famosa legenda "Pro Brasilia fiant eximia", em latim como se usa em todos os brasões. Essa legenda adotada pelo Governo Paulista de 1932 continua a ser hoje como será amanhã e sempre, o lema do trabalho e da luta dos paulistas, tudo pelo Brasil!

Mas, o mais importante não é o feriado. O feriado, para nós, sempre teve razão de ser, desde a Constituição de 47. Quando, em 1962, Secretário de Estado da Educação, no Governo Carvalho Pinto, baixamos o decreto nº 4.345 publicado a 7 de julho daquele ano, instituindo a comemoração obrigatória nas escolas e declarando 23 de maio "Dia do Soldado Constitucionalista". Mais tarde, lei estadual de nossa iniciativa como parlamentar consagrou 23 de maio e 9 de julho como "Dia da Juventude Constitucionalista" e "Dia do Soldado Constitucionalista", respectivamente.

Prioritária é a necessidade de resgatarmos a memória do inesquecível feito histórico de 32, reconquistando o espaço que já recebeu no passado, no interesse do Brasil inteiro. Temos que passar o espanador na memória das instituições e pessoas que, por ignorância, comodismo e às vezes deliberação oculta se ausentam de suas próprias responsabilidades pessoais e institucionais.

Convoquemos a inteligência e a diligência de instituições de homens públicos do Brasil para uma avaliação do nosso sistema político, com caráter de república unitária sob a fachada, apenas de fachada de república federativa. Parece certo que os moldes de Confederação, da regionalização que (embora pareça paradoxo na modernidade da globalização) a geopolítica vem prevalecendo em todo o mundo contemporâneo sobre as soluções convencionais. A uniformidade é incompatível com a realidade histórica, social, política, econômica, cultural da nossa Pátria. A unidade deve ser buscada na diversidade. Comemorar é preciso; evocar sempre. Pregar em toda parte, a qualquer pretexto. O interior, como a Capital, está semeado de monumentos "in memorian". A bibliografia disponível sobre 32 é apreciável.

Mesmo sem ter vencido pelas armas, o ideal constitucionalista de São Paulo prevaleceu na prática: só depois de 32, é que conseguimos

transferir dos governos o poder de conferir e homologar os resultados das urnas eleitorais, para a Justiça Eleitoral então instituída a fim de organizar, promover as eleições no Brasil. O voto passou, enfim, a ser secreto. E - extremamente importante - as mulheres passaram a votar, pela primeira vez, em nosso país.

Das 27 bandeiras estaduais e das cerca de 5.500 municipais, só a do Estado de São Paulo é a que tem a marca da brasilidade: o mapa do Brasil no coração da Bandeira Paulista.

Mais forte que a voz do rei, é a voz do homem da rua. O rei passa, passa o rei, mas o povo continua.

RICHARD WAGNER E A MITOLOGIA NÓRDICA

João RIBEIRO JUNIOR

Richard Wagner (1813-1883), foi um dos artistas mais discutidos de todos os tempos. Poeta e compositor, despertou não só entusiasmos, mas, também ódios; inclusive de seu amigo Nietzsche. (Ver o meu **Introdução a Nietzsche. O Dionísios Filósofo**, Campinas: Edicamp 2004). Pode-se dizer tudo dele, mas não que ele foi indiferente. Um ocultista, Mario Roso de Luna, o chamou de "mitólogo e ocultista" Escreveu vários dramas musicais (óperas) como O *Navio Fantasma, Tannhãuser, Lorengrin, Tristão e Isolda,* Os *Mestres Cantores de Nuremberg, Parsifal* Para o contexto deste artigo, o que nos interessa é a tetralogia, que levou quase trinta anos para compor: **O Anel dos Nibelungos** *(Der Ring der Nibelungen)*, apresentada completa, pela primeira vez, em 1876, em Bayreuth, por ocasião da inauguração do teatro idealizado por ele.

A ópera, baseada na Mitologia Nórdica, é composta de um prólogo (O *ouro do Reno)* e três dramas líricos: *A Valquiria, Siegfried* e O *Crepúsculo dos Deuses.* Sua fonte original foram as **Eddas** e as lendas germânicas. Wagner nos conduz do super-homem de Nietzsche ao profundo pessimismo de Schopenhauer. Segundo dizem, não há termo às reflexões que o drama desperta, era a ópera favorita de Hitler.

Em síntese, o libreto relata:

O OURO DO RENA *(DAS RHEIAGOLD)*

As três filhas do Reno - Weglinda, Wellgunda e Flosshilda - guardas do tesouro que brilha no cimo de um rochedo, nadam por entre

as ondas do Reno e troçam do astucioso anão Alberich, que tenta seduzi--las. Revelam-lhe que aquele que se apoderar do ouro e com ele conseguir forjar um anel, dominará o mundo, contanto que renuncie o amor. Alberich, aceita o preço de tal domínio. A seguir, rouba o tesouro, escondendo-se com ele na sua fortaleza subterrânea.

Wotan (Odin), rei dos deuses, e Fricka (Frigga), sua mulher, contemplam o Wahala (Valhala), palácio dos deuses, que acaba de ser construído pelos gigantes Fasol e Fafner. Estes reclamam a sua prometida recompensa: Freia, filha de Wotan e Fricka, deusa da beleza e do amor. Wotan tergiversa e roga aos gigantes que escolham outro prêmio, enquanto os irmãos Freia, Donner e Froh, ajudados pelo colega Loge (Loke), deus do fogo, conspiram a fim de prejudicarem os ingênuos gigantes. Loke tem conhecimento do ouro roubado por Alberich e do anel que proporcionará o domínio do mundo. Propôs, então, um segundo roubo, para que o Walhala não fique privado da deusa da beleza. Wotan concorda quando os gigantes lhe propõem trocar Freia pelo tesouro, Wotan, no entanto, pensa em ficar ele próprio com o anel ao pedir a Loke que o acompanhe às profundezas da Terra para conquistarem o ouro. Entrementes, os gigantes levam consigo Freia, como penhor.

Wotan e Loke chegam à gruta onde Alberich, que já havia dominado todos os Niebelungos, se encontra, invisível sob o elmo mágico que havia obrigado seu irmão Mime a forjar para ele. Reconhecendo os visitantes, Alberich profetiza os tempos em que dominará os próprios deuses. Wotan quer feri-lo, mas Loke acalma-lhe a fúria e lisonjeia-o. Este, para demonstrar o seu poder, transforma-se sucessivamente, graças ao elmo mágico, em dragão e em sapo. Nesse momento, Loke apodera-se do elmo e, quando Alberich retoma a sua própria forma, amarram-no e levam-no para a superfície da terra.

Alberich, que se acha no Walhala, poderá reconquistar a liberdade se ceder todo o seu ouro com o anel já forjado. Ao seu apelo, o povo de Nibelungos acorre com o tesouro, que ele se gaba de poder reconquistar mediante o anel. Quando, porém, Wotan lho arrebata, o anão lança sobre ele uma maldição, que trará a ruína de quantos o possuírem, e desaparece nas entranhas da Terra. Aparecem os gigantes,

acompanhados de Freia, em busca do tesouro. Wotan manobra para ficar na posse do anel, mas aparece Erda, a antiga deusa da Terra, que o aconselha, para evitar a maldição, a desfazer-se dele. Wotan lança-o sobre o tesouro; mas a maldição começa logo a produzir seus efeitos, pois que os gigantes entram a brigar e Fafner mata Fasolt, afastando-se em seguida com o tesouro metido num grande saco. Os deuses ficam mudos de horror; Donner (Tor), deus das tempestades, faz dispersar as nuvens. Aparece um maravilhoso arco-iris, de que os deuses se servem como de uma ponte para passar à sua nova morada. Wotan apanha a espada abandonada por Fafner. Das profundezas do vale, as três filhas do Reno, lamentam a perda do ouro.

A VALQUÍRIA *(DAS WALKÜRE)*

Na cabana de Hunding, Wotan teve da deusa Erda nove filhas, as Valquirias, selváticas amazonas do ar, encarregadas de trazer para o Walhala os corpos dos guerreiros mortos. Teve, ainda, de uma mortal, um casal de gêmeos, Siegmund e Sieglinde que, morta a mãe, se dispersaram pela terra. Wotan deseja que um de seus filhos reconquiste o ouro guardado por Fafner, transformado em dragão. Siegmund, perseguido pelos seus inimigos, procura, durante uma tempestade, refúgio na cabana de Hunding, marido de sua irmã Sieglinde. Não se tem visto desde crianças, os dois irmãos não se reconhecem e ficam violentamente apaixonados um pelo outro. Sieglinde dá ao seu marido Hunding uma beberagem que o mergulha no sono e os dois fogem, não sem que Siegmund se apodere da espada que Wotan, no dia do casamento de Sieglinde, havia implantado no tronco do castanheiro à volta do qual é construída a cabana, declarando que aquele que algum dia a conseguisse arrancar se tornaria invencível.

Num sítio selvagem e rochoso numa montanha, Wotan encerra Brünhilde, uma das valquírias sua preferida, para proteger Siegmund na luta que este há-de travar com Hunding. Fricka, sua mulher, porém, em nome da moral ultrajada, exige que Siegmund seja punido pelo crime de incesto e por haver profanado a hospitalidade de Hunding. As censuras

de Fricka fazem Wotan mudar de opinião, dando ordem a Brünhilde para proporcionar a Hunding a vitória. Esta, desobedecendo ao querer salvar Siegmund, provoca a intervenção de Wotan. No momento decisivo da luta entre os dois, Wortan, com sua lança, quebra a espada de Siegmund, o que permite a Hunding matá-lo. Brünhilde faz Sieglinde montar no seu cavalo e desaparece com ela. Wotan, desgostoso pela perda de Siegmund e irritado com Fricka por ela haver contrariado a sua vontade, vinga-se matando Hunding e lançando-se em seguida na perseguição da desobediente valquíria.

Brünhilde traz Sieglinde ao grupo de valquírias reunidas no seu rochedo. Diz a ela que vai ser mãe de outro herói, a quem é preciso salvar da fúria de Wotan. Aconselha-a a que procure refúgio na floresta habitada pelo dragão Fafner. Brünhilde, porém, desobedecendo aos deuses, deve ser punida. Wotan a reduz à condição de simples mulher terrena, e, mergulhando-a num prolongado sono, condena-a a ficar sobre uma rocha rodeada de chamas, até que um herói casto e destemido a liberte.

SIEGFRIED

Na caverna de Mime, Sieglinde morreu ao dar a luz Siegfried, encontrado na floresta pelo astucioso Mime e por ele criado, na esperança de que o jovem viesse a reconquistar o Anel dos Nibelungos. Mime forja uma espada que há-de dar morte ao dragão Fafner, guarda do tesouro. Pronta ela, Siegfried quebra-a sem a menor dificuldade. Mime mostra-se incapaz de refazer a espada Notung, que Siefried herdou de seu pai, feita porém em pedaços na luta com Hundign. Reforjada, só ela, com efeito, o poderá tornar invencível. Aparece Wotan disfarçado em viajante e revela que só um herói puro e destemido poderá reforjar Notung, mas que isso acarretará a morte do próprio Mime. Tendo partido Wotan e voltando Siegfried, Mime concebe seja este o herói capaz de reforjar a espada, mostra o seu desdém pelo anão que se dizia seu pai, mas Mime consegue levá-lo a partir em busca do dragão.

Alberich vigia a entrada da caverna de Fafner, na floresta, na esperança de reaver o ouro. Wotan revela-lhe o que está para acontecer.

Alberich adverte Fafner, mas este não faz caso e continua a dormir. Amanhece; aparecem Mime e Siegfried. Este, destemidamente, mata o guarda do ouro, traspassando-lhe o coração com a espada, após o que se banhou no sangue do dragão, para ser imortal, mas uma folha de tília se colou em seus ombros, deixando um ponto vulnerável. O canto de uma ave aconselha-o a apoderar-se do anel e do elmo mágico, desvendando-lhe, ao mesmo tempo, a pérfida intenção de Mime, que é matá-lo. E quando o ano lhe oferece uma bebida envenenada, o jovem dá-lhe a morte, cumprindo assim a profecia de Wotan. Por fim a ave, com o seu canto, indica-lhe a sua missão: libertar Brünhilde do seu círculo de chamas, e voando, vai-lhe mostrando o caminho.

No rochedo, no meio de uma tempestade, Wodan interroga Erda (Vola, a vidente), que lhe revela aproximar-se o fim dos deuses para dar lugar a humanidade triunfante, personificada no casal Siegfried-Brünhilde. Aparece Siegfried, a quem Wotan quer impedir o acesso ao rochedo onde Brünhilde dorme. Mas o herói quebra com a sua invencível espada a lança de Wotan, símbolo do seu poder, e precipita-se nas chamas para libertar a valquíria. No rochedo, Siegfried desperta a valquíria com um beijo. Os dois se contemplam, maravilhados. A virgem renuncia a sua condição divina e, tornada mulher-amante, saúda a vida, o sol e o seu conquistador, que lhe enfia num dedo o anel dos Nibelungos recuperado.

O CREPÚSCULO DOS DEUSES *(GÓTTERDAMMERUNG)*

No rochedo das valquírias, as três Nornas, filhas de Erda, deusa da Terra, que tecem os fios do destino, predizem o fim fatal dos deuses, cuja habitação - o Walhala - será destruída quando terminar a maldição que pesa sobre o ouro. Amanhece, e surge Siegfried em companhia de Brünilde que, confiando ao heró o seu nobre corcel, o manda em busca de novas proezas confirmadoras do seu amor. Siegfried parte deixando a ela o anel como penhor de fidelidade.

Siegfried aparece na corte de Gunther, rei dos Guibichungos, que governa em companhia de seu meio irmão Hagen, filho de Alberich.

Este conspira com Gunther para entrar na posse do anel, cujo paradeiro conhece, e leva Siegfried a beber uma poção mágica que, fazendo-o esquecer todo o seu passado e Brünhilde, o deixa aprisionado por Gudrun, irmã de Gunther. Antes, porém, de desposar esta, Gunther obtém de Siegfried o consentimento de fazer de Brünhilde sua mulher, ignorando que ela já o é de Siegfried. No rochedo de Brünhilde, Waltraut, uma as valquírias, irmã de Brünhilde, suplica a esta que salve os deuses restituindo ao Reno o anel forjado com o ouro roubado a Alberich. Brünhilde recusa orgulhosamente. Waltraut parte, desesperada, e aparece então Siegfried transformado, graças ao elmo mágico, na pessoa de Gunther. Não obstante a resistência de Brünhilde, o desconhecido arranca-lhe o anel e, desprotegida, vê- se ela obrigada a seguí-lo, para se tornar mulher do verdadeiro Gunther.

Diante do palácio dos Guibichungos, Alberich excita Hagen para que este reconquiste para ele o ouro perdido. Siegfried, regressando à sua autentica forma, anuncia que Gunther se encontra a caminho do palácio com a sua presa, Brünhilde. Hagen toma a sua trompa para anunciar aos vassalos os duplos esposais de Gunther e de Siegfried. Ao chegar, Brünhilde reconhece que foi vítima de um embuste e censura ao marido a sua traição; mas nem as suas palavras nem o desespero causam a menor impressão em Siegfried, que continua sob o efeito do filtro mágico. Todo o amor de Brünhilde se transforma então em ódio e, no desejo de vingar-se, incita Hagen a matar Siegfried quando ele se achar caçando, revelando-lhe o lugar vulnerável do herói - entre os ombros.

Num vale perto do Reno, as três filhas do Reno aconselham Siegfried a desfazer-se do anel, advertindo-o do perigo que corre. Siegfried não as escuta. No fim da caçada, Hagen leva o herói a contar as suas aventuras, mas chegando ao episódio de Brünhilde, a memória lhe falha. Hagen, reavivando-a com mais bebida mágica, consegue que Siegfried fique perdido em sonhos e aproveita a oportunidade para matá-lo, atirando uma lança no ponto vulnerável, que lhe atravessa o corpo e reaparece no peito. (Observe-se a semelhança com o herói grego Aquiles, cujo ponto fraco é o seu calcanhar). O herói expira pronunciando pela última vez o nome de Brünhilde. Aos sons de uma marcha fúnebre, os vassalos

transportam em seus escudos o corpo de Siegfried para o palácio. Na cena final, diante do palácio, Hagen comunica a Gudrun haver dado a morte a Siegfried e exige o anel. Como esta lho recusa, mata-a, por sua vez. Hagen, então, quer arrancá-lo do próprio dedo de Siegfried, mas o braço do morto levanta-se e a mão cerra-se-lhe. O anel pertence a Brünhilde que soube da verdade por intermédio das filhas do Reno. Solene, ordena que levantem uma pira fúnebre destinada a receber os despojos mortais do herói assassinado. Comovida, despede-se dele e arranca-lhe do dedo o anel, causa de tantas desgraças, restituindo-o ao Reno. Em seguida, monta no seu corcel e arremessa- se às chamas da pira. Estas crescem, invadem toda a cena, diminuem o seu fulgor, enquanto o Reno, transbordando, apaga os restos do incêndio. As três filhas do Reno apoderam-se do anel e, como Hagen se precipita para roubá-lo, arrastam-no consigo para o fundo do rio. À distância vê-se o Walhala em chamas. Os deuses desaparecem e uma nova era de amor humano alvorece resplendente sobre a Terra.

O CONGRESSO QUE REFEZ A EUROPA

"Os interesses do Saxe e da Prússia arranjaram-se não satisfazendo inteiramente nem aquele nem esta, mas por acordo entre eles (o Saxe manteve a sua independência, embora cedendo à Prússia uma parte do seu território). Assim o princípio da legitimidade não teve de sofrer nesta importante circunstância. Resultou destes arranjos que a Rússia, que pretendera a posse, total do ducado de Varsóvia, teve de desistir. A Prússia récuperou uma porção considerável (desse território), e a Áustria, que não interrompera a sua posse de uma parte da Galícia, recuperou alguns dos distritos que cedera em 1809... Prestando homenagem ao princípio da legitimidade pela decisão tomada a respeito do reino do Saxe, tinha-se (o Congresso) implicitamente pronunciado sobre a sorte do reino de Nápoles... A restituição do reino de Nápoles a Fernando IV consagrou de novo, por um grande exemplo, (esse) princípio... Os acordos concernentes a várias outras partes da Itália tiveram por objecto estabelecer nesta península fortes contrapesos capazes de limitar o poder austríaco se as suas vistas ambiciosas se voltassem um dia para esse lado. Assim, o reino da Sardenha adquiriu todo o Estado de Génova... A Suíça, ponto central da Europa, sobre o qual se apoiam três grandes áreas - a França, a Alemanha e a Itália -, foi, solene e perpetuamente, declarada neutra... A erecção do novo reino dos Países-Baixos, acordada antes da paz, era evidentemente uma medida hostil à França... O resultado desta combinação pareceu-me, contudo, menos perigoso para a França do que se pensava, pois o novo reino levará muito tempo a consolidar-se... A espécie de intimidade, protectora que a Inglaterra pensa estabelecer entre ela e este novo Estado creio que deverá ser ainda por muito tempo um sonho político. Um reino composto por um país de comércio (a Holanda) e um país de fábricas (a Bélgica, grosso modo a antiga Flandres) deve tornar-se um rival da lnglaterra ou ser anulado por ela e por consequência descontente.

A organização da Confederação germânica devia ser um dos elementos mais importantes do equilíbrio da Europa (composta pelos vários Estados alemães, reduzidos de 350 a 39, incluindo a Áustria, com a Boémia, mas sem a Hungria, que fazia parte do império austríaco, tinha um único órgão soberano: a Dieta, constituída pelos plenipotenciários dos Estados membros; dentro dela, duas grandes potências rivais: a Prússia e a Áustria equilibravam o seu poder)... (a França regressava às suas fronteiras de 1792, que são ainda as de hoje, salvo quanto à Sabóia e Nice; mais tarde adquiridas)".

Talleyrand - Charles Maurice de Talleyrand-Périgord, 1754-1838, prelado e diplomata, representante da França no Congresso de Viena -, **"Memórias"**.

O VERDADEIRO PAU-BRASIL

O verdadeiro pau-brasil, aquele que pela qualidade e quantidade impôs seu nome ao nosso país, é a madeira da **Caesalpinia echinata**... planta da família das leguminosas e da subfamília das cesalpíneas. Dedicara-se o gênero a André Cesalpínio, botânico e filósofo, método do papa Clemente VIII e professor de medicina em Pisa. A denominação **echinata**, como bem indica o ótimo grego **éxivox** (ouriço) provém dos espinhos abundantes nesta espécie, que Piso e Marcgrav foram os primeiros a estudar. Bela árvore, com os galhos afastados uns dos outros e abundante ramificação, suas folhas são ovais e compostas de folíolos pequenos. As flores, bem amarelas, têm o labelo vermelho, aspecto muito delicado e suave perfume. Floresce em dezembro. O fruto é uma vagem. Coberto de uma casca cinzenta e esponjosa, o tronco chega algumas vezes a mais de quinze de metres de altura e uns oitenta centímetros de diâmetro. Tem propriedades medicinais. Ligeiramente aromática, a madeira apresenta fibras em diversos sentidos, encontrando-se, amiúde, as regiões do alburno e do durame. O cerme é vermelho e muito duro. Utilizada com real vantagem nas construções civis e navais, ao mesmo tempo que se presta admiravelmente aos trabalhos de torno para polir-se, é inigualável para o fabrico de arcos de violino e de outros instrumentos. Mas a sua primordial qualidade consiste na produção de uma tinta, largamente empregada durante muito tempo".

A tão bela e completa informação pouco há certamente para acrescentar. Bastará dizer que a zona litorânea que se estende do Rio de Janeiro ao Rio Grande do Norte foi a maior produtora do pau-brasil,

muito pouco encontrado nas grandes matas do interior e que atualmente há grande escassez dessa madeira, inteiramente desaparecida do mercado.

Taunay A. de E., **Administração manuelina**, Brasília, Fundação do Centro de Formação o Servidor Público 1984.
(A.L. Pereira Ferraz)

NOTAS DE LIVROS SOBRE ASSUNTOS VARIADOS

Hitoshi NOMURA

Vamos resenhar uma série de livros sobre variados assuntos, como ornitologia, ciências, folclore, viagens, jagunços, etc, publicados recentemente.

Sick, Helmut. 2001. *Ornitologia Brasileira*. Edição revista e ampliada. por José Fernando Pacheco. Capítulos especiais escritos por Jurgen Haffer e Herculano F. Alvarenga. 4ª lmpressão, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 862 pp., il., + 47 pranchas.

Helmut Sick foi um grande ornitologista, nascido em Leipzig, Alemanha, em 10 de janeiro de 1910 e falecido no Rio de Janeiro, RJ, em 5 de março de 1991. Ele estudou ciências naturais nas Universidades de Konigsberg, Munchen, Leipzig e Berlin. Em março de 1937 Helmut se doutorou pela Universidade Friedhich Wilhelm, de Berlin, com tese sobre plumagem das aves como unidade aerodinâmica.

Em 1939 ele chegou ao Brasil, junto com Adolf Schneider, (diretor de uma escola em Berlin) para coletar aves para o Museu de Zoologia da Universidade de Berlin. Entretanto, em 1942 ele foi acusado de ser espião dos nazistas e enviado para o presídio da Ilha Grande, onde ficou preso durante dois anos e nove meses, até dezembro de 1944. No presídio ele estudou pulgas, formigas e cupins, para se distrair.

A Fundação Brasil Central o contratou como naturalista em junho de 1946, tendo feito excursões em Goiás e Mato Grosso. Em 1952 ele

se naturalizou brasileiro e, em 1956, o CNPq concedeu-lhe uma bolsa, que vigorou durante vários anos. O Museu Nacional o contratou como Professor Titular, passando a trabalhar na Secção de ornitologia até 1980, quando se aposentou.

Ele fez muitas observações ecológicas sobre as aves brasileiras. Seu sonho era publicar uma obra sobre as aves brasileiras, enfeixando suas observações que fez durante quatro décadas. Isso foi conseguido em 1985, constituindo a 1ª edição da obra que estamos resenhando, publicada em dois volumes (827 pp., il.) pela Editora Universidade de Brasília, em 1985, com 3ª edição em 1988. A obra foi vertida para o inglês por William Belton em 1993 - *Birdz in BraziI: a natural history* (Princeton University Press). Em 2001 foi publicada esta edição revista e ampliada por um dos seus discípulos, José Fernando Pacheco.

A obra toi adotada nos cursos de Ornitologia existentes no país, e vem contribuindo para o desenvolvimento dessa ciência no país.

Souza, Deodato. 2004. *Todas as Aves do Brasil - Guia de Campo para Identificação.* Editora Dall, Feira de Santana, 350 pp., il.

O autor é professor da Universidade Estadual de Feira de Santana, BA. Todas as aves brasileiras estão representadas a cores, com descrição resumida de cada uma delas. As figuras facilitam a identificação das aves pelos iniciantes em ornitologia.

Em 1987 ele publicou a primeira edição dessa obra com o título de *Aves do Brasil* (Editora Itatiaia, Belo Horizonte, 159 pp., il.), com figuras coloridas e/ou em preto-e-branco.

Diz o autor (p. 5): "Este livro tem uma obordagem conservadora quanto ao problema das espécies de aves que ocorrem no Brasil. Um guia de campo não nos parace um lugar apropriado para a discussão de assuntos como a validade de registros, separação de raças geográficas e outros que sepre estão presentes quando se trata de determinar quantas

e quais são as espécies de aves de uma determinada parte de nosso planeta." Comenta o autor que "as aves ocupam um lugar de destaque no conhecimento da natureza, constituindo uma fonte de prazer e uma ferramenta necessária para a construção de uma nova civilização, em que a cooperação entre os homens e o respeito à Criação sejam os parâmetros mais altos."

Oliveira, Roberto Gonçalves de. *As Aves. Símbolos dos Estados Brasileiros*. Editora AGE, Porto Alegre, 180 pp., il.

O autor nasceu na cidade de Uruguaiana, RS, tendo falecido em junho de 2004. Ele era bacharel em Biologia pela Universidade do Vale dos Sinos (1975) e um dos fundadores da Sociedade Ornitológica Rio-Grandense, na qual exerceu a primeira presidência e fundou as revistas *Sulornis* e *os Anais.* Ele foi colaborador do Suplemento Rural do jornal *Correio do Povo,* de Porto Alegre. Roberto fez o primeiro levantamento da avifauna dos parques, praças e jardins públicos de Porto Alegre, assim como das aves que são encontradas na área continental urbana.

Apaixonado pelo estudo das aves, ele resolveu estabelecer as aves que representam cada estado brasileiro, tendo "como embasamento a pesquisa histórica, a presença do folclore e o conhecimento que o autor tem, ele próprio, do mundo das aves."

Para a região norte ele escolheu arara-vermelha (Acre), flamingo (Amapá), uirapuru (Amazonas), pavãozinho-do-Pará (Pará), jacamim das costas verdes (Rondônia) e galo-da-serra (Roraima); para a região nordeste: mutum do nordeste (Alagoas), curió (Bahia), jandaia (Ceará), sabião-da-praia (Maranhão), avoante (Paraíba), tesourão (Pernambuco), surucuá-de-barriga-vermelha (Piauí), ema (Rio Grande do Norte), sofrê (Sergipe); para a região centro-oeste; uiraçu-verdadeiro (Distrito Federal), inhuma (Goiás), tacha (Mato Grosso), jabiru (Mato Grosso do Sul), cigana (Tocantins); para a região sudeste: beija-flor (Espírito Santo), seriema (Minas Gerais), tucano-do-papo-amarelo (Rio de

Janeiro), sabião-laranjeira (São Paulo); região sul: gralha-azul (Paraná), quero-quero (Rio Grande do Sul) e araponga (Santa Catarina).

Para cada uma das aves o autor publica seus dados biológicos.

Olmos, Fábio e Silva, Robson. 2003 - *Guará - Ambiente, Flora e Funa dos Manguezais de Santos-Cubatão, Brasil.* Empresa das Artes, São Paulo, 215 pp., il.

Fábio Olmos nasceu em Santos, sendo graduado em Biologia pela Unicamp, onde também defendeu tese de mestrado em ecologia. A princípio ele se dedicou a estudar mamíferos, aves e répteis, mas depois se concentrou nas aves aquáticas marinhas. Sua tese de doutorado diz respeito à biologia reprodutiva e dieta dos guarás e garças-azuis dos manguezais de Santos-Cubatão, que ele defendeu na UNESP em 2000. Ele se dedica à conservação das aves, trabalhando para o programa brasileiro da ONG BirdLife International.

Robson Silva e Silva é santista sendo formado em biologia pela Universidade Santa Cecília (1994:). Ele se dedica à conservação das aves, sendo consultor do grupo Fosfertil-Ultrafertil. Ele tem estudado as aves aquáticas marinhas nos manguezais de Santos-Cubatão, principalmente águias, gaviões e falcões. Ele é adepto da fotografia e tem obtido excelentes imagens das aves dessa região.

Olmo e Robson se uniram e escreveram o livro acima, que conta com apresentação de Paulo Nogueira-Neto. As fotografias publicadas retrataram a flora e a fauna dos manguezais de Santos-Cubatão.

Westcott, Peter Walter, Mariño, Hernán Fandiño e Anjos, Luiz dos. 2002. *Observando aves em Londrina - norte do Paraná - Brasil.* Editora da Universidade Estadual de Londrina, Londrina, XIV + 76 pp., 9 figs.

Os autores (o primeiro faleceu em 1990) são professores da. Universidade Estadual de Londrina, especializados em aves. Eles ensinam

onde e como observar as aves de Londrina e fornecem dados descritivos desses seres e algumas características sobre os habitats de mais de duzentas espécies. É mais um trabalho importante para o conhecimento regional das aves brasileiras.

Keynes, Richard. 2004. *Aventuras e descobertas de Darwin a bordo do Beagle.* Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 390 pp., il.

Richard Darwin Keynes foi professor de Fisiologia da Universidade de Cambridge e se especializou em peixes elétricos. Ele nasceu em 1918 e esteve no Brasil em 1951, fazendo estágio no laboratório de fisiologia do Prof. Carlos Chagas Filho, que então estudava o poraquê ou peixe-elétrico. Ele pretende publicar uma nova edição do livro A *Origem das Espécies*.

Ele é bisneto de Charles Darwin. Ele analisa as principais etapas da viagem que o famoso bisavô fez ao redor do mundo de 1831 a 1836. Ele dá ênfase especial à teoria da evolução, que Darwin começou a delinear após visitar o Aquipélago de Galápagos.

Keynes analisou a correspondência do avô e encontrou os desenhos feitos por Conrad Martens, que foi o artista oficial a bordo do Beagle. Esses desenhos, até agora inéditos, foram acrescentados ao livro, juntamente com a análise que fez de trechos do primeiro artigo científico de Darwin - Notas de Zoologia.

Vale a pena acompanhar a descrição da viagem de Charles Darwin.

Freitas, Marcus Vinicius de. 2002. *Charles Frederick Hartt, um naturalista* no Império de Pedro II. Editora UFMG, Belo Horizonte, 282 pp., il.

Freitas é professor de Literatura Brasileira e Portuguesa na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. O livro é

a tese de PhD que o autor apresentou no Department of Portuguese and Brazilian Studies da Brown University, em Providence, Rhode Island, U. S. A. Ele teve a oportunidade de examinar os documentos de Charles Frederick Hartt principalmente na Carl A. Kroch Library, Division of Rare and Manuscript Collections, da Cornell University e na Ernst Mayr Library, Archives, Museum of Comparative Zoology, Harvard University.

Hartt participou de cinco expedições ao Brasil. Na primeira vez, em 1865, veio como assistente de Louis Agassiz na Expedição Thayer, aqui permanecendo quinze meses. Ele veio estudar principalmente a formação geológica da América do Sul. Analisou também a teoria de Darwin, a mitologia indígena e os estudos da língua tupi. Tudo que ele viu a analisou está contido no livro *Geologia e Geografia Física do Brasil,* publicado em inglês em 1870 e traduzido para o português em 1941.

Ele nasceu em Fredericton, New Brunswick, Canadá, em 23 de agosto de 1840. EIe estudou na Horton Academy, em Wolfville, Nova Escócia. Mais tarde ele foi estudar nos Estados Unidos, a convite de Agassiz, para completar seus estudos no recém-fundado Museum of Comparative Zooloogy. Aos 30 anos de idade, em 28 de março de 1870, tornou-se cidadão norte-americano. Em 1868 Agassiz ajudou a fundar, o Departamento de Geologia da Cornell University e indicou Hartt para ser professor-titular.

Com a criação da Comissão Geológica do Brasil em 1875 a sua direção foi confiada a Hartt. Infelizmente essa Comissão foi extinta em 1877. Um dos discípulos de Hartt foi Orville Adalbert Derby.

A quinta permanência de Hartt no Brasil terminou com a sua morte em 18 de março de 1877, no Rio e Janeiro.

Charles Frederick Hartt é considerado o pai da Geologia Brasileira. Além da obra supra ele publicou os *Mitos Amazônicos da Tartaruga* em 1875, com tradução portuguesa por Luís da Câmara Cascudo em 1977, obra de interesse dos folcloristas. Entre os seus artigos estão as

Notas sobre a Língua Geral ou Tupi moderno do Amazonas, traduzidas por Rodolfo Garcia em 1937.

Ferreira, Alexandre Rodrigues. 2002. *Viagem ao Brasil* - A *Expedição Philosophica pelas Capitanias do Pará, Rio Negro e Mato Grosso e Cuyabá* (Documentos do Museu Bocage de Lisboa, Introdução por Carlos Almaça). Kapa Editorial, Petrópolis, volumes I (143 pp., 2 figs.) e II (iconografia - 73 figs.).

Alexandre Rodrigues Ferreira é um nome bem conhecido dos naturalistas brasileiros. Ele nasceu em Salvador, Bahia, em 27 de abril de 1756 e faleceu em Lisboa, Portugal, em 23 de abril de 1815. Ferreira estudou Filosofia Natural na Universidade de Coimbra, onde se doutorou em 1779.

Martinho de MeIo e Castro, Ministro da Secretaria dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, resolveu que o governo português deveria fazer um levantamento da fauna, flora, geografia e tribos indígenas da capitania do Grão-Pará. Para chefiar a expedição foi designado Ferreira, por indicação do seu professor Domingos Vandelli.

Ferreira percorreu as capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá de 1783 a 1792, em companhia de dois desenhistas (então chamados de riscadores) e muitos ajudantes.

Durante esses nove anos ele coletou uma grande soma de informações sobre a fauna, flora e tribos indígenas.

Ferreira escreveu muitas memórias e um diário relativos à expedição. Mas não os viu publicados pelo governo português, o que lhe causou muita amargura. Ele escreveu 20 memórias relativas à zoologia, sendo que 11 delas foram publicadas em 1972 pelo Conselho Federal de Cultura. No Museu Nacional do Rio de Janeiro e no Museu Bocage de Lisboa ficaram depositados os desenhos dos animais. Os desenhos dos animais, muito bonitos, foram reproduzidos neste livro.

O diário da viagem foi publicado na *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geographico do Brasil,* volumes *48 a 51,* 1885 a 1888 e integralmente em 1983 pelo Museu Goeldi.

Neiva, Arthur e Penna, Belisário. 1999. *Viagem Científica pelo Norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco, Sul do Piauí e de Norte a Sul de Goiás*, Senado Federal, Brasília, pp.77-224, 28 ests., 1999.

Este é o famoso relatório de viagem científica realizada por Arthur Neiva e Belisário Penna nos sertões do nordeste em 1912. A edição original saiu nas *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz,* Rio de Janeiro, *8* (3), em 1916. Em 1984 a Academia Brasiliense de Letras resolveu preparar uma edição fascimilar, com introdução de Cassiano Nunes. O Senador Federal refez essa edição em 1999.

O livro mostra as condições climáticas da região percorrida no longínquo ano de 1912. Muitas observações científicas sobre plantas venenosas e animais como protozoários, vermes, carrapatos, insetos hematófagos, cobras, peixes, aves e mamíferos (ratos,capivaras, macacos, antas, tatus, tamanduás, onças, etc.) foram feitas pelos dois pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz. Essas observações eram originais e contribuíram para o conhecimento dessas áreas então pouco conhecidas.

A obra foi acrescida das bio-bibliografias de Arthur Neiva, escrita por Herman Lent em 1943 na *Revista Brasileira de Biologia,* Rio de Janeiro, *3* (3):273-291 (pp.XXI-XLV do livro), e de Belisário Penna escrita pelo seu filho João Fernando de O. Penna (p. XLVII-LX).

Vanzolini , P.E. *Episódios da Zoologia Brasílica.* Editora Hucitec, São Paulo, 2004, 212 pp., il.

Esta obra reúne quatro artigos que o autor publicou em diferentes épocas: A contribuição zoológica dos primeiros naturalistas viajantes no Brasil, originalmente publicado na *Revista USP, 30:* 190-238, 1996, tratando das obras de Georg Marcgrave (século XVII) e Alexandre Rodrigues Ferreira (século XVIII) com a lista dos animais que ele capturou na região amazônica; século XIX – missão da Bavária, representada por Johann Baptist Von Spix e Carl Friedrich Phillip von Martius: missão austríaca, composta pelo tcheco Johann Christian Mikan, pelo austríaco Johann Natterer, que percorreu o Brasil durante 18 anos, coletando

animais, e alguns pintores como Thomas Ender, Franz Joseph Frubecke e Johann Buchberger, e o naturalista alemão Giuseppe Reddi.

O autor trata também da atuação do francês Conde de Castelnau, do alemão Barão Georg Heinrich Langsdorff, fornecendo a lista dos animais coletados durante a viagem pelos rios Tietê e Amazonas. Finaliza contando o que realizou o suiço Louis Agassiz, fundador do Museu de Zoologia Comparada da Universidade de Harvard.

O segundo artigo Os contextos científico e político da Expedição Bávara ao Brasil, originalmente publicado em inglês na obra de Johann Baptist von Spix e Johann Georg Wagler – 1981 – *Herpetology of Brazil* (edição fac-similar editada pela Society for the Study of Amphibians and Reptiles).

As espécies herpetológicas coligidas por Spix e descritas por este e por Wagler são listadas com os respectivos nomes originais e os válidos atualmente.

O terceiro artigo As viagens de Johann Natterer no Brasil 1817-1835, originalmente publicado nos *Papéis Avulsos de Zoologia, 38* (3):17-60, 1993, mostra os itinerários das viagens desse naturalista feitas no Brasil durante os seus 18 anos de permanência.

O quarto e último artigo O itinerário da Expedição Austríaca ao nordeste do Brasil em 1903 foi originalmente publicado em inglês nos *Anais da Academia Brasileira de Ciências, 64* (4):397-405, 1902.

Ihering, Rodolpho von. 2002. *Dicionário dos Animais do Brasil.* Difel, Editora Bertrand Brasil Ltda, Rio de Janeiro, 587 pp., il.

Rodolpho von Ihering iniciou sua atividade científica no Museu Paulista em 1900. Esse próprio estadual era dirigido pelo seu pai, Hermann von Ihering.

Rodolpho estudou muitas classes de animais, mas ficou mais conhecido como o pai da piscicultura brasileira, por ter introduzido o método da hipofisação dos peixes. Também muito conhecida foi a sua participação como divulgador científico.

Ele tinha muito interesse em preparar um vocabulário zoológico para os animais do Brasil. Sua primeira tentativa nesse sentido foi publicada no *Almanaque Agrícola Brasileiro,* da revista *Chácaras e Quintais,* fundada pelo Conde Amadeu Amadei Barbiellini, em 1914, com o título de Diccionario da Fauna do Brazil ou Definição zoológica dos nomes vulgares dos animaes do Brazil. Edição preliminar (vol. 3:2530320, 61 figs.). Para edição seguinte, que demoraria quase duas décadas, ele contou com a colaboração de eminentes cientistas, principalmente Oscar Monte de Almeida, que também reuniu e publicou achegas para o seu dicionário. A edição definitiva começou a ser publicada em fascículos no *Boletim de Agricultura* da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, a partir de 1931 até 1938. A Diretoria de Publicidade Agrícola publicou esses fascículos num só volume de 899 pp. em 1940. A 2ª edição surgiu graças a Zeferino Vaz em 1968, pela Editora da Universidade de Brasília. Agora surgiu a 3ª Edição pela Difel – Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 587 pp., il. Foi feita uma revisão técnica pela Denise Wilches Monsores, que tentou atualizar os nomes científicos citados na obra. Esta obra é uma das mais importantes para o conhecimento da vida e costumes dos animais do Brasil.

Almaça, Carlos. *A Zoologia Pré-lineana no Brasil. Museu Bocage,* Museu Nacional de História Natural, Lisboa, 147 pp. il.

Carlos Almaça é professor do Departamento de Zoologia e Antropologia e Centro de Biologia Ambiental do Museu Bocage. Ele dirigiu esse museu até fevereiro de 2004.

Ele faz um histórico da história natural nos séculos XVI e XVII e analisa os relatos dos primeiros cronistas, os naturalistas pioneiros, comentários sobre os relatos quinhentistas sobre a zoologia no Brasil, os franceses no Maranhão e a obra do Frei Cristóvão de Lisboa também nessa província. Ele comenta também as obras dos naturalistas e artistas do Brasil holandês no século XVII e a colaboração de alguns viajantes e colecionados no século XVIII.

O leitor terá uma boa idéia do que ocorreu com a zoologia no Brasil antes da obra de Carlos Lineu.

Costa, Wilson J. E. M. 2002 – *Peixes Anuais Brasileiros – Diversidade e conservação.* Editora Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 238.

Wilson José Eduardo Moreira da Costa é professor do Departamento de Zoologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, especialista em sistemática e ecologia de peixes da família dos Rivulídeos. Com o apoio financeiro da Fundação O Boticário, Wilson elaborou o presente livro, que traz informações muito importantes sobre a ecologia desses peixes, que os especialistas chamam de peixes anuais. Eles habitam lagoas temporárias criadas pela água das chuvas. Quando tais lagoas secam, os ovos ficam em repouso na lama seca, mas tão logo começa a chover eles se desenvolvem e tratam logo de se reproduzir, para surgirem novamente no ano seguinte.

Wilson já conta com outros estudiosos no assunto na própria universidade, que estão contribuindo para o melhor conhecimento dessas espécies e propondo meios para conservá-las.

Piva, Melquíades Pinto. 2004 – *Rios e peixes de águas interiores do Estado do Espírito Santo (Brasil)*. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, Vitória, 79 pp., 5 figs.

Melquíades Pinto Paiva é um grande especialista de peixes marinhos e de água doce, autor de mais de 200 trabalhos sobre esses animais.

Poucos pesquisadores se dedicaram a estudar os peixes de água doce do Espírito Santo.

Pesquisando a bibliografia o autor encontrou 28 famílias e 154 espécies de peixes, sendo que na bacia do Rio Doce e os dados são de 14 famílias e 38 espécies.

Paiva comenta que as famílias mais representas são: Loricariidae, Pimelodidae e Characidae e que os desmatamentos e a pesca predatória vêm atuando sobre o meio ambiente. Ele mostra também a classificação das bacias hidrográficas desse Estado.

Ávila-Pires, Fernando Dias de. 1990 – *Fundamentos Históricos da Ecologia.* Holos Editora, Ribeirão Preto, 278 pp.

Fernando Dias de Ávila-Pires é um dos poucos mamalogistas brasileiros. Ele é licenciado em História Natural pela antiga Universidade do Estado da Guanabara, hoje Universidade Estadual do Rio de Janeiro, em 1958. Teve seu aprendizado em mamalogia com João Moojen de Oliveira, no Museu Nacional do Rio de Janeiro, e trabalhou em divrsas instituições brasileiras, localizadas no Rio de Janeiro, Belém, Belo Horizonte, Campinas e Florianópolis. Foi Research Associate do American Museum of Natural History e consultor de curto prazo da Organização Panamericana de Saúde, no Peru, quando escreveu os *Princípios da Ecologia Médica* (México, 1977). Atualmente é membro do grupo de pesquisa sobre a história da medicina do Prof. François Delaporte, da Universtié de Picardie, professor-visitante do INSRM, de Paris, e Professor Titular (aposentado) do Departamento de Medicina Tropical do Instituto Oswaldo Cruz, lotado na Universidade Federal de Santa Catarina. Ele é autor de cerca de 100 artigos sobre zoologia, ecologia animal e humana, e história da ciência, tendo sido orientador de cerca de 30 teses de mestrado e doutorado. Com toda essa bagagem cultural ele lançou o livro *Fundamentos Históricos da Ecologia*.

Ele lembra que a França foi o local onde se discutiram os conceitos que sustentam a ecologia moderna, graças aos trabalhos de Lavoisier, Pasteur e Claude Bernard. O autor pesquisou as fontes originais da ecologia, termo criado por Ernst Haeckel. Ele mostra que muitas doenças estão relacionadas com a ecologia.

O livro trata da origem e desenvolvimento dos conceitos básicos da ecologia e das idéias que levaram ao desenvolvimento dessa

ciência e mostra os avanços que a ciência teve no Brasil, no século XX. No opúsculo que ele escreveu com Mário Beuarepaire Aragão – *A Ecologia no Brasil na primeira metade do século XX* (Panorama, Rio de Janeiro), encontra-se, nas pp. 7-23, 1994, o seu artigo – A ecologia até 1960 – A contribuição brasileira – que complementa o livro resenhado.

É um livro destinado aos que estudam ecologia tanto em nível de graduação quando de pós-graduação.

Pellegrini Filho, Américo. 2000 – *Dicionário Enciclopédico de Ecologia & Turismo*. Editora Manole, São Paulo, xi + 307 pp., il.

Neste dicionário o autor procura associar ecologia e turismo, mostrando, em ordem alfabética, todos os termos que dizem respeito a esses dois temas. Após cada verbete encontram-se as abreviaturas E e T, ou ambas juntas, designando respectivamente ecologia e turismo. Em alguns casos foram acrescentadas informações sobre a etimologia de cada palavra. Quando se trata de termos estrangeiros o autor acrescenta a sua origem. O leitor encontrará alguns termos novos, apropriados à ecologia e ao turismo.

Américo é Professor Titular da Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São Paulo, onde o eco-turismo é ministrado.

La Condamine, Charles Marie de . 2000 – *Viagem na América Meridional descendo o Rio das Amazonas*. Senado Federal, Brasília, 204 pp.

O senado Federal criou a Coleção O Brasil visto por Estrangeiros. Uma das obras escolhidas foi o de La Condamine (1701-1774). La Condamine partiu de La Rochelle em 16 de maio de 1735, com membros da Academia das Ciências de Paris. A expedição passou por São Domingos, Cartagena e Puerto Bello e depois atravessou o Istmo de Panamá, chegando às costas peruanas em 9 de maio de 1736. Interessa-nos a parte referente

ao Brasil: La Condamine conseguiu permissão do governo português e desceu o rio-mar, desde Jaén de Bracamoros até Belém do Pará, conseguindo levantar a carta do curso do Amazonas das nascentes até a foz. Ele também estudou algumas plantas do Novo Mundo, entre as quais a chinchona e o caúcho.

A primeira edição da obra de La Condamine – *Rélation abrégée d´um Voyage dans l´interieur de l´Amerique méridionale, depuis la cote de la mer du Sud jusqu´aux cotes du Brésil e de la Guinane, em descendant la rivière dês Amazonas,* Chez la Veuve Pissot, Paris, XVI + 216 pp., 1745, *avec une carte du Maragnón ou de la rivière des Amazones, levée par le même.*

A obra trata das viagens feitas pelo rio das Amazonas por outros autores, rios, cachoeiros, costumes e língua dos índios, etc. Trata também dos peixes, tartarugas, jabutis, peixe-boi, coatis, sagüis, cascaveis, cobra-coral, tucanos, araras, papagaios, condor, etc.

Baena, Antônio Ladislau Monteiro. 2004 – *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará.* Senado Federal, Brasília, 431 p.

Baena foi Cavaleiro da Ordem Militar de São Bento de Aviz e Sargento-mor de Artilharia.

A obra acima é considerada uma pequena enciclopédia do Pará e foi publicada em 1839 pela Typographia de Santos & menor, em Belém. Essa primeira edição é hoje raríssima e em boa hora a gráfica do Senado Federal resolveu reeditá-la.

Após tratar do clima da região, o autor mostrou os vegetais mais importantes, com os seus nome vulgares, sua descrição sumária e sua utilidade. A seguir estuda os animais quadrúpedes, aves, peixes, mariscos, répteis, anfíbios, crustáceos, insetos, moluscos, etc.

O autor também mostrou dados estatísticos da população e estudou os rios que cortam a província.

d´Abbeville, Padre Claude. 2002 – *História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças.* Editora Siciliano, São Paulo, 363 pp. 4 figs.

A França tentou conquistar a Ilha do Maranhão em 1612. Em março desse ano três naus deixaram a França rumo à ilha do Maranhão. Alguns capuchinhos estavam a bordo, cuja missão era a de catequisar os nativos. Um deles era o Padre Cláudio d´Abbeville (15?-1616), que se encantou com essa região e escreveu o livro *Histoire de la mission des peres capucins em l´isle de Maragnan et terres circonvoisines, ou est Traicte des singularitez admirables & des meurs merveilleuses des indiens habitants de ce pais avec les missives et advis qui ont este envoyez de nouveau,* publicado em 1614 pela Imprimerie de François Huby (394 pp., 7 figs.), com 2ª edição no mesmo ano. Há uma edição publicada em francês pela Akademische Druck, Áustria, xliii + 416 pp., 1963). A primeira edição em português foi publicada pela Typographia de Frias em 1874 (xvi + 456 pp.) (tradução por César Marques). Foi feita uma tiragem de 100 exemplares em fac-símile em 1922 (Librairie Ancienne Édouard Champion, xxiv + 394 pp., com prefácio de Capistrano de Abreu e notas de Paulo Prado; a 3ª edição foi publicada pela Livraria Martins em 1945 (296 pp.) (tradução de Sérgio Milliet, com introdução e notas de Rodolfo Garcia). A 4ª edição saiu pela Editora Itatiaia em 1975 (Belo Horizonte, 297 pp.).

Abbeville descreveu os índios e seus costumes, assim como os animais aquáticos e terrestres encontrados no Maranhão.

d´Evreux , Yves. 2002 – *Viagem ao norte do Brasil Feita nos anos de 1613 a 1614.* Introdução e notas de Mr.Ferdinand Denis, traduzida por César Augusto Marques. 3ª edição. Editora Siciliano, São Paulo, 436 pp.

Yves d´Evreux nasceu na França em 1577 e lá faleceu em 1650. Ele chegou no Maranhão junto com o Padre Cláudio d´Abbeville e na volta ao seu país escreveu o livro *Suíte de l´histoire dês choses plus memorales advenués em Maragnan és annés 1613 et 1614,* publicado em 1615. Dessa edição só restaram dois exemplares, destruída que foi por motivos políticos.

Ferdinand Denis, de posse do único exemplar conservado na Biblioteca Imperial de Paris, promoveu a 2ª edição com o título modificado para *Voyage dans lê Nord du Brésil fait durant les annés 1613 et 1614* (Livrairie A. Franck, Paris, xlvi + 456 pp., 1864). Dez anos depois surgia a edição em português, traduzida por César Augusto Marques, com o título *Viagem ao norte do Brasil feita nos anos de 1613 e 1614* (Typographia do Frias, Maranhão, xlv + 424 pp., 1874). Nova edição foi feita em 1929 pela Livraria Leite Ribeiro, Rio de Janeiro, 442 pp., 1929. Surge agora a 3ª Edição brasileira, anotada aos cuidados de Sebastião Moreira Duarte.

Abbeville havia permanecido apenas quatro meses no Maranhão, ao passo que Evreux ficou dois anos. Na Advertência ao Leitor o autor escreve: " Advirto-vos que não repetirei aqui coisas já escritas pelo Padre Cláudio d´Abbeville na sua *História*, e somente acrescentarei o que mais do que ele soube por experiência.." É por isso que o título original do livro era *Continuação da história das coisas mais memoráveis havidas em Maranhão nos anos de 1613 a 1614.* Ele estudou com mais detalhes a vida dos índios tupinambás, dando-nos informações sobre a sua cultura. Dá particularidades sobre as árvores e os animais (ratos, formigas, lagartixas, aranhas, cigarras, mosquitos, grilos, camaleões, moscas, onças, agias, macacos, etc.). Como a missão dos capuchinhos era a de catequisar os índios, Evreux mostra como conseguiu batizar seus filhos e alguns adultos.

O livro encerra muitas inverdades na parte zoológica que Affonso de Taunay aproveitou para mostrá-las no seu trabalho Monstros e monstrengos do Brasil, publicado na *Revista do Museu Paulista,* tomo XXI, em 1937 (134 pp. + 26 il., separata).

Gandavo, Pedro de Magalhães de. 2004 – *A Primeira História do Brasil – História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Texto modernizado e notas de Sheila Moura Hue e Ronaldo Menegaz. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 207 pp., il.

A 1ª Edição da *História da província Santa Cruz* foi publicada por Antônio Gonçalves em Lisboa em 1576. Ela só foi reeditada no século

XIX pelo francês Henri Ternaux. Nova edição em português só apareceu em 1858, tanto em Portugal quanto no Brasil. Atribui-se o esquecimento da obra ao zelo que tinha o governo português em não divulgar as riquezas existentes no Novo Mundo.

Gandavo explica como foi descoberta a terra de Santa Cruz e descreve as capitanias e povoados então existentes e dá ciência das plantas, animais e indígenas encontrados. Em notas de rodapé as organizadoras fornecem a identificação dos componentes da flora e da fauna.

É muito interessante ler esse livro, que trata dos 76 anos desde o descobrimento do Brasil, então chamado de Santa Cruz.

Paiva, Melquíades Pinto. 2004 – Ecologia do Cangaço. Editora Interciência, Rio de Janeiro, ix + 74 pp., 45 figs.

Melquíades Pinto Paiva é agrônomo que se especializou no estudo de peixes de água doce e marinhos, assim como crustáceos. Ele publicou uma dezena de livros sobre peixes, biografias de cientistas e muitos artigos sobre a história da ciência zoológica no Brasil. Como passatempo ele tem estudado os cangaceiros.

Diz o autor na Apresentação: "Este livro representa a realização de antigo sonho, embora em dimensão bem menor do que foi desejado. Trata das relações do cangaço com o meio ambiente das caatingas, nordeste do Brasil." Na preparação do livro ele examinou toda a literatura referente ao cangaço e informa não ter "a ilusão de haver produzido obra original, no seu conteúdo, mas tão somente um resumo do que encontramos na literatura pertinente aos assuntos tratados."

O assunto é tratado em quatro capítulos: 1) Tempo e espaço do cangaço: 2) Gente do cangaço: 3) Vida no cangaço: 4) Guerrilhas do cangaço.

Mindlin, José. 2004 – *Memórias esparsas de uma biblioteca.* Escritório do Livro, Florianópolis e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 125 p.

José Mindlin é o mais conhecido bibliófilo brasileiro e tem-se empenhado em "inocular o vírus da paixão pelos livros no maior número possível de pessoas".

Em 1997 ele publicou *Uma vida entre livros – Reencontros com o Tempo* (Edusp e Companhia das Letras, São Paulo, 231 pp., il.) contando aos leitores como é que ele começou a colecionar livros. Muitos casos interessantes foram narrados por ele, quando da obtenção dos seus livros mais raros.

Cléber Teixeira, na apresentação deste opúsculo, informa que "Muito se tem a falar sobre bibliófilos e bibliotecas. E mais ainda tem José Mindlin a dizer sobre a formação da sua biblioteca, fruto de uma paixão correspondida pelos livros, de um esforço bem sucedido de formação de um acervo fabuloso, valiosíssimo, hoje privado mas que por iniciativa da família Mindlin deverá ocupar um prédio próprio no campus da USP (sob a respondabilidade de uma fundação criada por José Mindlin que, com a USP, administrará a biblioteca). A transferência da biblioteca (ou parte dela) para um espaço público permitirá que um número maior de pesquisadores faça uso do seu acervo, ampliando desse modo o grupo de estudiosos que Mindlin, generosamente, receba em sua casa/biblioteca (um lugar acolhedor, mágico, inesquecível, refúgio e local de trabalho de escritores, bibliófilos, historiadores, gente do livro, leitores do Brasil e do resto do mundo, estudiosos que lá, e muitas vezes só lá, encontram os livros que precisam).

Dentro em breve todos os estudiosos do país e do estrangeiro terão a liberdade de frequentar essa biblioteca que ficará localizada num terreno da Cidade Universitária de São Paulo.

Kikuchi, Tereza (organizadora) – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004 (com DVD)

O conhecido bibliófilo José Mindlin já editava a revista do Colégio Rio Branco, em São Paulo, onde estudou na década de 20. Conta

Kikuchi que Minglin começou a publicar livros de arte quando já era industrial, a partir de 1951, com a obra de Rainer Maria Rilke – *Elegias de Duíno,* com ilustrações feitas por Oswaldo de Andrade Filho. Ele editou também outras obras, como a de Octávio Paz – *Constelação.* As suas experiências editoriais foram gravadas em DVD, com direção de Raimo Benedetti.

Antunes, Cristina. 2004 – Memórias de uma Guardadora de Livros Escritório do Livro e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 150 pp.

A autora trabalha como conservadora da biblioteca particular de José Mindlin há mais de 20 anos. Ela conta qual sua rotina de trabalho nessa biblioteca. Cristina digitalizou todos os títulos que compõem o acervo, para facilidade de consulta. Conta também seu contacto com pesquisadores nacionais e estrangeiros, que procuram estudar os livros raros que praticamente só se encontram nessa biblioteca.

A paixão de Cristina é de possuir os folhetos de cordel, publicações muito comuns principalmente no nordeste. Ela tem participado de exposições de livros, ilustrações, etc., a pedido de algumas organizações literárias e/ou artísticas, mostrando o acervo dessa biblioteca.

O opúsculo é agradável de se ler, escrito que foi em estilo simples. Ela se define "como uma pessoa que busca constantemente conhecer e aprender, e ter uma consciência profissional que me leva a partilhar com o pesquisador o que existe de disponível e de que eu tenha conhecimento. Acho que nossa função não é dissimular o livro, não é sonegar a informação, é mostrar o que existe e promover o intercâmbio entre os pesquisadores. Isso proporciona um enriquecimento enorme, porque você também receba de volta. É uma troca".

Vannucci, Marta. 2003. *Os Manguezais e Nós.* 2ª Edição. Editora da Universidade de São Paulo, 244 pp. + 68 figs.

Marta Vannucci é formada em História Natural pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, onde foi

professora de Zoologia. Depois ela passou a trabalhar no Instituto Paulista de Oceanografia, que mais tarde de mudou de nome para Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo, como oceanógrafa, chegando a diretora da instituição. A convite da UNESCO ela foi trabalhar na Índia, com sede em Nova Delhi. Sua especialidade sempre foi o estudo do zooplâncton, em especial os enidários.

A UNESCO mantém Programas Regionais sobre Manguezais e Ásia e do Pacífico e Marta foi assessora técnica chefe durante alguns anos, até a sua aposentadoria.

Reunindo tudo que se sabe sobre os manguezais, com base em suas próprias observações e naquelas existentes na literatura especializada,ela escreveu a primeira edição do livro em 1986, que foi publicada com o título *The Mangroves and Us: A Synthesis of Insights.*

A versão brasileira foi feita por Denise Navas-Pereira em 1999 e contém um capítulo sobre os manguezais do Brasil, escrito por Luiz Drude de Lacerda, da Universidade Federal do Ceará (pp.193-205).

Os manguezais são importantes para os seres vivos, pois são os locais onde se criam peixes, moluscos, crustáceos, etc., sendo que parte da vegetação é aproveitada pelos seres humanos (pp.178-181).

Araújo, Alceu Maynard. 2004 – *Folclore Nacional I – Festas, bailados, mitos e lendas.* Martins Fontes, São Paulo, 591 pp.; *II – Danças, recreação e mágica.* 588 pp., il.; *III – Ritos, sabença, artes populares e técnicas tradicionais.* 546 pp., il.

Alceu Maynard Araújo foi um dos mais importantes folcloristas brasileiros, figurando ao lado de Luís da Câmara Cascudo e Rossini Tavares de Lima. Ele nasceu na cidade de Sorocaba, SP, em 21 de dezembro de 1913 e faleceu na capital paulista em 23 de fevereiro de 1974.

Ele era graduado em Direito e em Ciências Políticas e Sociais pela Universidade de São Paulo e tinha o título de Doutor em Antropologia Social.

Araújo fazia pesquisas periódicas no Estado de São Paulo, notadamente em São Luís do Paraitinga e adjacências, e também no nordeste. Seus artigos eram publicados principalmente na *Revista do Arquivo Municipal,* de São Paulo, podendo-se destacar alguns ritos mágicos - "Abusões", feitiçaria e medicina popular (n. 161:45-148, 1958), Ciclo agrícola, calendário religioso e magias ligadas à plantação (n. 159:5-155, il., 1957) e Escorço do folclore de uma comunidade (n. 166: 133-368, 1962 e n. 167:97-329, 1962).

A sua principal obra é a presente cuja 1ª edição foi publicada pela Melhoramentos em 1964, em 3 volumes, com 2ª edição em 1967. A presente constitui a 3ª edição.

Como informa o subtítulo de cada volume o autor trata das festas, bailados, mitos, lendas, danças, recreação, mágicas, ritos, sabença, artes populares e técnicas tradicionais. Tudo que o estudioso do folclore brasileiro precisa saber foi incluído na obra, que é profusamente ilustrada.

Na apresentação Herbert Baldus, escreve: "A presente obra é, novamente, um verdadeiro Alceu; antes de mais nada, suas experiências pessoais nas diversas partes do Brasil, especialmente do estado de São Paulo, e entre várias espécies de seus habitantes, de preferência entre os caipiras. Ensina a todos os que ainda querem sonhar numa época de intolerante mecanização: na vastidão deste país há tesouros já quase ocultos que não se podem obter com os sentidos ingenuamente abertos. Alceu Maynard Araújo é um grande descobridor dessa riqueza da Pátria", finaliza o apresentador.

Silva, Marcos. (org.). 2003. *Dicionário Crítico Câmara Cascudo*. Sâo Paulo: Perspectiva, FFCLH/SP, FAPESP; Natal: EDUFRN e Fundação José Augusto, 327 pp.

O organizador Marcos Silva é professor de História da Faculdade de Filosfia , Letras e Letras Humanas da Universidade de São Paulo.

Luís da Câmara Cascudo foi o mais importante estudioso da cultura popular brasileira. Ele escreveu 127 livros e centenas de artigos. O organizador obteve a colaboração de muitos professores de várias universidades brasileiras, cada um deles analisando determinados livros de Câmara Cascudo. Cascudo abordou temas como cultura popular, geografia, religião, literatura, política, religião, etc. O próprio Cascudo explica porque (1968): "Queria saber a história de todas as cousas do campo e da cidade. Convivência dos humildes, sábios, analfabetos, sabedores dos segredos do Mar das Estrelas, dos morros silenciosos, Assombrações. Mistério. Jamais abandonei o caminho que leva ao encantamento do passado. Tudo tem uma história digna de ressurreição e de simpatia".

Os livros são analisados por ordem alfabética dos seus títulos.

Cascudo, Luís da Câmara. 2004 – Civilização e Cultura – *Pesquisas e notas de Etnografia Geral*. Global Editora, São Paulo, 727 pp.

Os temas abordados nesta obra dizem respeito à etnografia, matéria que o autor lecionou na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte desde agosto de 1955 até junho de 1963.

Baseado nas opiniões de especialistas Cascudo dá a definição de etnografia. Uma dessa opiniões é de Robert Lowie: "A etnografia é a ciência que trata das culturas dos grupos humanos."

Cascudo informa que a tendência atual é a "agrupar na antropologia os métodos atinentes ao estudo do Homem, estrutura física, acomodação humana, interdependência social, formação e desenvolvimento da cultura".

Em diversos capítulos o autor estuda o conceito, evolução e doutrinas da etnografia, a origem das culturas no paleolítico, epipaleolítico e neolítico, pré-história e proto-história, escola clássica e histórico-cultural, elementos de estabilidade humana, caça, pesca, domesticação de animais, agricultura, alimentação, comércio, transportes, economia,

indústrias milenárias, religião, antropofagia, dança, instrumentos musicais, medicina, etc., dando um amplo panorama dos assuntos estudados por essa disciplina.

Papavero, N., Teixeira, D. M., Overal, W. L. e Pujol-Luz, J. R. 2002. *O Novo Éden – A Fama da Amazônia Brasileira nos Relatos de Viajantes e Cronistas desde a Descoberta do Rio Amazonas por Pinzón (1500) até o Tratado de Santo Ildefonso (1777)*. 2ª edição, revista e ampliada. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 429 pp., il.

Os autores tratam das obras relacionadas com a fauna amazônica, nas quais os cronistas dos séculos XVI, XVII e XVIII mencionam pela primeira vez os animais dessa região. São tratadas as obras de Pinzón (1509), Diogo Nunes (1538), Frei Gaspar de Carvajal (1541 – 1542), Francisco Vázques (1559 – 1561), William Davies (1614), Claude d´Abbeville (1614), Frei Cristóvão de Lisboa (1627), André Pereira (1616), Symão Estácio da Sylveira (1618), John Day (1632), Pedro Teixeira (1637-1639), Padre Alonso de Rojas (1629), Padre Cristóbal de Acuña (1641), Frei Laureano de la Cruz (1647-1651), Padre Antônio Vieira (1654), João de Sotto Mayor (1656), Maurício de Heriarte (1662), La Sainte Colombe (1679), J.J. Becher (1669), João Felipe Bettendorff (1694-1698), Vitoriano Pimentel (1705), Woodes Rogers (1712), La Condamine (1743), José Gonçalves da Fonseca (1749), Tratado de Madri (1750), Quatro Relatos Anônimos dos anos 50 do século XVIII, João de São Joseph Queiroz (1761-1763), José Monteiro de Noronha (1768), Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio (174 - 1775) e João Daniel (1758-1776).

Muitos desses documentos são divulgados ao grande público pela primeira vez.

Teixeira, Dante Martins & Papavero, Nélson. 2002. A viagem de Vicente Yánez Pinzón (1499-1500) e o primeiro relato sobre a história natural do Brasil, segundo as "Décadas" de Pietro Martire de Anghiera. Rio de Janeiro, *Publicações do Museu Nacional*, (93):1-48, il.

Alguns autores tratam da viagem realizada por Vicente Yánez Pinzón de 1499 a 1500, segundo Teixeira & Papavero. Pinzón foi o primeiro europeu a atingir o solo brasileiro, antes de Pedro Álvares Cabral. O relato de sua viagem se encontra nas obras de Pietro Anghiera – *Oceni Decas*, de 1511 e *De orbe nouo Decades* (1516). Outra versão se encontra na obra *Paesi Nuuamente retrouati,* de 1507, de Montalbolddo.

Segundo diversos historiadores, Pinzón teria visitado o norte do Brasil e encontrado diversos produtos naturais (plantas, animais, minerais). Segundo o relato dessa viagem o primeiro animal encontrado no Novo Mundo foi um marsupial, *Didelphis marsupialis.*

Garay, Irene & Dias, Bráulio. 2001. *Conservação da Biodiversidade em Ecossistemas Tropicais – Avanços conceituais e revisão das novas metodologias de avaliação e monitoramento*. Editora Vozes, Petrópolis, 430 pp., il.

A biodiversidade associa a biologia com as ciências do homem.

Há um Programa Nacional de Biodiversidad Biológica, que mostra a relação que existe entre a utilização dos recursos biológicos e o desenvolvimento sustentável.

As condições sócio-econômicas e políticas estão ligadas à diversidade, genética, diversidade de espécies e diversidade de ecosistemas. Para se estudar a biodiversidade lança-se mão da taxonomia, ecologia, genética e geografia.

O livro está dividido em seis partes: contexto internacional e nacional e demanda de informação; Processos e pressões antrópicas que degradam a biodiversidade: estudos de caso; Diversidade de espécies e o uso de novas técnicas de estudo de comunidades; Diversidade genética e o uso de novas técnicas moleculares; Diversidade de ecossistemas e paisagens e o uso de novas técnicas de sensoriamento remoto e marcadores radioativos; Abordagens integradoras. Dentro de cada parte os

especialistas de diversas instituições brasileiras dão as suas opiniões sobre os assuntos abordados.

Miranda, Evaristo Eduardo de. 2004 . *O Descobrimento da Biodiversidade – a ecologia de índios, jesuítas e leigos no século XVI.* Edições Loyola, São Paulo, 153 pp.

O autor é graduado em agronomia e possui os títulos de mestre e doutor em Ecologia pela Universidade de Montpellier, França. Por algum tempo exerceu a função de professor doutor do Departamento de Ecologia da Universidade de São Paulo, passando depois a ser pesquisador da Embrapa-Monitoramento por Satélite.

Ele é especialista em avaliar os recursos naturais e sócio-econômicos do trópico semi-árido.

Para compreender melhor o presente e o futuro da biodiversidade o autor retorna ao passado, historiando o descobrimento desse assunto através do exame dos textos dos cronistas e jesuítas que aqui estiveram. Assim, ele analisa os textos de José de Anchieta, Gabriel Soares de Souza, André Thevet, Jean de Léry, Claude d´Abbeville, Ambrósio Fernandes Brandão, Fernão Cardim, Cristovão de Lisboa, Vicente do Slavador, Pero de Magalhães de Gandavo, Gaspar Afonso e Francisco Soares, todos do século XVI e tece considerações interessantes.

Miranda, Evaristo Eduardo de. 2003. *Natureza, Conservação e Cultura – Ensaio sobre a Relação do Homem com a Natureza no Brasil.* Metalivros, São Paulo, 179 pp., il.

O livro trata das atividades da ONG Pró-Carnívoros, mostrando a relação entre o homem e a natureza, que se foi estabelecendo desde o descobrimento do Brasil, como mostram os relatos dos cronistas, missionários, viajantes e naturalistas. Essa relação é tratada por meio das fotografias obtidas por Adriano Gambarini.

O autor do texto, Evarito Miranda, é agrônomo e pesquisados da Embrapa Monitoramento por Satélite (Campina, SP) e ele já percorreu quatro continentes estudando seus eco-sistemas.

É uma obra digna de ser lida por todos aqueles que apreciam a Natureza.

Araújo, M. E. de., Teixeira, J. M. C. e Oliveira, A. M. E. de. 2004. *Peixes Estuarinos Marinhos do Nordeste Brasileiro*. Editora Universitária UFPE e Editora da UFC, Fortaleza, 260 pp., il.

As três autoras preparam este guia ilustrado para identificar espécies de peixes dos estuários marinhos do nordeste. As três são graduadas em Ciências Biológicas. Os exemplares estudados fazem parte de uma coleção ictiológica reunida pelas autoras nos ambientes estuarinos desde 1970 e se acha depositada no Instituto de Ciências do Mar da Universidade Federal do Ceará. Foram registradas 104 espécies mais comuns, que fazem parte de 40 famílias. As características merísticas e descrição geral de cada espécie e uma ilustração de cada uma delas permite a fácil identificação científica delas. É um manual muito útil para quem se inicia em ictologia.

Oliveira-Costa, Janyra. 2003. Entomologia Forense – Quando os insetos são vestígios. Millennium Editora, Campinas, 257 pp., il.

A autora é graduada em Ciências Físicas e Biológicas pela Universidade Gama Filho. Ela é especialista em perícia criminal e possui os títulos de Mestre em Ciências Biológicas (Zoologia) e de Doutora em Ciências Biológicas (Zoologia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O livro acima faz parte do *Tratado de Perícias Criminalísticas,* organizado por Domingos Tocchetto.

A Entomologia Forense é o uso da biologia dos insetos para esclarecer a época da morte dos seres humanos e/ou animais e foi iniciada pelos chineses em 1235, para esclarecer um homicídio (*The washing away of wrongs*, por Sung Tz'u).

Na França Mégnin escreveu o livros *La Faune des Cadavres*, publicado em 1894, tornando conhecida a nova ciência. É nesse livro que os insetos que são encontrados em cadáveres foram divididos em oito grupos, que abrangem um período de três anos, incluindo todos os insetos que participam do processo da decomposição.

No Brasil os trabalhos nessa área foram iniciados por Edgard de Roquete Pinto em 1908 (fauna cadavérica do Rio de Janeiro), seguido por Hermann Luederwaldt em 1911 (os insetos necrófagos paulistas) e Oscar Freire em 1914 (fauna cadavérica da Bahia) e 1923. Sobre os besouros necrófagos Samuel Pessoa e Frederico Lane publicaram uma extensa, monografia em 1941, bem ilustrada.

Essa ciência tem servido de grande auxiliar na elucidação da época da morte de pessoas, principalmente nos Estados Unidos. No Brasil a sucessão de insetos que aparecem em carcaças de ratos foi determinada por Monteiro Filho & Penereiro em 1987 e o de porcos por Sousa em 1994, dando impulso à entomologia forense no país.

Os primeiros insetos que aparecem sobre as carcaças são os dípteros das famílias Calliphoridae e Sarcophagidae. A outra ordem de insetos a aparecer é a dos Coleoptera (besouros), representada pelas famílias Carabidae, Cleridae, Dermestidae e Scarabaeidae.

O livro dá noções de entomologia geral, a entomologia forense e suas aplicações, metodologias de estimativa do índice pós-morte (IPM), metodologias de coleta e criação, estimativa de IPM pela entomologia, padrão de sucessão entomológica, dípteros e coleópteros de interesse forense no Brasil, outros grupos de interesse forense no Brasil, o DNA e a toxicologia na entomologia forense.

BÖSCHE, EDUARD THEODOR (1807 - 1875)

No enorme elenco dos relatos estrangeiros publicados sobre o Brasil, uma parte bastante significativa é ocupada pelos mercenários, aos quais o Império apelou em dois momentos bastante importantes: na Campanha da Cisplatina, no final do Primeiro Reinado, e na Guerra contra Rosas, no Segundo Reinado. Na maior parte provieram eles dos diversos estados germânicos, porém vieram também alguns irlandeses e suiços.

Critica-se muito, certamente com razão, a falta de escrúpulos com que, muitas vezes, foram aliciados esses mercenários, o que determinou a vinda para o Brasil de numerosos elementos pouco qualificados. Por outro lado, critica-se igualmente, e também com razão, o pouco interesse do governo brasileiro em cumprir o que lhes fora assegurado quando de seus contratos. Muitos vieram esperançosos de melhores dias, com oportunidades tentadoras, e acabaram sendo vítimas dos mais diversos azares, levando-os a um descontentamento geral, que redundou em revoltas em mais de uma ocasião, ou na deserção também freqüente das fileiras.

De certa forma, acabou sendo negativa a presença no Brasil desses elementos. Muitos eram homens de boa cultura e dispuseram-se a passar para o livro a sua experiência brasileira. Livros que, naturalmente, não podem ser muito simpáticos ao Brasil. Ao contrário, muitos deles são declaradamente agressivos. Contém, entretanto, informações que não podem ser desprezadas. Faz-se mister, portanto, que a divulgação desses relatos mercenários seja feita cuidadosamente, com anotações apropriadas, que permitam ao leitor de hoje distinguir, neles, o que é verdade daquilo que é resultado de simples má fé ou ignorância. Isto é particularmente sensível com relação aos mercenários do Primeiro Reinado, os quais, aliás, foram os que mais escreveram. E podemos afirmar, prazeirosamente, que essa precaução tem sido levada em conta na maior parte das edições até

agora feitas das obras desses autores. E grande parte delas já se encontra ao nosso alcance, conforme mostraremos nesse elenco.

Um dos primeiros a merecer as honras de uma tradução foi o nanoveriano Eduardo Teodoro Bösche (ou Boesche, como também se pode grafar), que, em 1836 publicou o relato de sua experiência brasileira em curioso livro intitulado, bem à maneira da época, **Quadros alternados de viagens terrestres e marítimas, aventuras, acontecimentos políticos, descrição de usos e costumes de povos durante uma viagem ao Brasil e uma permanência de dez anos neste país, dos anos de 1825 a 1834, contendo igualmente informações sobre a sorte dos alemães para ali emigrados**.

Note-se que, embora no enorme título figure o ano de 1834, a narrativa do autor não passa de 1829.

De Böesche e de seu livro ocupou-se Afonso de Taunay demoradamente em numerosas páginas de seu livro **No Brasil Imperial**, de 1922, capítulo terceiro, intitulado "D. Pedro I e seus mercenários". Aliás, partiu do mesmo Taunay a sugestão ao tradutor para que passasse para a nossa língua o livro de Böesche, o que ocorreu com a tradução de Vicente de Souza Queiroz, publicada originalmente no tomo 83, de 1919, da "Revista do Instituto Histórico Brasileiro" e, dez anos depois, tirada do livro.

Depois de resenhar criteriosamente os **Quadros alternados**, chamando a atenção para os pontos válidos e, naturalmente, criticando os pontos negativos, conclui Taunay:

> *"Foi restrito o horizonte que a estada no Brasil abriu a Boesche. Apenas parece ter visto meia dúzia de personalidades; não se abalança a criticar as nossas instituições e os nossos homens, nem os atos desse monarca que tanto o impressionara. Alheio a tudo quanto não se realizava no âmbito restrito da caserna, passou longos anos no nosso país, estranho ao seu povo e aos seus dirigentes. Nem sequer se refere, uma*

> *só vez que seja, à pessoa da marquesa de Santos, então no apogeu do seu poderio, e isto quando freqüentemente alude à vida devassa do imperador! Era no entanto culto e inteligente, curioso e perspicaz. Dá-nos, pois, a impressão de que se isolou das coisas do Brasil, desprezando a terra lhe causara tantas esperanças e tantas decepções, para só narrar o que lhe foi imediatamente adstrito à vida penosa de granadeiro mercenário. Dá, aliás, ao seu livro esta série de circunstâncias um cunho forte de sinceridade simples".*

Terminadas as operações militares da Cisplatina, de maneira desastrosa para o Brasil, como é sabido, recebeu Bösche proposta para continuar no exército, no posto de primeiro-tenente e ainda um soldo suplementar. O fato de ter aprendido bem o português credenciou-o a trabalhos de responsabilidade na caserna. Mas recusou peremptoriamente, e chegou a ser até agressivo ao declarar-se "enojado" com a profissão militar no Brasil, mas soube acrescentar judiciosamente: "tanto mais quando no Brasil, com amor ao trabalho e conhecimento de língua, se ganha a vida mais largamente e de um modo mais digno que seguindo a carreira militar".

Seu livro consta de trinta capítulos, 29, distritos, como diz Taunay, às suas atividades militares. Apenas no último relata os acontecimentos que conduziram à abdicação de D. pedro I. E acrescenta, ainda, um capítulo suplementar, não numerado, sobre a cidade do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Edição original: **Wechselbilder von Land und Seereisen, Abentheuern, Begebeuheiten Staatsereignissen, Volk und Sittenschilderungen während eine Fahrt nach Brasilien und eines zehujährigen Aufenthalts doselbst, in**

den jahren 1825 bis 1834. Mit Berücksichtigung des Schicksals, der nach Brasilien ausgewanderten Deutschen. Hamburg, bei Hoffmann und Campe, 1836. 100p

Ed. bras.: **Quadros alternados de viagens terrestres e marítimas, aventuras, acontecimentos políticos, descrições de usos e costumes de povos durante uma viagem ao Brasil de 1824 a 1834**. Trad. de Vicente de Souza Queiroz. "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 83: 137-241. Rio de Janeiro, 1919.

Quadros alternados: impressões do Brasil de D. Pedro I. Trad. de Vicente de Souza Queiroz; prof. de Afonso de E. Taunay. São Paulo, Tip. da Casa Garraux, 1929. 134p

Taunay, Afonso de E. - **No Brasil Imperial**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1922; capítulo terceiro: "D. Pedro I e seus mercenários".

Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo reponsável por esta publicação em "A Federação", jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referências bibliográficas indicam-se as datas em que foram publicadas.

434. TORDESILHAS

O nome Tordesilhas (ou Tordesillas, na forma espanhola) é familiar a todo brasileiro que nele ouviu falar assim que iniciou seus estudos de história pátria, ainda no curso primário. Designa uma pequenina cidade espanhola que se tornou célebre por ali ter sido assinado, a 7 de junho de 1492, importante tratado entre Portugal e Espanha a propósito das terras que estavam sendo descobertas por navegadores dos dois países. Note-se que o tratado foi assinado antes do descobrimento do Brasil e decorreu, pode dizer-se, de protestos do monarca português contra a bula papal do ano anterior, que concedia à Espanha o domínio sobre toda as ilhas e terras firmes descobertas ou por descobrir, que ficassem além de um meridiano que passasse a cem léguas a Oeste de qualquer das ilhas dos Açores e Cabo Verde. Ora, vingadas tais disposições, nenhuma porção do Brasil pertenceria a Portugal! Daí a modificação pleiteada por D. João II, recuando de mais 270 léguas (no total, portanto, de 370), a linha demarcatória. Por esta nova disposição, o Brasil seria apenas um terço do que é hoje. E assim teria ficado nosso território, não fora a obra expansionista de bandeirantes, missionários e criadores de gado, que fez recuar o tratado até onde estão hoje nossas fronteiras.

Descrevendo uma visita à pequenina Tordesilhas, "um pingo no mapa" (no qual, de fato, mal aparece), mas "um borrão na História", Barros Ferreira, em recente livro editado pela Secretaria de Cultura do Estado, nos apresenta excelente estudo crítico de numerosos pontos

significativos da história luso-castelhana naquele agitado final do século XV. Não apenas a história do famoso tratado de 1494, mas os diversos fatos que conduziram a ele ou dele resultaram. É sabido que o Tratado de Tordesilhas, assinado para dividir o mundo "en dos zonas que habria de ser objecto de descubrimiento e evangelización", nunca foi demarcado. Seus termos, bastante vagos, trouxeram mais problemas que soluções.

A segurança com que o autor tratou destes assuntos complexos que interessam não apenas à história dos dois povos peninsulares, mas igualmente às dos povos sul-americanos, torna seu livro capital na já valiosa bibliografia existente sobre o assunto. As qualidades do autor como escritor foram devidamente ressaltadas no prefácio de Mario Savelli. Polígrafo de largos recursos, Barros Ferreira trata de temas de ficção e de erudição com igual mestria; homem de Imprensa, que sempre foi, conhece o que mais de perto toca aos interesses do leitor. Eis porque cada livro que publica é sempre recebido com a maior simpatia. O fato de "Tordesilhas" ser uma publicação oficial certamente dificultará um pouco a sua difusão, pois em nenhuma livraria é encontrável. Esta é a triste sina das publicações oficiais no Brasil. Que fazer?

435. OS DOIS MELO MORAIS

No caso dos dois Melo Morais, poder-se-á dizer que o pai eclipsou o filho. O velho historiador alagoano (1816-1882) deixou uma obra que, se não é das mais brilhantes da historiografia brasileira, é, contudo, das mais úteis, pois soube fundamentá-la com excelente embasamento documental. Sílvio Romero criticou-lhe a falta de método. Era homem de arquivo, e, de posse de uma quantidade incrível de documentos, não soube, entretanto, dar-lhes o tratamento que uma boa metodologia exigiria. É ainda Sílvio quem diz que ele "se limitou quase a dar à estampa as riquezas que possuía". Ainda bem que o crítico sergipano empregou um "quase" que torna menos rigorosa sua observação. A obra mais importante do velho Melo Morais - "História do Brasil - Reino e do Brasil-Império", há pouco reeditada pela Itatiaia, de Belo Horizonte, na coleção "Reconquista

do Brasil", é quase um livro-fonte para conhecimento das épocas que estudou. Daí sua utilidade e quase indispensabilidade. O clássico "Dicionário Bibliográfico", de Sacramento Blake dedica cinco páginas ao arrolamento da obra do historiador alagoano, com mais de cinqüenta publicações, algumas em dois, três e até quatro volumes. Divide-se sua obra entre a medicina e a história. Esta sobrepuja aquela. Mas, convém recordar que Melo Morais foi um dos pioneiros da homeopatia no Brasil, tendo redigido na Bahia, entre 1850 e 1853, "O Médico do Povo", jornal destinado à propaganda da medicina homeopática. E o interesse pela homeopatia propiciou-lhe, ainda, publicar quse uma dezena de obras em defesa de seus princípios. Vale insistir, contudo, que é como historiador que seu nome é lembrado hoje.

Tal como o pai, o filho (1844-1919) também se formou em medicina e o primeiro trabalho que publicou, em 1876, foi precisamente a tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro a fim de validar seu diploma, uma vez que se diplomara na Bélgica. Mas nada mais escreveu sobre medicina. Prefiriu dedicar-se ao jornalismo, com incursões pela poesia, pela arte e pelo folclore. A cultura dos ciganos despertou-lhe muito interesse e foi dos primeiros, senão o primeiro, no Brasil, a escrever sobre esses grupos nômades. Tanto quanto à do pai, Sílvio Romero valorizou-lhe a obra. Vale a pena ler o tópico final do prefácio que escreveu para as "Festa e Tradições Populares do Brasil", "Por mais que tenha de ser acidentado o caminho do Brasil através dos tempos, quaisquer que tenham de ser as desilusões que o destino lhe reserve, a nossa raça há de sobreviver no futuro e quando os sonhadores do passado houverem de rastejar o fio de ouro de nossas tradições, os dois livros de Melo Morais não de ser chamados a depor, como documentos autênticos, porque neles vive a grande alma deste País".

436. POLÊMICA RELIGIOSA

Houve tempo em que estiveram em moda, no Brasil, as polêmicas religiosas, notadamente entre católicos e protestantes. Nunca vi mérito

algum nelas. Nunca serviram para coisa alguma. Duvido que alguém, por elas, tenha se abalado nas suas convicções religiosas. Ao contrário, só serviram para os católicos ficarem ainda mais católicos e os protestantes ainda mais protestantes. Mas elas não podem ser ignoradas, pois refletem momentos significativos do pensamento ou da mentalidade religiosa no Brasil.

Talvez tenham sido mais ardorosas do lado protestante. Prova-o uma imensa literatura, desde o século passado, e que constituiu, durante muito tempo, leitura predileta dos evangélicos. Hoje, certamente não o seria, Nem creio que nas igrejas protestantes de hoje haja clima para esse tipo de literatura: os depoimentos de padres que renegavam o catolicismo e abraçavam o protestantismo e, conseqüentemente se julgavam no dever de publicar livros mostrando os erros do romanismo; obras como "Nossa crença e a de nossos pais", de Schaff; "Inovações do Romanismo", de Collette; "Compêndio de controvérsia entre a palavra de Deus e a teologia romana", dos italianos Sanctis e Moreno; ou as que derivaram de "O problema religioso da América Latina ", de Eduardo Carlos Pereira, polêmica em que se engalfinharam, do lado católico o Padre Leonel Franca e do lado protestante os pastores Ernesto Luiz de Oliveira, Otoniel Mota e Lysanias de Cerqueira Leite.

Há uma coisa, todavida, que os protestantes, parece, não compreendem, porque, se compreendessem, não perderiam tanto tempo em polemizar com os católicos: é que, para o catolicismo, a Bíblia não é a única regra-de-fé, o único fundamento de suas doutrinas. Ao contrário do protestantismo, para o qual o que não estiver na Bíblia não deve ser aceito, o catolicismo, além da Bíblia, fundamenta-se, também, para as suas doutrinas, no ensino da Patrística, nas decisões conciliares e até na tradição. É inútil, portanto, afirmar que os católicos estão errados porque aceitam certas doutrinas que não têm apoio bíblico. Para eles, não precisa ter. Se tais doutrinas forem resultantes de ensinos dos santos padres, de decisões conciliares ou de simples tradição, para eles, católicos, são válidas da mesma forma que se estivessem na Bíblia. Eis porque as polêmicas entre as duas grandes igrejas cristãs jamais chegarão a algum resultado. Mas, como se afirmou, elas tiveram um lugar de muito destaque

na mentalidade religiosa do Brasil, razão pela qual não podem ser ignoradas. O assunto ainda me propiciará outra nota, com exemplos expressivos da polêmica religiosa, tanto do lado católico, como do protestante.

437. COLONIALISMO E MISSÕES

Em livro há pouco editado pela Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, de Porto Alegre, o historiador riograndense Moacyr Flores insere as missões da província jesuítica do Paraguai no sistema colonial espanhol, orientado para a conquista e ocupação dos espaços indígenas, através de contatos civilizatórios com destruição de uns e aproveitamento de outros valores culturais, criando novas estruturas da sociedade missioneira de uma maneira "sui generis", que até hoje provocam a admiração dos estudiosos e dos visitantes de suas ruínas. Prefaciando o livro, salienta Dionísio Fuertes Alvarez o quanto "vários focos polêmicos contribuem para turvar as águas das fontes: o dualismo pró ou contra os jesuítas ou, de modo mais amplo, pró ou contra o trabalho e a orientação da Igreja Católica, no seu programa político-social; o dualismo pró Espanha ou pró Portugal, na disputa secular pela posse do território riograndense; o dualismo pró ou contra o comunismo de que, com maior ou menor razão se estima estarem imbuidas as instituições missioneiras, etc. E acrescenta que o professor Flores demonstra, entre suas muitas qualidades, "uma completa e consciente isenção, um total respeito pela objetividade dos fatos, ao mesmo tempo que a variedade das fontes utilizadas".

Afeito a tratar do assunto em diversas oportunidades, pois alguns dos capítulos que formam o livro "Colonialismo e missões jesuíticas" foram apresentados como conferências ou comunicações em simpósios ou em cursos de história riograndense, soube o autor expor de maneira clara e objetiva o necessário para a conpreensão de um dos capítulos mais significativos da história do Sul do Brasil, desde os fatos individualizados relativos ao sistema colonial, às bandeiras paulistas, ao povoamento do Rio Grande, aos tratados de limites, à expulsão dos jesuítas, até os

aspectos culturais da região missioneira. Este é, aliás, um dos grandes temas da história riograndense. De seu interesse, bastaria lembrar a realização bienal, na cidade de Santa Rosa, de "simpósios de estudos missioneiros", dos quais já me ocupei neste mesmo local, e dos quais o professor Moacyr Flores é partícipe atuante. E o mais significativo é que a entidade que promove tais simpósios (uma Faculdade Salesiana de Filosofia) tem conseguido publicar com regularidade os seus anais, que constituem, assim, repositório magnífico para o estudo do tema, não só pela divulgação de fontes, como pelo tratamento especializado dos assuntos propostos. Essa iniciativa da cidade de Santa Rosa extrapolou de seu âmbito local, pois tem despertado interesse em pesquisadores, historiadores, sociólogos e antropólogos de diversas regiões do País. Constituem, hoje, uma das importantes ocorrências do calendário cultural do Brasil.

REVISTA NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Instruções aos autores

A revista **NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA** é uma publicação da *Faculdade de História da Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC-Campinas* - que, desde 1969, quando foi lançado seu primeiro número, vem circulando com periodicidade trimestral. A revista propõe a publicação de artigos inéditos de História e disciplinas afins, resenhas de livros (que tenham sido publicados nos últimos dois anos, no Brasil e, nos últimos quatro anos, no exterior), fontes primárias e secundárias com comentários, entrevistas e resultados parciais de pesquisas. Os trabalhos são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e/ou à avaliação de dois consultores.

Informações gerais

Todos os trabalhos deverão ser encaminhados em duas vias impressas e em versão eletrônica (CD-rom, disquete ou e-mail) constando o nome do autor, instituição, endereço para correspondência e e-mail para contatos.

As colaborações poderão ser redigidas em português ou espanhol.

Deverão estar acompanhadas de um *resumo/abstract e título* em português e em inglês, de até 200 palavras, e de *palavras-chave/key words*, em mínimo de três e máximo de cinco, também em português e inglês.

As *ilustrações* ou *gráficos* deverão ser encaminhados em arquivo separado para sua reprodução.

Todos os trabalhos deverão ser digitados em MS Word versão 6.0 ou superior, fonte 12, tipo Times New Roman e espaço 1,5.

Os *artigos originais* poderão ter uma extensão mínima de 10 laudas e máxima de 25, incluindo as ilustrações, gráficos e referências bibliográficas; as *resenhas,* de até 5 laudas, as *entrevistas,* até 15 laudas e as fontes primárias e secundárias até três laudas.

Apresentação dos trabalhos originais

A *primeira página* dos trabalhos deverá conter os seguintes dados: Título do trabalho; Autor(es) (sobrenome em letras maiúsculas e nomes por extenso); instituição à qual pertence o autor. Indicar em nota de rodapé: referência institucional do(s) Autor(es), Departamento, Faculdade, Instituto, Centro e Universidade; País; agência financiadora, quando houver financiamento. *Resumo* (com máximo de 200 palavras); *Palavras-chave* (até 5 palavras); Título em inglês, *Abstract* e *Key Words*;

Texto

O texto dos artigos deverá obedecer à formalidade dos trabalhos científicos e às Normas NBR 6023 da ABNT.

Referências Bibliográficas

Referências Bibliográficas (contêm apenas os trabalhos utilizados e citados no texto). Devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir as NBR 6023 da ABNT.

Livros

CHESNAUX, Jean. *Devemos fazer tabula rasa do passado?* Sobre a história e os historiadores.Tradução de Marcos A. da Silva. São Paulo: Editora Ática, 1995.

Capítulos de livros

DEVOTO, Fernando. Imigração Européia e Identidade Nacional nas Imagens das Elites Argentinas. In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p.36-52.

Dissertações e Teses

CASTRO, Ana Célia. *As Empresas Estrangeiras no Brasil 1860/1913*. 1976. 152 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas.

Artigos de periódicos

MATOS, Odilon Nogueira de. Luis da Câmara Cascudo, historiador e folclorista, no seu centenário. *Notícia Bibliográfica e Histórica,* Ano XXI, No. 172, p. 3-10, jan.-mar. 1999.

Citações bibliográficas no texto

Estas deverão estar indicadas em ordem numérica, figurando como nota de rodapé e também nas referências bibliográficas ao final do texto. O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome separado por vírgula da data de publicação (SILVA, 1974). Quando o nome do autor é citado no texto indica-se a data entre parênteses: "Cardoso (1999) assinala..." e se for necessário indicar a(s) página(s), esta(s) deverão seguir a data, separada(s) por vírgula e precedida(s) de p. Exemplo: (IANNI, 1975, p.51). Quando se tratar de citações de diversas obras do mesmo autor, publicados no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (ANDRADE, 1963a) (ANDRADE, 1963b). Se a obra tiver dois autores, ambos são indicados, por meio de & (NORMANO & LEITE, 1955) e quando tiver três ou mais, indica-se o primeiro seguido de et al. (BARAN et al., 1966).

Notas

Devem ser reduzidas ao mínimo necessário e colocadas no pé da página. As remissões para o rodapé devem ser feitas por números, na entrelinha superior.

Anexos e/ou Apêndices

Serão incluídos somente quando imprescindíveis à compreensão do texto.

Tabelas e Quadros

Devem ser numeradas consecutivamente com algarismos arábicos encabeçadas pelo título.

Figuras

Gráficos, mapas, esquemas, fórmulas, modelos (em papel vegetal e tinta nanquim, ou computador). As figuras e suas legendas devem ser claramente legíveis e deverão ser reduzidas na medida: 11,5 x 18 cm. Devem-se indicar, a lápis no verso: autor, título abreviado e sentido da figura. Legendas das ilustrações nos locais em que aparecerão as figuras, numeradas consecutivamente em algarismos arábicos e indicados pelo termo Figura.

Endereço para envio das colaborações:

Conselho Editorial da revista NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA, Faculdade de História - CCH - PUC-Campinas; Prédio Administrativo I, Campus I - Rod. Dom Pedro I, Km 136 - Parque das Universidades - CEP 13086-900- Campinas - SP.

Tel. (19) 3756 -7238 - *E-mail*: historia@puc-campinas.edu.br

CENTROS UNIVERSITÁRIOS

CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS AMBIENTAIS E DE TECNOLOGIAS

Faculdade de Análise de Sistemas
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Faculdade de Engenharia Ambiental
Faculdade de Engenharia Civil
Faculdade de Engenharia de Computação
Faculdade de Engenharia Elétrica
Faculdade de Geografia
Faculdade de Matemática
Faculdade de Química

CENTRO DE CIÊNCIAS DA VIDA

Faculdade de Ciências Biológicas
Faculdade de Ciências Farmacêuticas
Faculdade de Enfermagem
Faculdade de Fisioterapia
Faculdade de Fonoaudiologia
Faculdade de Medicina
Faculdade de Nutrição
Faculdade de Odontologia
Faculdade de Psicologia
Faculdade de Terapia Ocupacional

CENTRO DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO

Faculdade de Administração
Faculdade de Ciências Contábeis
Faculdade de Ciências Econômicas

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Faculdade de Biblioteconomia
Faculdade de Educação
Faculdade de Educação Física
Faculdade de Serviço Social

CENTRO DE CIÊNCIA DA LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO

Faculdade de Artes Visuais
Faculdade de Jornalismo
Faculdade de Letras
Faculdade de Publicidade e Propaganda
Faculdade de Relações Públicas
Faculdade de Turismo

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Faculdade de Teologia e Ciências Religiosas
Faculdade de Ciências Sociais
Faculdade de Direito
Faculdade de Filosofia
Faculdade de História

Editoração: Beccari Propaganda e Marketing
Rua Pedro Alvares Cabral, 183 - Campinas - S.P. - Fone Fax (19) 3255-6311
E-mail: editora@beccari.com.br
Impresso por: Gráfica e Editora Flamboyant Ltda
Rua Dr. João Quirino Nascimento, 493 - Campinas - S.P. - Fone Fax (19) 3252-6835
E-mail: flamboyant@dglnet.com.br